

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

INSULARES SANTAS CATARINA:
CONSTRUÇÃO TERRITORIAL, VÍNCULOS DE PERTENCIMENTOS
E DISCURSOS DA DESINTEGRAÇÃO (1950-1970)

ANDRÉ SOUZA MARTINELLO

FLORIANOPOLIS/SC
2012

ANDRÉ SOUZA MARTINELLO

INSULARES SANTAS CATARINA:
CONSTRUÇÃO TERRITORIAL, VÍNCULOS DE PERTENCIMENTOS
E DISCURSOS DA DESINTEGRAÇÃO (1950-1970)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina

Linha de pesquisa: Migrações, Construções Socioculturais e Meio ambiente.

Banca examinadora:

Dr. Marcos Fábio F. Montysuma/UFSC

Dr. Pedro Martins/UDESC

Dra. Cristina Scheibe Wolff/UFSC

Dr. Paulo Pinheiro Machado/UFSC

*NÃO NOS DEVEMOS DEIXAR ENGANAR
POR UM PARADOXO CURIOSO, EMBORA
COMPREENSÍVEL: AS NAÇÕES MODERNAS,
COM TODA A SUA PARAFERNÁLIA, GERALMENTE
AFIRMAM SER O OPOSTO DO NOVO, OU SEJA
ESTAR ENRAIZADAS NA MAIS REMOTA
ANTIGUIDADE, E O OPOSTO DO CONSTRUÍDO,
OU SEJA, SER COMUNIDADES HUMANAS, 'NATURAIS'
O BASTANTE PARA NÃO NECESSITAREM DE
DEFINIÇÕES QUE NÃO A DEFESA DOS
PRÓPRIOS INTERESSES.
ERIC HOBSBAW.*

*FIZEMOS A ITÁLIA, AGORA TEMOS QUE FAZER OS ITALIANOS
MASSIMO d'AZEGLIO.*

MARTINELLO, André Souza. Insulares Santa Catarina: construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950-1970). Florianópolis, 2012. 126p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

**Aos meus dois irmãos:
Rodrigo e Fábio,
Fábio e Rodrigo.
Esta dissertação é para vocês.
(Nunca havia reparado que o nome dos dois dá uma boa dupla sertaneja!)**

RESUMO

É tratado, nesta dissertação, como o meio foi mobilizado por indivíduos e por discursos do aparato estatal para se reportarem aos aspectos socioculturais de Santa Catarina. As pessoas quando se referiam, através da imprensa, aos seus lugares de vida, reivindicaram obras, estradas e melhorias, representando vínculos e construindo pertencimento a uma comunidade ainda muito pouco imaginada como coesa. Mesmo que o discurso governamental reconhecesse não haver um território efetivamente integrado, algumas pessoas afirmavam desejar pertencer a terras catarinenses e demandavam a presença do Estado. Esse, por sua vez, reforçava, particularmente entre as décadas de 1950-70, a ideia de que através de estradas e redes de comunicação, Santa Catarina iria definitivamente estar integrada e não mais seriam apenas ilhas, as quais, tão pouco, eram conhecidas, não havendo nem interação entre variadas partes. Mobilizaram-se metáforas espaciais para dizer das dificuldades de Santa Catarina encontrar-se a e o seu povo se reconhecer. Até mesmo a não existência de uma literatura própria, de editora de livros e meios de comunicação recaía culpa sobre o meio natural. Bacias hidrográficas, relevos, serras, montanhas, clima, florestas e entre outros elementos da natureza: indígenas. A natureza foi tratada como um dos principais agentes e atores responsáveis pelo moroso e contraditório processo de invenção de unidade territorial catarinense. Através de fontes como: cartas enviadas às revistas, reportagens, textos jornalísticos e relatórios de governos, trata-se nessa pesquisa, do fortalecimento do pertencimento catarinense, em paralelo ao processo de construção de rodovias e das expectativas da chegada de estradas. Mesmo que às redes atribuiu-se as soluções ao problema das dualidades catarinenses, o elemento “exterior” também repercutiu no momento em que mais se buscava a integração dos catarinenses consigo mesmos, buscando escapar da forte influência que representavam os Estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul. A natureza foi tratada como empecilho e, portanto, deveria ter sido superada, permitindo a abertura de caminhos que dessem novos destinos ao espaço e as suas gentes.

Palavras-chave:

integração catarinense; construção territorial; estradas; história do espaço

ABSTRACT

In this dissertation I deal with how the environment was used by individuals and by the State in reference to sociocultural aspects of Santa Catarina. When referring to their life places through the press, claiming for works, roads and improvements, representing relationships and building belonging to a community still little imagined as cohesive. Although the government discourse did recognize there was no effectively-integrated territory, some people claimed wishing to belong to Santa Catarina lands and demanded the presence of the State. Particularly in the period 1950-70, the State reinforced the idea that through roads and communication networks, Santa Catarina would definitely be integrated and would not be just a handful of badly-known and poor-articulated islands. Spatial metaphors were used to tell about the difficulties of Santa Catarina in finding itself, as well as its people to recognize themselves. Even the absence of a literature, of a book editor and media were fault of the environment. Watersheds, mountains, forests and others natural elements: Indians. Nature was treated as one of the main actors responsible for the slow and contradictory process of invention of a territorial unity. In our research we dealt with the strengthening of a Catarinense feeling of belonging, in parallel to the process of road construction and the expectation of their arrival, through the use of such sources as: letters sent to journals, journalistic texts, and government reports. Although it has been attributed to the networks the solution to the problem of Santa Catarina dualities, the “outer” element also spilt at the moment in which it was most sought integration of Santa Catarina people with themselves, seeking to scape the strong influence of neighboring provinces, Paraná e Rio Grande do Sul. Nature was treated as obstacle and should therefore be overcome, allowing the opening of roads which gave way to new destinations to space and its people.

Keywords: Catarinense integration; territorial construction; roads; spatial history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Integrar para Criar: estradas no processo de integração e criação	08
Comunidade/s imaginada/s, vínculos territoriais e pertencimentos	19

Capítulo 01

SENTIDOS E PERTENCIMENTOS:

idealizações e críticas dos espaços em que se vive (Síntese Geral)	29
--	----

1.1 Opiniões de Pertencimento?

Vínculos com Santa Catarina, ideias para um exemplo da discussão dos vínculos, consciências e apegos ao espaço vivido	30
---	----

1.2 <i>Estranhar</i> a mídia como informante (ou fonte) imparcial	36
---	----

1.3 Santa Catarina, ‘ <i>um modelo que deu certo</i> ’ ou ‘ <i>o Nordeste do sul</i> ’ ? Opiniões em cartas de leitores à revista <i>Visão</i> em 1969 e 1970, a respeito da dualidade catarinense: ‘ <i>pioneira</i> ’ versus ‘ <i>periférica</i> ’	45
---	----

1.4 <i>Ofensas</i> causadas por notícias; cartas que contêm a defesa do lugar ao qual se pertence e respostas às reportagens que as revistas contêm	58
---	----

Capítulo 02

A SANTA CATARINA ENTRE LUGARES

(Síntese Geral)	61
-----------------	----

2.1 Imprensados por falta de imprensa própria. Catarinenses retratados na imprensa e a imprensa como retrato (do meio) de Santa Catarina	62
--	----

Capítulo 03

ARQUIPÉLAGOS EM SANTA CATARINA:

<i>quebra-cabeça</i> na montagem do território (Síntese Geral)	81
--	----

3.1 Meio descontínuo: estradas desarticuladas e o que não deve confinar espíritos	82
---	----

3.2 Não só a natureza do meio, mas as ‘pessoas naturais’: “indígenas empecilhos” de colonizadores	98
---	----

3.3 Redes contra as dualidades: litoral e interior. As metáforas espaciais e as soluções ao integrar	102
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
-----------------------------	-----

REFERENCIAS	119
--------------------	-----

ANEXOS	126
---------------	-----

LISTA DE GRAVURAS, TABELA E QUADRO

GRAVURA 1: Propaganda de um banco (<i>Big</i>). (Revista <i>Visão</i> em 1967, 14 de dezembro, p.17)	25
TABELA 01. Revistas <i>Visão</i> , <i>Veja</i> , <i>Realidade</i> ; e, Jornal <i>O'Estado</i> (1965-1976) sistematização das fontes de Imprensa ordenadas por data	28
GRAVURA 2: Propaganda do canal de <i>TV Coligadas</i> . (Extraída da Revista <i>Realidade</i> , n.52. Suplemento especial de julho de 1970, p.326)	77
QUADRO 01. Retirado do relatório do ano de 1911 ao governador. Custos das obras e manutenções das três principais estradas ligando litoral ao interior	88

INTRODUÇÃO

Integrar para Criar: estradas no processo de integração e criação

Após responder a pergunta de um professor que me questionou sobre quais temas tratava nesta dissertação, ele exclamou: - “De fato, Santa Catarina é um pouco um Estado tampão”. Tal afirmação parece semelhante à justificativa da criação¹ da Província do Paraná, mas, provavelmente, geraria polêmica e profundo ressentimento entre aqueles² que buscaram defender e construir identidades catarinenses. Acredito que muitos políticos, escritores e folcloristas não gostariam de, ainda hoje, registrar falas que compreendessem Santa Catarina como um espaço passageiro, efêmero entre os lugares e região “vácuo”, menos significante do que Paraná e Rio Grande do Sul, até por que, o que o legitima, em parte, alguns dos poderes exercidos por defensores de uma particularidade catarinense, é a existência desse território. Houve, em determinadas circunstâncias,³ certo temor em não superar a fragmentação do território catarinense. Quando um governador do Estado fez constar ao poder legislativo em seu discurso anual que se deveria levar, às populações das divisas com o Paraná e Rio Grande do Sul, o espírito do ser catarinense, é porque tal sentimento de pertença não é tão rígido quanto se esperava, além de enfatizar “a existência” de uma comunidade catarinense, reforçando a manutenção de influência e posse do espaço apropriado.

No presente trabalho, abordo situações em que se demonstram as constantes tentativas de vários atores sociais alcançarem uma representação homogênea, interna e própria de Santa Catarina. Por outro lado, através de alguns indícios, busquei interpretar, uma ideia de unidade federativa menos influente, tendo uma capital com

¹ Como lembra o historiador Gilmar Arruda (2008), a “emancipação” da Província do Paraná em 1850 ocorre principalmente por interesse em ter além de Santa Catarina mais uma província entre Rio Grande do Sul e São Paulo, esses últimos mais favoráveis ao Império, enquanto sulriograndenses reivindicavam: “A historiografia aponta, quase que consensualmente, como motivo para o desmembramento da província do Paraná, uma estratégia do Partido Conservador, então no poder, para impedir ou mesmo criar uma barreira para as crescentes insatisfações políticas no sul do país, especialmente no Rio Grande do Sul.” ARRUDA, Gilmar. “Rios, navegação, ferrovias e a construção do território do Paraná.” In: __ (Org). **A natureza dos rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora UFPR, 2008. pp. 95-136. p.99

² SERPA, Élio Cantalício. “A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.” **Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.14, n.20. p.63-79, 1996**. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH-UFSC.

³ Em situações de risco perda de áreas, muitas vezes, a solução fora descrita com a necessidade de transferir a capital do litoral para o interior. Ver, por exemplo: ATHANÁZIO, Enéas. “O Estado do Iguauçu e a mudança da capital.” **Revista Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII. Nov/Dez de 1992 pp. 423-424, n°11-12**. Blumenau.

dificuldade de se impor e seu território visto, desfavoravelmente, localizado entre os maiores Estados do sul do País. Nessa pesquisa, proponho a compreensão de como, particularmente na década de 1950, repercutindo nas seguintes, 1960-70, emerge a necessidade de moderna integração que se esperava bem sucedida na superação de características que eram tratadas como percalços ou impedimentos da conexão dos lugares. Descreveu-se um imenso mar de ilhas, cobrindo a representação da cartografia catarinense, cuja origem é atribuída, principalmente, ao quadro natural. Entre os principais fatores que geraram a sua desintegração, foram apontados os fatores físicos, e uma das formas de alcançar a sua integração seria por meio de redes “tecnológicas” modernas.

Planejou-se que as ilhas catarinenses fossem conectadas. As rodovias teriam papel preponderante nesse processo, com destaque àquelas do sentido leste-oeste, pois as rodovias (federais) norte-sul, assim como a Ferrovia São Paulo – Rio Grande contribuíam à desintegração. Atribuía-se, também, às redes, expectativas, como o papel de fazer os catarinenses se encontrarem uns com os outros e, até mesmo, descobrirem-se catarinenses. Variadas ações se tornariam ágeis pela construção das estradas num substrato historicamente retratado como relativamente pequeno, mas com uma geografia naturalmente repleta de dificuldades. Mesmo parecendo, num primeiro olhar, algo impróprio ou de difícil convencimento, defendo a tese de que, em Santa Catarina, estradas e identidades estão imbricadas em um processo muito comum e menos estranho do que se poderia supor. Busco a demonstração de que, tanto pelos poderes públicos estaduais, como para moradores de diferentes regiões de Santa Catarina, “boas estradas” eram caminhos que parecia levar ao encontro da identificação dos catarinenses, com uma imagem, de pertencerem a uma sociedade comum.

Pessoas chegaram a escrever cartas à imprensa escrita, entre a década de 1960 e 70, reclamando ao Estado a existência de estradas que, em certo sentido, “desilhassem” suas regiões. Por outro lado, considero importante mencionar, aquela interpretação que considera as redes de telefonia catarinense, antes do que as estradas, o papel de promover as expectativas da integração, como se o telefone pudesse ser o principal agente desse processo: “[...] pode-se afirmar que a rede telefônica intermunicipal foi o primeiro sistema de comunicação organizado em fundação da integração estadual e do

fortalecimento da um poder estadual.”⁴ Certamente, a telefonia desempenhou seu papel, porém, limitado, pois até fins da década de 1980 e início da de 90, as linhas telefônicas ainda eram de valor elevado, o que diminuía significativamente a capacidade de massificação e de utilização desse tipo de rede, conforme indicam as pesquisas realizadas por André Luiz Santos⁵, nas quais é demonstrada a baixa capilaridade de telefonia residencial até a década de 1960 em vários centros urbanos. Em uma das cartas utilizadas para essa pesquisa, identifiquei críticas à telefonia, até mesmo piora dessa rede quando o Estado resolveu encampá-la, tal como questionou um morador de Chapecó: “E o telefone entre as cidades e vilas que a iniciativa particular havia criado? Em alguns lugares simplesmente desapareceu depois da emcampanção [sic] pela CTB [Companhia Telefônica Brasileira].”⁶

Defendo a interpretação de que a construção territorial de Santa Catarina se efetivou por força de investimentos simbólicos e materiais no sistema rodoviário. Forjaram-se tentativas de identidades paralelamente aos planos que davam novos destinos aos espaços. Acredito que na longa duração temporal, a integração territorial ajuda a compor uma comunidade imaginada catarinense, posto que a ideia de integração forjou-se, paralelamente, a busca da identidade nos projetos de governo. Mas, também, algumas escolhas, dificuldades e mesmo contradições do que se buscava para a integração via redes – como o caso das telecomunicações e programação de TV – resultaram justamente no que se buscava evitar: influência externa vinda dos Estados vizinhos. A instalação de uma rede de televisão vinda do Rio Grande do Sul na década de 1970, com “conivência” e apoio estatal representou, no meu modo de ver, um fracasso na tentativa de catarinenses criarem suas próprias redes de integração, como se apregoava.

O período em que trato essa pesquisa e ao qual mais me dediquei, a fim de conhecer a massa documental analisada, é o de forte busca por uma ideia de modernização. Cronologicamente, o período é semelhante, para não dizer o mesmo, do corte temporal realizado por Reinaldo L. Lohn na dissertação de mestrado “Campos de

⁴ SANTOS, André Luiz. “Dinâmica territorial da rede telefônica em Santa Catarina: 1927 a 1960.” In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. Lima da (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 2.ed. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2007, p.177-196 (cap.08). citação p.177.

⁵ *Ibidem*

⁶ Revista *Visão*, 25/04/1970, p.13. carta de Luiz Roberto Barichello (Chapecó/SC).

atraso, campos modernos”.⁷ Enquanto Lohn compreende a rápida urbanização e autoritária implantação de pactos e projetos de submissão do campo à cidade, via propostas da extensão rural, aqui é avaliada como a natureza tornou-se empecilho para a constituição de uma “Santa Catarina imaginada”. Um conjunto de vias, entroncamentos e capacidade de maior locomoção automotiva é que reduziriam o papel dos aspectos físicos, considerados como principais responsáveis pela dispersão. Certamente, não foi o discurso oficial do aparato estatal o único a desejar rodovias e seus asfaltos como panacéia para uma Santa Catarina que se desejava menos periférica do que se constatava. Muitos reivindicaram em cartas presentes, nas páginas de revistas como *Visão* e *Veja*, por exemplo, que as boas estradas chegassem a suas regiões. Nessas cartas percebi que aqueles que escreviam, interpretavam a não existência de estradas, como desatenção e abandono público de toda a sua região e sinônimo de pobreza ou inferioridade frente às regiões que privilegiadamente possuíam boas estradas, com longos trechos asfaltados. Compartilho da expressão: “O discurso sobre os lugares, revelador da consciência do espaço.”⁸ É o que busquei tratar no primeiro capítulo.

A natureza tratada como um empecilho, menos intenso, entretanto, é no discurso governamental, se comparado, por exemplo, com a carta de um padre que atuava numa paróquia em Itajaí, o qual declarava, em 1969, a necessidade de derrubar matas, pois enxergava como atraso a elevada densidade de verde presente, com florestas cobrindo Santa Catarina. Em uma declaração, frontalmente oposta ao movimento socioambiental conservacionista, em gênese naquele momento, a permanência de matas era encarada como sinônimo de não civilização e, o mesmo padre solicitava das autoridades, pressa na construção de estradas para tirar Santa Catarina de uma condição tal qual o nordeste era para o Brasil! “A relação dos homens com a natureza implica níveis de percepção do meio que os abriga.”⁹ Estou tratando do final de um período em que o desflorestamento é quase predominantemente visto como progresso e a natureza mais um empecilho do que um benefício. Acredito que, a partir da metade da década de 1970, encaminha-se maior ocorrência das mais contundentes críticas ao modelo de degradação ambiental

⁷ LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Campos de atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975).” Florianópolis, 1997. **Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós Graduação em História**, CFH, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert. “A questão do sujeito na produção do espaço.” In: __. **Ideologias Geográficas**. Espaço, Cultura e Política no Brasil. 5ed. São Paulo:Annablume, 2005, pp.15-26. p.25.

⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. “Geografia e consciência do espaço”. In: __. **Ideologias Geográficas**. Op.cit. pp.27-35 (cap.02), p.27.

praticado no Brasil, entretanto, a época referida, nessa pesquisa, é anterior¹⁰ ao que observou Maria Bernadete Ramos Flores a respeito da emergência de sensibilidades ambientais mais afluídas e de preservação romântica (bucólica) e seletiva, predominante na atualidade. Nas fontes, consultadas por mim, são poucas as opiniões preservacionistas, embora existentes.

Motivou-me, através desta pesquisa, compreender, por que, afinal, indivíduos e aparato estatal voltaram seus discursos para o meio físico/natural, utilizando-se de metáforas espaciais para dizer da inexistência de uma comunidade catarinense? Por que atribui-se ao meio natural a desintegração de Santa Catarina? A necessidade de fabricação de uma unidade discursiva tornou o inimigo, durante larga história da construção de estradas, o próprio espaço considerado catarinense. Mas, também, foi encarado como problema na implantação de um território catarinense integrado, a população indígena, embora essa fora localizada dentro de um quadro natural, junto aos demais empecilhos como rios, clima, cadeias de serras, montanhas e densas florestas. A historiadora Luisa Tombini Wittmann compreendeu como a implementação de estradas e caminhos foi um dos importantes e fortes mecanismos para submeter aos colonizadores as populações que viviam antes da chegada dos brancos: “A solução da questão indígena viria através da transformação da selva em morada do moderno. A mata receberia estradas que, rasgando o verde, permitiriam a subjugação dos chamados selvagens. A vitória de uma outra cultura mudaria os índios.”¹¹

Uma das importâncias atribuídas às redes era fazer contatar as diferenças culturais internas, superando a natureza que tornava a integração difícil e lenta. Quando perguntei a respeito das estradas, em depoimento de um dos principais assessores de políticas públicas catarinenses, no que se refere ao planejamento rural, o ex-secretário de agricultura e abastecimento, Glauco Olinger¹², argumentou que para iniciar o tema das estradas catarinenses, era necessário, antes, falar da colonização. Para o ex-técnico do quadro governamental, grande parte das estradas abertas em Santa Catarina é resultado das ações de variados grupos migrantes e ações de colônias inteiras, que, desde o processo de fixação e instalação, atuaram na construção de caminhos, com

¹⁰ FLORES, Maria B. Ramos. “A inquietação dos sentidos.” In: ___. **A farra do boi**: palavras, sentidos, ficções. 2.ed. Florianópolis: Ed.da UFSC, 1998. p.51-79.

¹¹ WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p.61.

¹² Glauco Olinger atuou como secretário em vários governos, inclusive na esfera federal (ver, por exemplo, *Revista Visão* 17/09/1979, p.56), principalmente durante anos 1950, 60 e 70 no contexto da modernização agrícola, via “Revolução Verde.” Entrevista realizada na Epagri: 25 setembro de 2011.

estratégias de escoamentos da produção e derrubada de matas para dar passagem às suas necessidades e interesses.¹³ Realizo interpretação contrária a essa da colonização igual a estradas. Não compreendo como, em alguns discursos, entre eles o governamental, é defendido o mérito das estradas aos imigrantes colonizadores, mas também atribuem a esse tipo de ocupação como sendo uma das causas da formação de ilhas culturais isoladas.

Acredito que, boa parte da colonização e atração de fluxos de imigrantes, assim como a localização e sede das colônias projetadas em Santa Catarina foram consideradas como fatores de comunicação. Desejava-se do povoamento via imigrantes preferencialmente aceitos para: o apoio de comunicação entre vilas existentes, aberturas de estradas e o domínio territorial. Não há como negar que os imigrantes tiveram papel importante em várias frentes de construção e melhoria de caminhos, entretanto, boa parte dos planejamentos de estradas atrelava a necessidade de fixação de núcleos coloniais, fazendo parte de um mesmo projeto, tanto a manutenção de bons caminhos como a existência de moradores permanentes. Além do mais, a formação de núcleos coloniais visava à ocupação da terra e nisso estava implícito a abertura de caminhos. Acredito ser parte da colonização em terras catarinenses, resultado da vontade de projetos de integração, e não as estradas serem “benesses” edificadas por imigrantes virtuosos. A colonização foi estimulada também, como mecanismo de integrar regiões. Em parte, é como resultado do diagnóstico da desintegração que se passa a valorizar e criar núcleos coloniais; estou, portanto, de acordo com a interpretação de Paulo Pinheiro Machado, quando entende que a criação estratégica de várias colônias teve, entre outros fins, a intenção de auxiliar em “apoios logísticos” na realização de deslocamentos. Para esse autor, a colonização em Santa Catarina, através da venda de terras aos imigrantes europeus, foi dirigida com a finalidade de promoção da integração viária da Província: “O governo dirigiu a colonização para a subida da serra, entre outras razões, para a expulsão de indígenas, a manutenção de estradas e a conseqüente conservação de caminhos de comércio entre o planalto e o litoral.”¹⁴ A colonização é também resultado

¹³ Jamundá parece estar de acordo com essa interpretação para Blumenau: “E se admita a contribuição significativa da rede de estradas vicinais, principalmente, a da Bacia do Itajaí, conservada pelos proprietários na extensão da testada dos seus lotes. E tal reconhecimento nacional aconteceu na década de [19]40. E as estradas estaduais da malha catarinense foram quem asseguraram o pesado trânsito entre São Paulo e Rio Grande do Sul, exatamente, no período no qual a navegação de cabotagem esteve ameaçada pelos submarinos nazistas.” JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. “Ao redor do Dr. Blumenau.” Revista **Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII. Nov/Dez de 1992 pp.417-420. nº11-12.** Blumenau.

¹⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. “A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-1912).” In: **Anais do**

dos interesses de fazer existir estradas em Santa Catarina; os caminhos e projetos viários geraram a colonização que, por sua vez, resultaria em integração.

É ponto comum na literatura de formação histórica da “logística”¹⁵ em Santa Catarina, que a vontade de “superar” o meio natural também necessitou de organização e forças não desprezíveis, mas o que pergunto aqui é: ao longo das tentativas e discursos de se fazer melhores estradas chegarem aos mais remotos lugares, possibilitar às pessoas ligarem-se umas às outras e a implementar formas modernas de comunicação, assim nesses processos de criação de redes, foram estabelecendo-se e fortalecendo vínculos dos catarinenses com suas terras? Penso que sim, embora com paradoxos, frustrações de projetos e lentidão, as pessoas de diferentes áreas de Santa Catarina se sentiram mais conectadas nessa comunidade imaginada catarinense, projetada pelo aparato estatal, desejada por intelectuais e políticos de diferentes vertentes. Não é que as diferenças foram esquecidas, mas algumas delas (como as distâncias) foram sensivelmente reduzidas: “A descrição das distancias comprovava, entre outras coisas, a luta que o homem travava contra o espaço que, por vezes, era encarado mesmo como um inimigo que precisava ser vencido.”¹⁶ Busco responder nessa dissertação, como pessoas, e instituições apresentaram percepções de espaços, reverberando “vínculos catarinenses”, durante os projetos de modernização do integrar-se e do locomover-se.

Acredito que o que poderia ser considerado “simples fato” de as pessoas passarem a reivindicar melhor e maior presença do Estado catarinense em suas regiões (qualificadas como “esquecidas e abandonadas”) é um importante indício de como elas passaram a desejar – projetando expressões – como se sentindo pertencentes à Santa Catarina. Assim como, também, notei que aquelas pessoas escreveram às revistas, solicitando que falassem bem de suas cidades ou as classificassem corretamente em uma determinada região, acabavam por reivindicar vínculos mais fortes com o espaço local, ou seja, de pertencimento à comunidade de menor porção, como é o município, a cidade, a região; essa última quase sempre relacionada à área de uma bacia hidrográfica. Entretanto, mesmo as cartas que cobravam da imprensa um “bom retrato” da sua cidade, algumas delas falavam das boas posições em que se encontrava sua cidade dentro do conjunto maior: o Estado de Santa Catarina. Encontrei situações em que as pessoas

XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo : ANPUH, 2011. v. 1. p. 1-16. p.06, disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300573491_ARQUIVO_PoliticadeterasSC.pdf

¹⁵ A obra mais atual e completa a respeito da primeira estrada de maior envergadura em SC é o livro: BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

¹⁶ BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral.** Op.cit. p.58.

escreveram, dizendo do desejo de verem suas regiões melhor inseridas na imagem de uma Santa Catarina bem sucedida e de bem-estar social, imagens tão comuns e constantes nos discursos governamentais. Assim, são enfocadas, através desta pesquisa, duas temáticas principais:

- a) representações de apego e pertença à comunidade, discursos de vínculos espaciais, sentimentos de defesa do lugar e reivindicação de pertencimento;
- b) junto de um processo de integração rodoviário, implantação de redes e desejo (do aparato estatal, intelectuais e folcloristas) de uma identidade catarinense homogênea.

É preciso lembrar, ainda, que a ideia de integração catarinense não é necessariamente nova nas propostas de governo e em suas representações a respeito de seu território, mesmo no século XX. Alguns estudos já focaram o tema. Hermetes Reis de Araújo apresenta¹⁷ como na Primeira República, parcela da elite política catarinense vinculou como bem sucedida suas ações se mantivesse íntegro seu território, desejando evitar as influências expansionistas das províncias vizinhas e vontade de impor a capital como cabeça polarizadora, efetiva de todo Estado. A busca por uma homogeneidade passou a ser tema de parte da elite. Num momento seguinte, já nos anos do nacionalismo do Estado Novo (1936-45), a integração passa a ser vista dentro do conjunto da Nação, sendo que as diferentes áreas de colonização catarinense deveriam integrar-se por meio da língua portuguesa. A heterogeneidade interna deveria ser diluída em busca pela homogeneidade do País.¹⁸ Atribui-se maior brasilidade às várias parcelas populacionais do litoral catarinense, investindo-se no “resgate” da cultura de origem lusa como uma das principais contribuições da colonização açoriano-madeirense na costa de Santa Catarina, que deveriam inspirar na brasilidade, os demais catarinenses.¹⁹

Parto da ideia de que por volta do governo de Jorge Lacerda (1956-58) intensifica-se a não mais aceitação (ou continuidade) da desintegração catarinense. Ao menos nos relatórios de governo, a partir daí, as ilhas de culturas ou ilhas econômicas como afirmavam, deveriam ser ligadas entre si, ordenadas pela ilha capital. Grande parte das redes passou a ser representada como fatores de maior integração, ou seja: rodovias, rádios, televisão, telefonia. Nesse governo, realiza-se o primeiro Levantamento Aerofográfico de Santa Catarina, com o objetivo de auxiliar na expansão

¹⁷ ARAÚJO, Hermetes Reis de. “O discurso da integração”. In ___. “A invenção do litoral. Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República.” **Dissertação (Mestrado em História) PUC/SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.** pp.92-109 (top.II, cap.03).

¹⁸ CAMPOS, Cynthia Machado. “Diversidade e Integração”. In: ___. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008 (cap.02) pp.59-104.

¹⁹ FLORES, Bernadete. Ramos. “A invenção da açorianidade.” In: ___. **A farra do boi.** Op.cit.

das estradas e nos estudos das bacias hidrográficas. É concluída, também, a primeira rodovia estadual asfaltada, entre Blumenau e Itajaí, assim como reformada a estrada Dona Francisca, região que liga Joinville a São Bento do Sul. Observam-se nesses dois casos, o investimento em estradas no sentido “horizontal” (leste-oeste). As representações da criação de uma homogeneidade, em Santa Catarina, articulada ao papel de estradas, toma maior vigor e evidência na década do Pós-Segunda Guerra. O governo de Jorge Lacerda é um dos que mais marcam essa tendência de associar construções de estradas com integração cultural catarinense, enquanto se percebe, também, em alguns de seus antecessores, a prática de projetos rodoviários bastante predominantes no discurso dos feitos do governo.

Percebo no discurso governamental, em estágio após certas redes implantadas e conexões realizadas, sejam rodovias abertas, asfaltos em vários lugares, que se passou a valorizar a identidade de Santa Catarina como plural, heterogênea e até mesmo miscigenada. Houve governadores que buscaram resgatar, como se nas profundezas estivesse, o “homem do Contestado”.²⁰ Embora não seja o período que cobre essa pesquisa, a ideia de uma Santa Catarina como um mosaico étnico democrático e que todos têm voz e vez, é utilizada por parte da elite catarinense que pertencia ao governo militar da última ditadura e que mobiliza um discurso de governo popular²¹ na redemocratização. Vale não esquecer que a elite econômica política catarinense atuou fortemente em rede quando desejava atingir seus objetivos. Embora o discurso predominante fosse o da necessidade da rede tecnológica, por isso, moderna, para integrar o território, os governantes em Santa Catarina não eram desintegrados socialmente. Como Patrícia Zumblick S. May demonstrou em sua pesquisa que, tanto para apoiar e implantar o golpe de 1964, quanto em seguida auxiliando ao torná-lo justificável, o empresariado²² esteve intimamente influenciando a política formal e

²⁰ AURAS, Marli. Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos “fanáticos” do Contestado à “Opção Pelos Pequenos”. **Tese (Doutorado em Educação) PUC/SP, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.**

²¹ SERPA, Élio Op.cit. p.74-75: “[...] o Governador do Estado Espiridião Amim publica um texto em que, primeiramente, reconhece que a ocupação e colonização do Estado de Santa Catarina proporcionou a formação de um mosaico rico sob os enfoques culturais, étnico e econômico.” “Espiridião Amim não estava interessado em discutir problemas de concentração da renda, da propriedade que eram e são questões cruciais no Estad. No, entendo, o fato do povo despontar no cenários político como aquele que pode escolher através do voto seu representante máximo, fez com que se engendrasse proposta do típico catarinense, “o jagunço do contestado”, mas que seriam nominados como “pequenos”, portanto, deveriam ser tutelados por pessoas e órgãos esclarecidos, que lhes apontariam o que fazer e como fazer.”

²² MAY, Patrícia Zumblick Santos. “Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970).” **Dissertação (Mestrado) Curso de Pós Graduação em História, CFH, 1998 Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.**

institucional. Assim como as diferentes redes conservadoras que mais disputavam e segmentavam o poder em Santa Catarina, divididas entre PSD e UDN, no momento de fechamento democrático, uniram-se e se articularam em redes sócio-políticas de manutenção de privilégios e influência. Não apenas a elite, mas relativa parcela da população se mantinha em contatos e trocas comerciais, entre regiões de longas distâncias.

Seria fundamental perceber e enfatizar como havia sim contatos, influências e mobilidades internas em Santa Catarina, não necessariamente por uma única forma de comunicação. Uma pesquisa de mestrado instigante demonstra como se formou, em Itajaí, demandas por embarcações em fins do século XIX e primeira metade do XX, desencadeando, em consequência, uma “protoindústria”, com fases mais artesanais ou mais complexas de produção. O comércio entre portos catarinenses (São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis e Laguna) gerou necessidade de embarcações, sendo que alguns estaleiros chegaram a vender barcos de madeira, não apenas em Itajaí, mas também em outros municípios da região. A professora Joana Maria Pedro apresenta, em sua cuidadosa dissertação de mestrado, como a construção naval itajaiense surgiu em resposta às atividades econômicas desenvolvidas e ao mercado local. Demandavam-se embarcações para a efetuação de comércio, inclusive, quando Itajaí passou, após a Segunda Guerra, a comercializar mais com portos nacionais, entre eles destaque ao Rio de Janeiro, ao qual se deveu a diminuição das trocas com portos catarinenses, necessitando-se, para tanto, maiores e mais bem estruturadas embarcações. A indústria de Itajaí, que era especializada na produção quase artesanal de barcos em madeira, não conseguiu acompanhar o aumento da complexidade da demanda, como as embarcações em aço. Até os anos 1930, a indústria naval “[...] apenas do uso de métodos que poderiam ser considerados rudimentares, conseguiram satisfazer a demanda do mercado que até este período fora pouco exigente.”²³ Em paralelo às novas demandas de um mercado em transformação, as rodovias também passavam a ocupar o papel central como meio de transporte em detrimento da navegação. As melhorias de estradas de rodagem, sobretudo nos anos 1930 e 40, principalmente pelos investimentos realizados no governo de Nereu Ramos (1935-45), corroborou com a decadência da produção naval. Em muitos casos, como por exemplo, entre Blumenau e Itajaí, segundo

²³ PEDRO, Joana Maria. “O Desenvolvimento da Construção Naval em Itajaí, Santa Catarina, uma resposta ao Mercado local, 1900 a 1950.” **Dissertação (Mestrado em História), 1979, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. Programa de Pós-Graduação em História. p.III**

demonstra Joana Pedro, o custo pelo transporte fluvial se torna mais elevado e dispendioso do que o deslocamento rodoviário, sendo esse cada vez mais utilizado:

o desaparecimento do comércio com os portos do Estado, tem entre suas causas, a concorrência do transporte rodoviário. Os custos operacionais das embarcações tornavam caros os fretes, e em vista da pequena distância. Não conseguiam concorrer com o transporte rodoviário; à medida que a rede viária se desenvolvia.²⁴

O impacto rodoviário, não se limitou às proximidades das regiões litorâneas catarinenses, nem apenas às embarcações em madeira produzidas em Itajaí; cito um exemplo para o Extremo-Oeste, mesmo que aproximadamente quase duas décadas após o litoral. Ao que parece na região do rio Uruguai: “A partir dos anos 1960 [sic] com a implementação do sistema rodoviário, o uso de balsas vai diminuir.”²⁵ Outro importante indício da maior utilização de automóveis e opção pelo rodoviarismo é a ampliação da quantidade de combustível trazido do Rio de Janeiro via porto de Itajaí. Se, durante a Guerra, os escassos e caros derivados de petróleo favoreceram o transporte marítimo, findo o conflito, o automobilismo passa a ser mais empregado, o que aumenta o volume de entrada de combustível em Itajaí: “A partir de 1947, a gasolina passou a encabeçar a lista de importações.”²⁶ Portanto, havia outras maneiras de realização de deslocamentos dentro de Santa Catarina, muitas vezes, associavam-se vários meios para se chegar a um determinado local, parte do trajeto em carroças, trens, barcos e automóveis.

O caso do discurso governamental de Santa Catarina, seja da década de 1940 e a partir de 50, chama a atenção por tratar a natureza como metáfora para falar do social. Referia-se ao que se compreendia território catarinense, com expressão: ilhas de cultura e ilhas econômicas: “A interligação entre as ilhas econômicas do Estado proporcionará a este, a maior unidade e coesão econômica.”²⁷ Não bastasse a própria capital estar localizada em uma porção de terra cercada por água, governadores representavam o conjunto catarinense formado como uma reunião de ilhas, para dizer do isolamento, independência e mesmo pouco contato das regiões umas com as outras. Talvez, por serem as diferenças impossíveis de esquecer no dia-a-dia – como parece que requer a perpetuação do sentimento nacional – que o Estado entendeu como necessário forjar

²⁴ PEDRO, Joana Maria. Op.cit. p.14.

²⁵ BRANCHER, Ana “História na literatura, história e literatura.” In:___ (Org). **História em Santa Catarina**: estudos contemporâneos. 2.ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, pp.199-210. citação p.203.

²⁶ PEDRO, Joana Maria. Op.cit. p.18.

²⁷ Estado de Santa Catarina, **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 19 de abril de 1949**, pelo governador em exercício, José Boabaid. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, p.63.

estradas e meios de integração para, enfim, fazer esquecer as diferenças e enfatizar possibilidades de encontros.

Comunidade/s imaginada/s, vínculos territoriais e pertencimentos

Tem sido interpretado, como exemplo de construções sociais, as marcações de fronteiras, delimitação de áreas, classificações de regiões e locais de influência e poder. Muitas vezes, as delimitações são arbitrárias na constituição do que se define como territórios, seja (Estado) nacional – um País – ou em outras escalas. Antonio Carlos Robert Moraes²⁸ aponta a necessidade de aplicação de abordagens críticas nos estudos e análises dos regionalismos, no Brasil, que enfoquem uma perspectiva interdisciplinar. Esse mesmo autor entende que as formas espaciais são produtos históricos.²⁹

Parece ponto pacífico e mesmo classificações conceituais, tratar e partir do pressuposto de que o estabelecimento de fronteiras, espaços de influências, posse Estatal e suas linhas demarcatórias, de início e fim de domínio são espacialização de poder que se constituem, impõem ou se legitimam. Muitas vezes, demarcações, delimitações e jurisdição, realizadas pelo próprio Estado, carregaram consigo constante fricção, concorrência e necessidade de legitimação, num claro processo de invenção.

Segundo Benedict Anderson³⁰, faz parte das genealogias nacionais, mecanismos de construção de esquecimentos. Geralmente, nessas genealogias da nação, são selecionados aspectos, interpretados como estando na base do que “origina” determinada nação. Ideias que podem passar por conceitos sólidos, ou como se mesmo estivessem presentes na realidade; são, antes de tudo, construções sociais. Seja a nação, a região, o território, a fronteira. Como disse Lucien Febvre: “A tese da fronteira predestinada não resiste, de fato, nem ao estudo do passado nem à observação do presente.”³¹

O sentimento nacional tem conseguido maiores adesões do que mobilizado intelectuais para o estudo do nacionalismo. Benedict Anderson considera que o debate e a compreensão a respeito da nação não foi um tema refletido pelo marxismo, nem

²⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert. “Prefácio”. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. “**Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho.” Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2000. pp.09-10.

²⁹ MORAES, Antonio Carlos Robert. “A questão do sujeito na produção do espaço.” Op.cit. p.15.

³⁰ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

³¹ FEBVRE, Lucien. “**O Reno:** história, mitos e realidades”. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.235.

objeto das ciências sociais de maneira geral. Para o autor da obra “Comunidades Imaginadas”, a interpretação da formação do imaginário que possibilita a coesão para a constituição nacional, deveria buscar por interpretações que passassem por perguntas, tais como: quais artefatos culturais provocam adesão profunda das pessoas à idéia de nação? Como entender o imaginário de pertencer à comunidade? A introdução de questões como estas, tornou o autor e sua obra conhecida, devido, também, a inexistência de aprofundamento de abordagens que discutissem atentamente o nacionalismo. Como o próprio Benedict Anderson explica a respeito desse silêncio, diferente das constantes preocupações e estudos do liberalismo, comunismo, capitalismo, socialismo, pouca atenção foi direcionada a esse Outro *ismo*, talvez, porque envolva situações menos “materiais” e mais subjetivas:

[...] ao contrário do que se passa com a maior parte dos outros ‘ismos’, o nacionalismo nunca produziu os seus próprios pensadores de monta: não há um *Hobbes*, um *Tocqueville*, um *Marx* ou um *Weber* do nacionalismo. Este ‘vazio’ facilmente dá origem a uma certa condescendência por parte dos intelectuais políglotas e cosmopolitas.³²

Pode dizer-se que a intensificação do que se convencionou nominar Globalização, tenha acentuado³³ sobremaneira os estudos a respeito da nação e as suas variadas possíveis interfaces. Como afirmou Octavio Ianni: “Este é um mundo em que a nação começa a parecer província [...]”³⁴

A obra de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff Fenart pode ser considerada uma tentativa de articulação de discussão do nacionalismo, em relação à etnicidade. No livro “Teorias da Etnicidade”, os autores comentam a literatura a respeito de sentimentos de formar um povo, partilhado por membros com potencial de lealdade e solidariedade dentro de uma fronteira, e entendem que assim como a nação, a discussão da etnicidade é recente, toma corpo no final da década de 1960. Entretanto, os vínculos étnicos também são aqueles que concorrem com o sentimento nacional e até mesmo, há quem acredite que a etnicidade desempenha um papel fundamental, pois “[...] chegou a concorrer com a classe (a unidade que engloba os indivíduos definidos por sua posição comum dentro do circuito da produção) como categoria fundamental de diferenciação

³² ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Op.cit. p.24.

³³ “[...] o Estado-nação não desaparece com a consolidação do processo de globalização. Estou convencido de que seu papel é fundamental em diversos setores, como o monopólio da força. Não creio que a discussão sobre identidade nacional se esgotou.” ORTIZ, Renato. **Um outro território**: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2005, p. 12.

³⁴ IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 12.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.153.

social.”³⁵ Por outro lado, como bem lembra Otto Bauer, “Seria inútil perguntar se a classe dá origem a uma comunhão mais intensa de caráter do que a nação ou vice-versa. Não há nenhum padrão objetivo capaz de medir a intensidade dessas comunhões.”³⁶ Para Eric Hobsbawm: “[...] a etnia é um modo de encher os espaços vazios do nacionalismo.”³⁷

Os autores de “Teorias da Etnicidade” estão de acordo com a ideia de que a nação também se constitui por uma constante: a do esquecimento. No dia-a-dia da nação, mais convém esquecer as inúmeras diferenças do que apenas enfatizar as semelhanças. Ou seja, o não dito a respeito das diversidades no interior da nação, mais contribui para sua coesão do que seu inverso. Assim como Benedict Anderson atribui a Renan, no ano de 1882, a frase: “A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham coisas em comum e esqueçam muitas das coisas que são diferentes”³⁸, Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff Fenart traçam a mesma referência para chegar à conclusão: esquecimento das diferenças é essencial para fundar sentimento de pertença.

Durval Muniz de Albuquerque Junior³⁹ entendeu a identidade nacional ou regional como uma construção mental; trata-se, para ele, de conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual e das variedades de experiências afetivas. No Brasil, por exemplo, segundo Albuquerque Junior, ao longo do tempo, a ideia de nação passou pelo (convencimento do) regional. É parte da construção da nacionalidade brasileira o confronto, as disputas e mesmo competições friccionadas entre as regiões, para dizer e impor o que é nacional. Albuquerque Junior localiza no tempo a maior desproporcionalidade e embate entre regiões para efetivar o que é nacional no/do Brasil. O corte marcante, segundo aquele historiador, é percebido a partir da República com a derrubada do Império – em uma clara referência a sobreposição de uma área do País sobre outras – disfarçou-se certo regionalismo em nacionalismo, criando-se a nacionalidade em bases regionais que competem entre si: “Um regionalismo que, após a Proclamação da República, passa a se expressar cada vez mais sob o disfarce do nacionalismo. São visões e interpretações regionais que buscam

³⁵ POUTIGNAT, Philippe; FENART, Jocelyne Streiff. “**Teorias da Etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.”. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p.26.

³⁶ BAUER, Otto. “A Nação”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp.45-83. p.47

³⁷ HOBSBAWM, Eric. “Etnia e Nacionalismo na Europa hoje.” In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp.271-282. p.274.

³⁸ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Op.cit, p.261.

³⁹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN/Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999. p.27.

se impor como nacionais, e cujo embate é um dado fundamental na história do país.”⁴⁰ Penso que Ruben Oliven está de acordo com essa constatação da sobreposição ou inserção de um regionalismo na nação com o advento da primeira República, pois entende que:

Provavelmente em decorrência das transformações sociais que estavam ocorrendo, constata-se que durante a República Velha se acentua a tendência de pensar a organização da sociedade e do Estado no Brasil e de discutir a questão da nacionalidade e da região em nosso País.⁴¹

Não foi sempre que a região se tornou referência para o nacional; isso quer dizer que se pode entender a dinâmica do nacional-regional não como constante, uniforme, muito menos “homogênea”, havendo várias rupturas⁴² e discontinuidades. Costuma-se atribuir as diversidades entre regiões – diferentes umas das outras – à capacidade de tornar frágil e pouco “consistente” da nacionalidade brasileira, já que o regional teve papel decisivo na constituição das pertencças ao nacional. Na revisão bibliográfica que fiz sobre o tema, acredito ter encontrado em Milton Santos e Maria Laura Silveira uma frase expressiva da fricção regional-nacional ou a dinamicidade da diversidade no Brasil, quando afirmaram: “A história do território brasileiro é a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões.”⁴³

Se a nação é uma criação, junto do forjar sentimento de pertencimento a ela, a região também o é. Em um estudo de largo fôlego, Durval Muniz Albuquerque Junior buscou historicizar como uma região foi instituída como tal ao longo do tempo. A começar por nomeá-la. O *Nordeste* do Brasil nem sempre existiu, argumenta Durval; era chamado, até a primeira década do século XX, de *Norte*. Havia uma divisão regional do Brasil que se baseava em descrições naturalistas. Diversidade dos biomas e do meio natural.⁴⁴ As diferenças regionais eram vistas como diferenças naturais. A seca foi quem

⁴⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. op.cit, p. 52.

⁴¹ OLIVEN, Ruben George. “**A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-Nação.” Petrópolis (RJ): Vozes, 1992. p. 31.

⁴² “A proclamação da República no Brasil iniciou um processo de descentralização política e administrativa que significou o fortalecimento do regionalismo. A República Nova, iniciada com a Revolução de 1930, reverte essa tendência e acentua uma crescente centralização nos mais variados níveis. É a partir desse período que um aparelho do Estado mais forte é criado e que o poder se desloca crescentemente do âmbito regional para o nacional.” OLIVEN, Ruben George. “Gilberto Freyre e a questão regional”. In: AXT, Günter; SCHÜLER, Fernando (Org). “**Intérpretes do Brasil**.” Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. pp.192-201, p.192.

⁴³ SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6 edição. Rio de Janeiro: Record, 2004. p.23.

⁴⁴ Ao que observou Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999, p.41): “O antigo regionalismo, inscrito no interior da formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. As variações do clima, da vegetação, de composição

deu certa primeira “coesão” à idéia de uma espacialização do que viria a ser o nordeste: “A seca foi decisiva para se pensar o Nordeste como um recorte inclusive ‘natural’, climático, um meio homogêneo que, portanto, teria originado uma sociedade também homogênea.”⁴⁵ Em sua tese, Durval entende que não é que se descobriu, ao longo do tempo, o nordeste como uma região, mas se regionalizou uma parte do Brasil ao torná-la o nordeste.

Aqui, pretendo fazer uma primeira constatação. Se a seca passou a agregar e auxiliou na fundação de uma ideia de região, em Santa Catarina foram principalmente às bacias hidrográficas (rios) e o relevo, apontados como os responsáveis por, justamente, dificultarem a coesão, em última instância, impedindo a constituição regional. A pergunta de fundo dessa pesquisa questiona, afinal, por que vezes autorizadas que classificam, nomeiam e permitem que aflore o que é visto como uma região, recorrerem a características do ambiente natural para dizer e justificar projetos e intervenções que visavam à integração? Fatores naturais estão longe de serem aceitos e apontados como “causadores” ou potenciais de nacionalismo (seja como resultado: nacionalidade; ou interpretação da nação), contudo, muitas vezes, destina-se ao meio natural a não “repercussão” de sentimento nacional. O meio natural é interpretado como empecilho e barreira à determinada construção de uma comunidade imaginada, mas pode ser também elemento mobilizador e gerador de sensação de semelhança, como exemplo tem-se a seca e o nordeste enquanto região. Se a natureza ou o biológico não é fator causador do nacionalismo, ao ambiente natural é atribuída culpa e adjetivos como se fosse um ator social. Ou seja, se o sentimento de pertencer à determinada comunidade não pode ser atribuído à essência via aspectos físicos (a natureza não gera o sentimento nacional), a ela são atribuídos papéis de impedir que sentimentos, afetos ou valor ocorram, esse é o caso de Santa Catarina.

Argumento que apesar das mais longínquas tentativas, a integração e coesão catarinense efetivou-se lentamente e, contraditoriamente, a partir do estabelecimento de redes de estradas e comunicação. O que em linguagem e interpretação de epopeia, seria: superação da natureza. Embora o discurso rodoviário tenha enfatizado a importância dos caminhos para a conexão territorial, defendendo, aqui, que se buscou além de fazer circular

racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas. Explicavam a psicologia, enfim, dos diferentes tipos regionais. As grandes distâncias, a deficiência nos meios de transporte e comunicação, o baixo índice de migrações internas entre Norte e Sul, tornavam estes espaços completamente desconhecidos entre si, verdadeiros mundos separados e diferentes [...].”

⁴⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. op.cit, p. 121.

mercadorias e responder demandas econômicas, mas uma forma de Santa Catarina “particularizar-se” no mundo. Em paralelo a esse processo de regionalização e do encontro dos catarinenses no Brasil, foi preciso fazer encontrar (e caracterizar) os catarinenses consigo mesmos. Construir o seu espaço, atribuindo significados nesse processo que buscava a superação da natureza, dos relevos, das cadeias de montanhas e tudo o mais que parecia ter tornado isolados e imprensados, entre outros, dois conjuntos da nação. Ao adjetivar e atribuir novos destinos e identidades aos espaços catarinenses, procurou-se novas identidades para si mesmos, como bem expressou o historiador: “Pensar uma nova identidade para seu espaço era pensar uma nova identidade para si próprios.”⁴⁶

Mas, para além do discurso do Estado, o que diziam (algumas) pessoas a respeito das estradas, caminhos e formas de “rodar” e se deslocar por partes de Santa Catarina? O que relataram as pessoas sobre estradas nas quais desejavam passar, dos lugares nos quais queriam chegar? Alguns indivíduos mandaram cartas, publicadas em revistas e nelas, escreveram avaliações, “solidarizam-se” umas com as opiniões das outras, divergiram e demonstraram em opiniões publicadas nas páginas de revista (de circulação nacional), expressando o que elas percebiam de seus habitats. Afinal, “As pessoas identificam-se com a área onde moravam desde crianças, a área para onde migram, com a área onde trabalham e onde tem amigos.”⁴⁷ Não cabe aqui, neste estudo, apontar nem como ou os porquês de as pessoas constituírem também discursos dos seus espaços. Abordo (Capítulo 1), justamente, nas viradas das décadas de 1960 para 1970, opiniões de como as pessoas conceberam seus meios socioambientais, construindo ideias, críticas ou reforçando representações muito semelhantes às utilizadas pelo aparato Estatal. Trata-se de como as pessoas captaram as suas maneiras e interpretaram uma (ou mais de uma) Santa Catarina imaginada. Além de representarem, também, de algum modo, a natureza, traçando opiniões a respeito de como a entendiam, contrárias ao progresso.

Entre outras informações presentes na mídia e revistas das décadas de 1950, 60 e 70, chamou-me a atenção, particularmente, a que apresenta a instalação de novas agências de um banco no sul do Brasil, contudo, Santa Catarina *ficava de fora*. Na

⁴⁶ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Op.cit, p.79.

⁴⁷ CLAVAL, Paul. “Uma, ou algumas abordagem(ns) na geografia humana.” In: SERPA, Ângelo (Org). “**Espaços Culturais**: vivências, imaginação e representações.” Salvador: EdUFBA, 2008. pp.13-29. p.17.

representação de um desenho e “mapa”, aparece certo “vazio” entre o Paraná e o Rio Grande do Sul:

GRAVURA 1. Propaganda de um banco.

BIG

Agora também no Sul!
...fazendo bons amigos,
com bons serviços!

CURITIBA
FILIAL: Av. João Pessoa, 60 - Ed. Tijaras, Loja 1ª

PORTO ALEGRE
FILIAL: Rua dos Andradas, 1201

Faltava o Sul, diziam os nossos clientes. Pois agora aí estamos! Paraná e Rio Grande do Sul já fazem parte, também, da nossa rede de 66 Departamentos distribuídos pelos 9 principais Estados do país. Estamos crescendo, abrindo Filiais e Agências de ponta a ponta, porque o Brasil não para de se desenvolver... e onde estejam os seus interesses nós queremos servi-lo no local!

BANCO IRMÃOS GUIMARÃES S. A.
Capital e Reservas: mais de NO\$ 22.000.000,00

RIO GRANDE DO SUL - PARANÁ - S. PAULO - GUANABARA - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MINAS GERAIS - BAHIA - PERNAMBUCO

48

Embora, três estados do sul representados na propaganda, em Santa Catarina não se instalava agência desse banco. Havia referência às capitais do Paraná e do Rio Grande do Sul, e um “vazio” no espaço catarinense. Algumas menções ao sul não incluíam necessariamente, Santa Catarina.

Não pretendo fazer uma análise de possíveis imagens que essa propaganda possa despertar, mas, aqui, faço uso dela para demonstrar alguns discursos “dos vazios” a respeito de Santa Catarina que a tratavam como “imprensada” entre o Paraná e o Rio Grande do Sul (Capítulo 2). Essa propaganda me pareceu não apenas uma metáfora, mas também resultado da dinâmica de atração de serviços e capacidade de não polarização de Santa Catarina, reforçando a idéia de *periferização* e dependência no sul. Entretanto, essa dissertação não pretende “diagnosticar” ou apresentar causas ou

⁴⁸ Propaganda publicada na Revista *Visão* em 1967, 14 de dezembro, p.17

explicações que levem a entender e registrar Santa Catarina como periférica em determinadas circunstâncias. O foco está em apontar como o governo do Estado exerceu o poder justamente para escapar dessa área de influência entre os dois Estados do Sul. Uma historiadora já interpretou a “retirada” de Florianópolis “desse vazio periférico”, quando a capital passou a ter acesso às rodovias, recebendo fluxos e modificações no sentido de uma urbanização avassaladoramente transformadora, resultado de uma conexão que antes parecia ser menos importante:

Este cenário começou a mudar a partir da década de 1960, A construção da litorânea BR-101 despertou a região para um manancial inexplorado – a indústria sem chaminés do turismo. Suas praias atraem, para o veraneio, gaúchos, paulistas, uruguaios, argentinos, e a ilha se transformou no ‘Paraíso internacional’. A inauguração de uma nova ponte, em 1972, [sic] foi completada por vias expressas, facilitando o trânsito que as ruas estreitas e tortuosas da antiga cidade já não comportam mais.⁴⁹

É possível observar, através dos planos de viação, construção de estradas e adoção de um discurso que *culpabilizava* o meio e a natureza, como o Governo Estadual edificou uma Santa Catarina integrada. A diversidade interna, as dificuldades de contato e comunicação entre as regiões e o deslocamento ao (e atração que representava) Paraná e Rio Grande do Sul foram algumas das características que o governo do Estado de Santa Catarina pensava ser necessário superar. A “colocação” ou inserção de Santa Catarina no (“rico”) sul do Brasil foi posterior, ao que parecia triunfo conquistado pelo dois Estados vizinhos.

Sigo o referencial da constituição histórica de um território, propondo dialogar com literaturas discursivas a respeito de espaços, regionalismos e formação do território no Brasil, mas também de abordagens e da formação de Santa Catarina, mobilizando fontes de documentos estatais (como relatórios do poder executivo). Opiniões de indivíduos mediadas pela imprensa, periódicos (jornais, revistas) e mídia de maneira geral, para a compreensão das metáforas espaciais (capítulo 3) e discursos da espacialidade e cultura (capítulo 2). Gostaria, de um ângulo pragmático, que esse estudo fosse colocado entre aqueles que contestam etnocentrismos.

Penso que em Santa Catarina, a integração como elemento da identidade – confunde-se com a constituição territorial e inserção nacional – trata-se de um processo com contradições, embates e, principalmente, mobilização (eleição) de características

⁴⁹ FLORES, Bernadete Ramos. **A farra do boi**. Op.cit, p.63. (foi lembrado pelo membro da banca avaliadora dessa dissertação, Prof. Dr. Pedro Martins, que a ponte foi inaugurada no ano de 1976.)

dos aspectos físicos e naturais do seu estrato, como forma de garantir e legitimar ações do governo estadual. O governo estadual, ao território, atribuiu papéis e características, dando atenção ao mesmo, visando superar o que era interpretado como fragmento. Em busca da criação de uma unidade federativa chamada catarinense, elegeu-se a natureza como forma de perpetuar a integração social.

Quando utilizo a expressão: meio, entendo como um ambiente em que está presente a natureza (espaço/meio natural) e a sociedade (espaço/meio transformado). O substrato da natureza e da sociedade é o meio que condiciona e possibilita – ou propõe e impõe – certas características e formas. O meio é o espaço como um palco em que se realiza a natureza e a sociedade, no qual se manifestam a vida biológica e cultural.

Fontes

As fontes consultadas são duas principais. 1) Mídia impressa: revistas de circulação nacional, como *Visão*, *Realidade* e *Veja* e jornal de circulação local, *O'Estado* (de Florianópolis). O tratamento e discussão teórica a respeito da imprensa e história são realizados dentro do primeiro capítulo. As demais fontes utilizadas, quando para compreender e acessar o discurso governamental, tratam-se principalmente de 2) Mensagens do Governo (poder executivo), relatórios de Presidentes de Província, Planos e Projetos (rodo)viários. Essas são as “fontes”, as quais, pode afirmar-se serem as mais convencionais, mas, aqui, nessa pesquisa, são tratadas e abordadas em algumas circunstâncias, junto com a imprensa escrita. Realizei, ainda, uma 3) entrevista com autoridade governamental à época (anos 1960, 70) da secretaria de agricultura e abastecimento, Sr. Glauco Olinger. O ordenamento das revistas utilizadas ajuda a visualizar as principais fontes da imprensa consultada, presentes na tabela a seguir.

TABELA 1
Revistas Visão, Veja, Realidade, jornal O'Estado (1965-1976) *

Ed.	Data	Reportagem, Entrevista, Cartas e/ou Conteúdo (Título)	Pág.	Ocorrência	Anexo	Texto
	05/11/1965	Santa Catarina mostra o que faz (reportagem) <i>Revista Visão</i>	41-42	(seção: feiras)	X	X
Vol.31 nº13	05/10/1967	Joinville (carta de Cristiano Pereira) <i>Revista Visão</i>	03	(seção: cartas)	X	X
	14/12/1967	Propaganda Banco BiG (agora também no Sul) <i>Revista Visão</i>	17	(seção: publicidade)		X
nº43	02/07/1969	O Desafio dos Sulistas (reportagem) <i>Revista Veja</i>	61	(seção: interestadual)		X
	29/08/1969	Piauí do Sul (carta Mansueto Tréss) <i>Revista Visão</i>	14	(seção: cartas)		
	07/11/1969	Santa Catarina (carta de Anário Jaehn) <i>Revista Visão</i>	07-08	(seção cartas)	X	X
	28/02/1970	Santa Catarina (carta Jair Freccia) <i>Revista Visão</i>	10	(seção cartas)	X	X
	25/04/1970	Santa Catarina (carta de Luiz R. Barichello) <i>Revista Visão</i>	12-14	(seção cartas)	X	X
	25/04/1970	Santa Catarina (carta de Almiro Piseta) <i>Revista Visão</i>	15-16	(seção cartas)	X	X
	25/04/1970	Santa Catarina (carta de Arno Keffer) <i>Revista Visão</i>	16	(seção cartas)	X	X
nº52	Julho 1970	Propaganda TV Coligadas (Mercado de SC...) <i>Revista Realidade</i>	326	(seção: publicidade)		X
	14/02/1971	Santa Catarina (Entre dois rumos) <i>Revista Visão</i>	94-96	(seção: economia)		X
nº390	25/02/1976	Santa Catarina (A Arena chama) <i>Revista Veja</i>	23	(seção: política)	X	X
nº392	10/03/1976	Arena (carta de César Murilo Jacques) <i>Revista Veja</i>	10	(seção cartas)		X
nº395	31/03/1976	Prefeitos (carta Antônio Carlos Pereira) <i>Revista Veja</i>	10	(seção cartas)		X
	19/04/1976	Santa Catarina (Encurtar distâncias) <i>Revista Visão</i>	60	(seção: política)		X
	17/05/1976	Santa Catarina (carta José Paulo Arantes) <i>Revista Visão</i>	05	(seção: cartas)		X
	06/12/1976	Santa Catarina (carta Vilmar Lana, Geraldo Lana...) <i>Revista Visão</i>		(seção: cartas)		X
	05/09/1977	Folclore brasileiro só para turista ver? <i>Revista Visão</i>	84-8	(seção: cultura)		X
	17/09/1979	A reabilitação do boi (produção agrícola) <i>Revista Visão</i>	56-8	(seção: economia)		
nº17.745	04/08/1974	'Gaúchos', <i>Jornal O Estado</i> (Florianópolis/SC).	16	(seção: reportagem)		X

* Tabela demonstra quais temas estão em anexo dessa dissertação e quais estão quase integralmente dentro dos capítulos também. Agradeço a colega Cintia Lima Crescêncio que inspirou e ajudou a organizar essa tabela.

I***SENTIDOS E PERTENCIMENTOS:******idealizações e críticas dos espaços em que se vive***

Capítulo 01, síntese Geral:

Este capítulo apresenta vínculos, discursos e sentidos de pertencimento que indivíduos realizaram com Santa Catarina. Tratando-se de cartas publicadas em páginas de revista de circulação nacional na passagem das décadas de 1960 e 70. Abordo aqui, pertencimentos, representações de afetos, vínculos com espaço e ideias que autores de cartas realizaram acerca do território catarinense, de aspectos da infraestrutura e materialidades nem sempre existentes em seus locais de vida. A imprensa e notícias veiculadas em revistas são também, aqui, analisadas juntamente com cartas publicadas em páginas de revistas.

1.1 Opiniões de Pertencimento? Vínculos com Santa Catarina, ideias para um exemplo da discussão de vínculos, consciências e apegos ao espaço vivido

Ao viverem em sociedade, as pessoas se relacionam umas com as outras. Compartilham cultura, estabelecem regras de convívio. Seguem ou descumprem tabus, tradições e normas que podem reforçar ou diminuir a coesão entre os indivíduos. Os seres humanos são sociais. Contudo, além de relacionar-se entre si, possuem relações com plantas, bichos e meio natural circundante. Em parte é resultado do diálogo que a natureza oferece e possibilita; grupos sociais modificam os meios em que vivem (cultura), assim como são influenciados pelas circunstâncias impostas pela natureza. Além de se relacionarem entre si (sociabilidades), os indivíduos se relacionam com o meio (territorialidades) ou o ambiente que constitui seu habitat. Questiono: é possível perceber como a comunidade imaginada Santa Catarina compõe imaginários diversos? Apresento, através das cartas, como moradores do Litoral não representavam a mesma Santa Catarina dos moradores do Meio e Extremo-Oeste. O que as pessoas dizem de um determinado meio que as hospeda é tema de fundo dessa capítulo, quando indivíduos, ao se expressarem em cartas, manifestaram opiniões sobre as ações (ou não ações) de governos em suas regiões.

Se é que há possibilidades de entender e registrar representações que genericamente se denomina, aqui, do meio, pretende-se apontar como as pessoas, ao falarem de aspectos e características de onde vivem, descreveram-nos, e realizam – mesmo que não sendo essa a intenção – avaliações, demonstrando vínculos e afetividades com determinado espaço cotidiano de moradia e existência. Segundo Milton Santos,⁵⁰ as percepções que os indivíduos tecem, a respeito do meio em que se socializam, é parte do objeto de estudo de várias disciplinas e refletem uma infinidade de possibilidades de sentimentos e interpretações. O que nas palavras de Maria Isaura Pereira de Queiros, sobre as relações das pessoas com seus entornos, fica o dito: “[...] os espaços são sempre inseparáveis da percepção que os capta; apresentam-se, então, como extremamente variáveis, já que são diversas as perspectivas que permitem tomadas de consciência.”⁵¹

⁵⁰ SANTOS, Milton. “A Geografia da Percepção e do Comportamento.” In: __. **“Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.”** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. pp. 91-97 (cap.06). p.91

⁵¹ QUEIROS, Maria Isaura Pereira de. “O sitiante tradicional e a percepção do espaço”. In __. **“O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.”** Petrópolis (RJ): Vozes; São Paulo: Ed. da USP, 1973. (estudos brasileiros). pp.48-71. p.69.

No caso de Santa Catarina, por exemplo, indivíduos, ao enviarem cartas com opiniões do que consideravam a “realidade catarinense”, acabavam por fazer representações da natureza; do que era considerado “grau de progresso” e riqueza dessa unidade federativa do País. Observa-se, em algumas dessas cartas, descrições que apontavam características de atraso; desigualdades internas; descaso dos governos. Alguns autores de cartas mobilizavam a noção de serem bairristas para bem dizer de sua terra, entendida como um modelo bem sucedido e certo exemplo de um pedaço do *Brasil que deu certo*; outros também se diziam bairristas para sugerir ações públicas e barganhar maior presença (e investimento) do Estado. Esses ressaltavam que as condições de suas regiões ainda eram muito precárias, afirmando que a Santa Catarina em que moravam não era tão próspera, assim como outros diziam ao contrário.

Pessoas escreveram, seja para convidar jornalistas ou redatores responsáveis a conhecer e ver do que se falava em texto, ou solicitavam que as informações “fossem” corrigidas. Como o caso de um autor de uma carta que assinava como sendo representante de uma comissão, solicitando aos donos da revista que lembrassem do erro de sua reportagem, anunciando que havia ocorrido falta grave ao considerar Joinville como parte ou pertencente ao Vale do Itajaí. Muitos autores das cartas aproveitavam para elogiar “a grandeza” da revista ou chamá-la de “notável”, porque o semanal fazia constantes arrumações e pedidos de desculpas em edições posteriores a respeito de algum tema publicado (“erroneamente”).

Solicitamos, penhoradamente, corrigir este lamentável engano e, apelando para o espírito de grande desenvoltura realista, já por tantas vezes demonstrado por *Visão*, permitimo-nos convidar o seu repórter para vir a Joinville, para, junto com o signatário, visitar São Francisco do Sul, pôrto natural norte-catarinense, e interar-se dos detalhes necessários à correção do engano.

Joinville, SC. *Cristiano da Costa Pereira*.⁵²

Comissão do Lion's Clube de Joinville Pró Porto de São Francisco do Sul

Ver, na imprensa, a cidade localizada numa região que não é considerada a sua é um fator que levou o autor do trecho acima a emitir uma solicitação aos responsáveis pela revista a confirmação de que Joinville pertencia à região Norte-catarinense e não Vale do Itajaí, como havia sido escrito numa reportagem na *Visão*. Abaixo do final dessa carta publicada, são escritas três palavras na revista: “*Visão realmente errou.*”⁵³ Nem sempre, nas revistas, era admitido o erro ou se pareciam “humildes”,

⁵² Revista *Visão*, 05 de outubro de 1967, p.03 (Joinville).

⁵³ Itálico no original (o itálico aparece como resposta ou escrita da voz “da revista”).

demonstrando seus “erros” (mesmo assim, alguns leitores elogiavam as revistas quando solicitavam algo). Algumas vezes, a resposta não estava de acordo com a ideia enviada por um leitor.

O geógrafo Milton Santos⁵⁴ lembra que as representações de um determinado espaço não devem ser homogêneas como se fossem as mesmas para todos. As perspectivas economicistas tendiam a generalizar, ao que Milton Santos acusou de reducionistas (e mesmo violência à diversidade): “Se o espaço não significa a mesma coisa para todos, tratá-lo como se ele fosse dotado de uma representação comum significaria uma espécie de violência contra o indivíduo e, conseqüentemente, as soluções fundamentadas nessa ótica seguramente não seriam aplicáveis.”⁵⁵ Concordo que, para problematizar como pessoas vivem e interagem com espaços, é necessário perceber e deixar falar o indivíduo, afinal, “[...] a qualidade do espaço é variável,”⁵⁶ este não é qualitativamente avaliado de maneira única.

Em várias cartas ou trechos delas, publicadas em páginas de revistas, percebi a vontade de alguns “ufanistas” de falar e tornar público opiniões, de como o estado de Santa Catarina deveria ser melhorado ou *sua boa imagem preservada*. Entendo que as pessoas manifestam consciências dos espaços os quais pertencem. A minha hipótese é de que as consciências dos espaços são bastante amplas e diversas, embora existam opiniões semelhantes, partilhadas e mesmo comuns; as opiniões divergem, mas também se somam, inclusive no que se refere a metáforas espaciais, que tratarei com maior atenção no último capítulo. Concordo com Paul Claval, quando afirma “[...] que os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que habitam ou que os frequentam”⁵⁷ Em trechos de cartas aqui tratadas, tanto indivíduos criticam desigualdade da espacialidade a qual estão sujeitos, como aferem qualidades, valores, símbolos e características aos espaços; nomeiam-nos; classificam-nos; descrevem-nos e localizam áreas com características bem diferentes uma das outras. Afinal, diversas populações e componentes de uma mesma província não a vivem da mesma maneira.⁵⁸ Os lugares são repletos de sentidos que as pessoas lhes atribuem e vivem. Se as imagens possuem conteúdo simbólico, os espaços também.

⁵⁴ SANTOS, Milton. *Ibidem*.

⁵⁵ SANTOS, Milton. *Ibidem*.

⁵⁶ QUEIROS, Maria Isaura Pereira de. *op.cit.* p.70.

⁵⁷ CLAVAL, Paul. “**A geografia cultural**”. Tradução de Luiz F. Pimenta e Maragareth de Castro A. Pimenta. 3ªed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. p.55

⁵⁸ *Ibidem*.

Não busco, aqui, o entendimento, o motivo (e os porquês) de as pessoas enviarem cartas a revistas como *Visão* e *Veja*, para exigirem melhorias do que observavam e registravam como necessária mudança. Não é minha motivação ou interesse analisar o que levou as pessoas a enviar suas opiniões para as revistas que diziam ler. Muitas vezes, as opiniões eram escritas e remetidas à revista como uma espécie de resposta a um determinado debate de opiniões, “ofensas” e ressentimentos; assim é o que afirmavam alguns dos autores das cartas. Justificavam no trecho das cartas dos Outros, publicados na revista, se concordavam ou não, para dizer das motivações que os levaram a escrever as suas próprias opiniões e as postarem. A imprensa parecia ser vista e talvez fora, mesmo assim, utilizada como um canal de diálogo, possibilidade de expressar-se e comunicar à coletividade letrada, realizada através de opinião de indivíduos que pareciam interagir e trocar opiniões entre si. A proposta aqui é observar, através de trechos de cartas, como os indivíduos constituem afetos, apegos, defesa do lugar, opiniões, vínculos e relações com a comunidade a qual se dizem pertencer. Utilizo dessas cartas para perceber como eram adjetivadas “as sociedades e o meio catarinense”, particularmente da localidade e região pela qual os autores das cartas olhavam o mundo. Essas cartas possibilitam conexões e debates sobre vários temas. Seja a identidade nacional, regionalismos, discursos de constituição de pertencimento, representação de comunidades imaginadas como coesas e partilhando passado e futuro comuns. Valho-me delas (sendo fontes) para compreender o momento em que as pessoas emitiram opiniões de onde viviam e, muitas vezes, analisando esses escritos, os quais podem trazer compreensões de como elas defendiam seus meios, descreviam parcelas de suas vidas e se sentiam parte de um espaço que desejavam: melhor.

Penso tornar-se possível dialogar essas fontes, a partir da idéia de comunidade imaginada catarinense, claramente inspirado na abordagem de Benedict Anderson.⁵⁹ Aqui, entendo que não havia uma única Santa Catarina, mas representações tão díspares e contraditórias que os autores das cartas pareciam estar falando de “unidade federativa”, diferente uma da outra, mesmo se referindo a mesma. Havia sim, várias Santas Catarinas e os autores das cartas acreditavam e afirmavam isso, pelo menos havia duas que se contrastavam: uma do interior e a outra do litoral, conforme será abordado. Há, inclusive, afloramento de certo regionalismo interno que apontava o

⁵⁹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

“Oeste esquecido”. Assim como os moradores da região litorânea que pareciam não fazerem parte de uma comunidade que incluía o (Meio e o Extremo) Oeste. Segundo opinião presente nas cartas de moradores que se diziam do “Meio-oeste” ou Oeste catarinense (“Centro-Oeste” aparece em uma carta), essa era uma região esquecida para as pessoas que de lá escreviam as cartas. Principalmente, abandonada dos serviços públicos e do recebimento de ações que o Estado deveria oferecer e, na opinião de alguns, oferecia o Estado, mas de maneira desigual ao longo de seu território. Sem estradas de qualidade, nem educação ou saúde, pelas cartas, as pessoas diziam perceber como era desigual a situação entre os catarinenses de diferentes partes.

Algumas pessoas se sentiam ofendidas com determinados temas ou abordagens que algum texto das páginas da revista veiculava sobre “sua” região. A própria localização de um município ou cidade de região diferente a que o leitor se sentia pertencendo – “diferente” de sua classificação de quais municípios incluía ou fazia parte uma região – era motivo para escreverem para a redação da revista, muitas vezes solicitando que sua carta fosse publicada.

A respeito de vínculos de pertencimento, eram publicadas através da revista, reportagens que demonstravam competição entre regiões; como no caso das duas cidades, Blumenau e Joinville que competiam em várias áreas, mesmo que cooperassem para realizar um evento, como uma feira. Pode-se dizer que, de alguma forma, a imprensa contribuiu para a valorização de sentimentos de pertença e vínculos com alguns espaços, quando retratavam essas competições entre lugares.

Na edição de 05 de novembro de 1965, na matéria intitulada: “Santa Catarina mostra o que faz”, a revista *Visão* descrevia atrações, exposições e o que ocorreria na IV Feira de Amostras de Santa Catarina/FAMOSC em Blumenau. Organizada por iniciativa de associações comerciais e industriais das cidades em que ocorria intercaladamente, ano em Joinville ano em Blumenau, a feira contava com a participação de vários outros municípios. Entretanto, mesmo com histórico⁶⁰ escrito pela revista, a respeito da parceria entre as duas cidades para a efetivação da feira, o evento mais demonstrava competição entre as duas do que, propriamente, apoio mútuo. Localizadas em regiões diferentes, a reportagem atribuía a própria concorrência entre as

⁶⁰ “A feira foi oficializada em maio de 1957 e realizou-se pela primeira vez em Joinville, com 67 expositores, de 8 a 30 de novembro de 1958. A II FAMOSC, com 83 expositores, também se realizou em Joinville, de 11 a 20 de novembro de 1960. Logo após, as associações comerciais e industriais das duas cidades firmaram um acordo pelo qual a feira se realizaria de dois em dois anos, alternadamente em Blumenau e Joinville. Contudo, Blumenau não pôde realizar a III FAMOSC em 1962, e em 1963 a exposição foi promovida por Joinville.” Revista *Visão* 05 de novembro de 1965, p.41.

duas cidades “líderes”, como fator que permitiu criarem, em associação, uma única feira:

[...] a disputa entre Blumenau e Joinville pela liderança no Estado é antiga e permanece. Ambas praticamente se equivalem em potencial industrial e, somadas, representam o grosso da produção do Estado. Foi por isso que resolveram associar-se na promoção da FAMOSC.⁶¹

O caráter competitivo entre as duas cidades, na busca da conquista da liderança estadual, pode gerar férteis reflexões do regionalismo em Santa Catarina, bem como o processo de identificação das pessoas com essas circunstâncias e pertencimento das regiões. Algumas pessoas em determinadas situações buscam evidenciar que pertenciam a regiões diferentes e, às vezes, em concorrência. Com a visibilidade do aparente “sucesso” de uma região, torna mais evidente o esforço de demonstrar vínculo com o local “bem-sucedido”. Tal relação de pertencimento pode ser encontrada até mesmo nessa competição entre as duas cidades de Santa Catarina, pois, para realizar a amostra de 1965, segundo informava a revista *Visão*, Blumenau construiu um novo pavilhão de feiras “[...] e, segundo comentários que circulava no dia da inauguração, alguns empresários de Joinville já haviam declarado que construiriam um pavilhão ainda maior em sua cidade para a V FAMOSC, a realizar-se em 1967.”⁶² Estar localizado num mesmo Estado, pertencendo a uma mesma unidade federativa do País, não garante que não exista nem ocorra disputas, concorrências e mesmo não tão harmônicos sejam os vínculos de pertencimento.

No caso de Joinville e Blumenau, Luiz Felipe Falcão já registrou que, historicamente, há aspectos culturais diversos em relação à valorização da etnia. Particularmente no que se refere à influência religiosa e relação com o Estado de origem dos imigrantes, desde a época da colonização:

[...] a população de Blumenau parece mais aguerrida na defesa da identidade étnica do que a de outros municípios catarinenses, como Joinville. A explicação disto pode estar no fato de que a igreja luterana de Blumenau filiou-se ao Conselho Superior da Igreja Prussiana, que vinculava o luteranismo com o germanismo, enquanto que a de Joinville associou-se à Igreja da Baviera, mais liberal. Além disso, a industrialização da erva-mate atraiu para Joinville, já no século passado, muitos capitalistas de outras origens étnica provenientes do Paraná, os quais fixaram-se na cidade e passaram a interferir em todas as atividades ali desenvolvidas.⁶³

⁶¹ Revista *Visão* 05 de novembro de 1965, p.41.

⁶² *Ibidem*

⁶³ FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre o ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí (SC): Editora da UNIVALI, 2000. p.108 (nota numero 12).

Também houve caso de autores de cartas que convidavam outros leitores a visitarem a sua região, a conferirem, pessoalmente, o grau do (“não”) progresso. Como fez, de maneira satírica e buscando afirmar que a “riqueza” e investimento do Estado de Santa Catarina não se observava em outras regiões, como no Meio-oeste, Arno Keffer, de Joaçaba, convidou o morador de Tubarão, Jair Freccia a mudar sua opinião, indo pessoalmente até sua cidade. Contudo, faz um alerta ao morador de Tubarão para que se precavesse dos problemas existentes no Meio-Oeste:

Convida [sic] êle todos para que visitem o nosso Estado, para mostrar *in loco* o que afirma. Mas cuidado para não virem ao Centro-Oeste em dias de chuva, pois ninguém sabe se retornarão com vida em seus veículos. O melhor seria a viagem de helicóptero, para percorrerem via aérea a nossa região.
Joaçaba/SC, Arno Keffer.⁶⁴

Neste capítulo são focadas as décadas de 1960 e 70 e é justamente na virada de década, entre os anos de 1969 e 1970 que mais se analisa as publicações de cartas a respeito de Santa Catarina nas páginas da Revista *Visão*. Antes de entrar propriamente na discussão dessas cartas, faz-se uma ressalva dos limites e possibilidades de utilização da imprensa na compreensão histórica, ou melhor, no tratamento desses textos como documentos para a interpretação do passado. As pessoas disseram “coisas” a respeito da “base territorial” de que fazem parte, mediadas pela imprensa. Algumas dessas opiniões são agora tratadas para o entendimento das representações em determinado tempo, sobre um espaço; para tanto, é necessário apontar as críticas e o caráter histórico da imprensa como meio de pesquisa.

1.2 *Estranhar a mídia como informante (ou fonte) imparcial*

Opiniões, fatos e eventos podem tornar-se notícias veiculadas na imprensa quando, após selecionadas, ditas como: “relevante”. Jornais, mídia e meios de comunicação, de maneira geral, priorizam, elegem e autorizam ou não a existência de fatos possíveis de publicação; assim como as manchetes de capas de jornais e outras formas de divulgação que tendem a refletir jogos de interesse, poder e, em situações e contextos, abordar e permitir determinados temas, mas, noutros, silenciar ou nada dizer a respeito das mesmas questões, debates ou opiniões. Caso relevante e esclarecedor,

⁶⁴ Revista *Visão*, 25 de abril de 1970, p.16 (cartas).

descrito pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson⁶⁵, quando encontra notícias de fatos que há muito ocorriam, mas apenas em um momento – em determinada conjuntura – passaram a ser publicados e divulgados na imprensa. Thompson afirma que a mídia “torna-se” sensível a permitir que algum caso se torne publicável e “merecido” de tornar-se notícia, quando reflete interesses políticos, seja dos proprietários dos jornais, dos leitores ou de seus anunciantes.

No exemplo que aponta o historiador, mulheres casadas eram comercializadas no mercado local inglês, desde pelo menos 1790, mas somente no final do século seguinte é que a imprensa passou a tornar essa prática ou costume algo corrente em seus jornais. O que antes não era noticiado passou a ser:

O costume foi pouco noticiado, porque não era considerado digno de registro, a menos que alguma circunstância adicional (cômica, dramática, trágica, escandalosa) lhe conferisse interesse. Esse silêncio pode ter acontecido por vários motivos: ignorância polida (a distância entre a cultura do público de jornais e dos pobres), indiferença a um costume tão comum que não exigia comentários, ou aversão.⁶⁶

Segundo esse mesmo historiador, com o aumento de certo conservadorismo ou da popularização e circulação de costumes entre as classes sociais, o que antes era realizado e praticado naturalmente em determinada comunidade e grupo social, passou a ser visto como anormal e estranho. Num claro exemplo de circularidade cultural entre as classes, Thompson explicou: “As vendas de esposas tornaram-se dignas de menção na imprensa junto com o reflorescimento evangélico, que, ao elevar o limiar da tolerância da classe média, redefiniu uma questão de ‘ignorância’ popular como uma questão de escândalo público.”⁶⁷

É possível perceber, portanto, rupturas e mudanças que levaram os jornais a também noticiarem o que antes fora silenciado e não visto como digno de nota, afinal, “Durante grande parte do século XVIII, porém, os jornais não se prestavam a veicular comentários sociais ou domésticos desse tipo.”⁶⁸ Ainda sobre o tema, em uma perspectiva histórica, perguntou Thompson: “Pois quando foi que a venda de esposas se tornou visível a um público refinado ou de classe média, sendo assim digna de uma nota na imprensa?”⁶⁹ Explica o autor: “A resposta deve estar relacionada com mudanças

⁶⁵ THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶⁶ THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Op.cit. p.310.

⁶⁷ THOMPSON, Ibidem.

⁶⁸ THOMPSON, Ibidem.

⁶⁹ THOMPSON, P. “**Costumes em Comum**”, op.cit. p.309.

indistintas na consciência social, nos padrões morais e nos valores das notícias. A prática se tornou tema de reportagem e comentários mais frequentes no início do século XIX.”⁷⁰ As consequências e contexto de aumento da intolerância e divulgação na imprensa escrita a respeito do tema, permitiram a Thompson afirmar que, entre as mudanças, o tom de desaprovação passou a representar costumes que deveriam ser proibidos ou repreendidos, o que até então era, no máximo, escrito e presente na imprensa como parte de tantas outras práticas ditas: vulgares, cômicas ou banais. A imprensa passou a tornar *séria* notícia que fora durante muito tempo *desimportante* (que nem veiculada ou noticiada era).

O próprio jornal pode ser também “refém” e limitado a traduzir seus interesses de classe a qual representa. É também essa reprodução de interesse de classe que se deve a existência do poder e influência de alguns jornais, segundo entende Pierre Bourdieu: “Um jornal deixa de ser dominante quando seu poder de deformar o espaço à sua volta diminui e ele já não dita a lei.”⁷¹ Essa discussão realizada sob a inspiração de Thompson e Bourdieu não visa mapear no tempo como e de quais formas Santa Catarina fora retratada na imprensa de circulação nacional e regional, ou o que em determinada época foi silenciado e noutra noticiado algum tema em específico. Tampouco se pretende compreender quando as opiniões de catarinenses – ou demais leitores – a respeito de sua terra ou de outros Estados foram aceitas e, possivelmente, sofreram modificações nas páginas de revistas. Apresento, aqui, o tratamento das fontes e exemplos descritos por Thompson, justamente para *desnaturalizar* a ideia de que a imprensa tudo abarca ou que torna notícia o que é evidente ou que “aconteceu”. Thompson alerta para o caso em que mesmo ocorrendo à venda e circulação de mulheres nos mercados e feiras, apenas foi retratada e tornada notícia com as mudanças sociais, interesses e intenções representados pelo próprio jornal. E também pela mudança de costumes que passou a tornar menos tolerável o que antes as sensibilidades tratavam como natural.

Há um histórico processo de rupturas e mudanças que tornam fatos, noticiáveis. Um aspecto que pode ilustrar o caráter fiel à parcialidade da mídia é observado em Santa Catarina, quando jornais de circulação estadual não divulgaram notícias contrárias

⁷⁰ THOMPSON, P. “Costumes em Comum”, op.cit. p.310.

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. “Sobre a televisão.” Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997. p.60.

ao Partido do Governo ditatorial – Arena⁷² – sendo a imprensa de fora de Santa Catarina (como a do Rio Grande do Sul) quem passou a noticiar casos em que funcionários públicos do Estado catarinense eram pressionados a se filiarem ao partido do governo militar e “*contribuírem* financeiramente” com o mesmo. Um leitor da *Revista Veja* de março de 1976, tem um trecho de sua carta publicada nessa revista, afirmando que só conseguia ler as denúncias contra o governo (principalmente da Arena catarinense) e demais notícias de caráter político na imprensa do Estado vizinho. Nas palavras do autor da carta, era necessário ler jornais do Rio Grande do Sul para se informar sobre as denúncias que não apareciam nas páginas dos jornais de Santa Catarina, pois, segundo descreveu na carta, a imprensa catarinense ocupava lugares de poder dentro do próprio governo estadual.

A cooptação política parecia ser um dos motivos da ausência das notícias (tratadas como se fossem inexistentes) a respeito do que ocorria em Santa Catarina: “[...] todas as notícias políticas sobre o meu Estado têm que ser lidas nos jornais do vizinho Rio Grande do Sul. A imprensa de Santa Catarina bandeou-se para o palácio Barriga Verde tão logo o governo ali se instalou.”⁷³ O que parece ter motivado o autor desse trecho da carta a escrever sua opinião fora a reportagem da própria revista *Veja*, de 25 de fevereiro de 1976, que apresentava texto do tema da não veiculação na mídia catarinense de temas contra o governo. A reportagem registrou “[...] vinha se acumulando em Florianópolis queixas de professores e de outros funcionários, que se diziam pressionados a entrar na Arena para não perderem seus cargos.”⁷⁴

Nessa reportagem, intitulada “A Arena chama”, também continha: “Desde novembro circulam pelo Palácio Barriga Verde, sede do governo de Santa Catarina, rumores de que a Arena estaria arrebanhando mais ou menos à força, junto aos funcionários públicos estaduais, novos contingentes para suas fileiras.”⁷⁵ Não fosse o silêncio das notícias apenas da corrupção, partidarização, patrulhamento e apropriação do governo não democrático, a imprensa local ou de circulação Estadual não denunciava, nem parecia averiguar casos como esses em Santa Catarina. A imprensa local, além de governista e *filiada* à Arena, ajudava a abafar as denúncias, pois foram tratadas como desimportantes, até que a notícia das pressões para a filiação no partido do governo fosse veiculada na imprensa sul rio-grandense: “A principio, porta-vozes do

⁷² Sigla: Aliança Renovadora Nacional/Arena

⁷³ Carta (intitulada: “Arena”) de César Murilo Jacques, *Revista Veja* nº392, 10 de março de 1976, p.10.

⁷⁴ *Santa Catarina. A Arena chama*. *Revista Veja* nº390, 25 de fevereiro de 1976, p.23

⁷⁵ *Ibidem*.

governo apontaram o caso como típica intriga da oposição. Mas, na semana passada, as acusações chegaram às manchetes de dois jornais gaúchos, *Correio do Povo* e *Folha da Manhã*, sem receber desmentidos oficiais.”⁷⁶

Esse exemplo pode auxiliar na demonstração e evidência da (farsa ou falsa) imparcialidade jornalística. Por outro lado – e talvez o mais importante – assim como há a possibilidade de o espectador em frente à televisão mudar e escolher o canal e programação a que assiste, alternando as informações e escolhendo o que prefere ver no que lhe é oferecido ou, em última análise, optar pelo botão de desligar o aparelho, o leitor de periódicos é também um agente em potencial, portanto, crítico e não apenas passivo⁷⁷ dos silêncios e engajamentos da imprensa. Como fez, por exemplo, o autor do trecho da carta já citada, César Murilo Jacques, que elogiou a reportagem da revista de circulação nacional, pois apresentava tema não abordado na imprensa estadual (e de ocorrência estadual). O leitor e autor da carta enaltecia a revista e apresentou comentário crítico à imprensa, afirmando do governo catarinense: “Sr. diretor: A notícia divulgada sob o título ‘A Arena chama’ (Veja nº390, de 25-2-1976) é bem o triste retrato de um governador que desde o início primou pela mediocridade, exumando cadáveres políticos e colocando-os nas diversas secretarias.”⁷⁸. Acredito que o autor dessa carta não foi apenas um leitor em busca do que se noticiava no “exterior catarinense”, mas também um agente realizando manifestação de sua opinião e reforçando a imprensa nacional como canal para noticiar temas locais, censurados. Penso que esse caso é um bom exemplo de que a notícia é uma espécie de construção social conflitiva, pois envolta ao manipular informações não divulgadas e, portanto, não as noticiar significa algo como tornar acontecimentos: “fatos que não ocorriam”, desimportantes, inexistentes.

Quando foi “tornada pública”, nas páginas dos jornais, a condição da imprensa (marrom) de Santa Catarina, o governo mudou de posição e passou a justificar a influência e pressão que realizava para que funcionários ingressassem em seu partido. A imprensa pode até exercer um papel de pressão social e de controle, contudo, se

⁷⁶ *Santa Catarina. A Arena chama*. Revista *Veja* nº390, ibidem.

⁷⁷ “É preciso relativizar a manipulação sofrida por leitores, ouvintes, telespectadores, por parte dos ‘maquiavélicos’ donos dos meio de comunicação. Prova disso é o constante acompanhamento feito pelas empresas da reação dos consumidores em relação aos seus produtos. No caso da televisão, por exemplo, roteiros de novelas chagam a ser mudados se as pesquisas com os telespectadores assim o indicam.” CRUZ, Dulce Márcia. “A RBS em Santa Catarina: Estratégias políticas, econômicas e culturais na conquista do mercado televisivo regional.” **Dissertação (Mestrado Sociologia Política)** CFH. 1994, **UFSC**, Florianópolis, p.05.

⁷⁸ Carta (intitulada: “Arena”) de César Murilo Jacques, Revista *Veja* nº392, op.cit, p.12

pensarmos que essa característica a configura, estaremos sendo, no mínimo, ingênuos. A mídia, como possuidora de enorme capacidade de seleções do que é ou não “noticiável”, negocia formas de apropriar-se da realidade dos eventos. Manipula representações dos fatos e noticia com engajamentos mais visíveis ou escamoteados. A reportagem da revista *Veja* entendia que as reações à publicação na imprensa (nacional) desse fato (em Santa Catarina) foram abafadas por parte do governo, embora o próprio discurso governamental tenha mudado de versões, logo após a publicação das denúncias em jornais gaúchos sobre as pressões para filiação e contribuição salarial. A Arena passou a entender como legítimo, pelo próprio governo catarinense, a ideia de que funcionários se filiassem a ela, justificando que constava no estatuto do partido a contribuição do funcionalismo ao partido. Tentou legitimar a pressão:

Em vez de desmentir a campanha de contribuições, como no início, o governo passou a admiti-la como um ato legítimo – pois o ‘chamamento’ está previsto nos estatutos da Arena, segundo ofício do tesoureiro. Tranqüilo, o secretário da Casa Civil do governador Konder Reis, Paulo da Costa Ramos, negava qualquer pressão política. ‘*Muitos funcionários*’, diz ele, ‘*até se recusaram a contribuir*’.⁷⁹

O secretário da casa civil interpreta a pressão como um “chamamento” e se utiliza daqueles que não desejavam “contribuir” com a Arena para dizer da liberdade e flexibilidade dessa contribuição. A demora em reconhecer esse “chamamento” ou a recusa em torná-lo publicável e noticiável, permitiu-me acreditar que não parecia tão sóbria e tranquila essa pressão da Arena. Além do mais, se não fosse real esse pressão, não justificava o governo silenciar ou não desmentir esse chamamento. Passou a reconhecer a pressão que fazia, apenas após a visibilidade e vulto que a notícia tomou.

De casos como esse, deve ficar-se, como bem sintetizou a historiadora Tânia Regina de Luca, com os recortes e seleções que os operadores das mídias realizam e impõem: “[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegera como digno de chegar até o público.”⁸⁰ Por isso, enfatizo, não pretendo problematizar o histórico das notícias silenciadas ou presentes na imprensa, nem observar as mudanças, rupturas ou continuidades nas formas de noticiar, aparecer e fazer referência a Santa Catarina. Tampouco desejo pensar essas notícias como um texto desinteressado e vazio de tensões, projetos e

⁷⁹ *Santa Catarina. A Arena chama*. Revista *Veja* nº390, op.cit, p.23.

⁸⁰ LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). “**Fontes Históricas.**” 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp.111-153, p.139.

despretensioso.⁸¹ Não estou aqui propriamente buscando a compreensão de quais motivações possivelmente possam ter tornado Santa Catarina “temas” e notícias da mídia; embora não seja aqui a problemática seguida ou proposta, estou de acordo com a afirmação da historiadora Tânia Regina de Luca: “O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa.”⁸²

Pierre Bourdieu⁸³ afirma que a ocupação de espaços midiáticos, sejam televisivos, imprensa ou multimídia, de maneira geral, podem dar a sensação de que são instituições verdadeiramente abertas, democráticas e de fácil acesso, construindo assim, certo estatuto de participação da “opinião pública” na própria divulgação de informações e notícias. Entendo que muitas cartas de leitores – inclusive aquelas que criticam o próprio veículo que publica tais opiniões – presentes nas seções de revistas, são maneiras dessas próprias mídias (se auto-) construírem na ideia, imagem e instituírem como legítimos representantes da verdade (dos fatos). Ou seja, aqui nesse trabalho, parto do pressuposto de que as opiniões de leitores e de indivíduos, geralmente, quando aceitas para publicação e colocadas nas edições das revistas, são utilizadas como forma de incentivar a leitura das demais pessoas, mas também como uma maneira de causar impressões e apresentar a própria revista como aquela que é feita pelos e para seus leitores ou conjunto amplo da sociedade.

Como se estivesse aberta a uma construção coletiva e *universal*, apresentando uma imagem de si mesma como plural e democrática, penso que as cartas selecionadas (tanto os trechos de quais são publicadas e as arquivadas/eliminadas sem publicação), o ordenamento, posicionamento delas no corpo do texto e as críticas, elogios ou comentários de leitores, são utilizados pelo próprio jornal (e mídias em geral) visando à construção de uma autoimagem de mural participativo coletivo. A ideia de revista como representante e meio de divulgação de pensamentos, diversidade, confrontos e debates que podem ser direcionados, até mesmo pelas opiniões de leitores, são permitidas pela mídia quando busca constituir uma imagem verídica sobre si mesma. A imprensa se

⁸¹ “Devemos levar em conta que as cartas publicadas devem ser tratadas pelos pesquisadores de maneira diversa das não publicadas, pois, ao passarem da esfera privada para a pública, desempenham uma outra função, a de formar idéias, a de construir imagens [...]” Afirmou a historiadora ALVES, Débora Bendochi. “**Colhedores de Café**. Cartas de imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia.” Berlim: WVB, 2006, p.10.

⁸² LUCA, Tânia Regina de. op.cit, p.140.

⁸³ BOURDIEU, Pierre. “**Sobre a televisão**.” Op.cit.

utiliza das cartas de leitores para construir um cenário de arena livre e combate entre divergências, como se estivesse sendo fiel mediadora de debate, pretensamente chamado de “público”.

Quando convidado a falar num canal de televisão e a respeito da televisão, Pierre Bourdieu utilizou-se dessa “liberdade”, entre aspas, conforme parece ter dito, justamente para refletir que esse canal de voz é seletivo, editado, autorizado e retratado como livre, embora controlado e capaz de eleger o que deve e *pode* ser dito. Esse autor começa dizendo que a própria ideia de um índice⁸⁴ de popularidade – a audiência – ou também chamada presença de um público cativo que bem aceita e frequenta determinado programa ou canal televisivo é, para ele, um exemplo de que se pode criar, ao longo do tempo, um público com interesse em determinada produção, mesmo que não seja da expectativa daquele. Torna-se alto o índice de audiência ou por falta de opção ou por costume aceitado por determinada programação. Outra crítica vinda de Bourdieu está na velocidade e sensação de urgência que pede a televisão e que vai contra e oposto ao pensamento e reflexão que exigem tempo e dedicação. Para Bourdieu, a televisão é um sintoma do *fast-food* cultural, banalização do pensamento, porque é um alimento cultural pré-digerido, pré-pensado. Para esse autor, é preciso relativizar o papel da mídia eletrônica, denunciar seu papel menos crítico em relação à mídia imprensa e demonstrar seu poder, por vezes coercitivo, de invenção, manipulação e construção de imagens do real – inclusive a própria imagem – neutra e imparcial.

Na sua crítica, Bordieu afirmou que a televisão atua como uma marionete, assim como as demais instituições e formas de comunicação de grande parte da mídia, conforme ele afirmou:

A televisão é um universo em que se tem a impressão de que os agentes sociais, tendo as aparências da importância, da liberdade, da autonomia, e mesmo por vezes uma aura extraordinária, são marionetes de uma necessidade que é preciso descrever, de uma estrutura que é preciso tornar manifesta e trazer à luz.⁸⁵

Inspirado e influenciado por Bourdieu, entendo que a imprensa, mesmo que desejando demonstrar a necessidade de trazer à tona, fazer emergir temas e dar “luz à escuridão”, antes, realiza coberturas e noticia mais do que lhe interessa – seja pelo índice de consumidores de notícia, pela publicidade ou pelo ganho na forma de “noticiar” a

⁸⁴ Para Pierre Bourdieu (1997, op.cit, p.96): “O índice de audiência é a sanção do mercado, da economia, isto é, de uma legalidade externa e puramente comercial, e a submissão às exigências desse instrumento de *marketing* é o equivalente exato em matéria de cultura do que é a demagogia orientada pelas pesquisas de opinião em matéria de política.”

⁸⁵ BOURDIEU, Pierre. op.cit. p.54.

notícia – do que propriamente os temas relevantes em si ou por si mesmos. As notícias são parte de um processo de invenção e de formas de ganho. Há um jogo de trocas e de mercados que fazem com que as notícias tomem relevância. Os jornais escolhem os rumos e as formas de noticiá-las.

A reflexão e opinião realizadas por Bourdieu a respeito da televisão considero possível de ampliar e mesmo ser levada às outras mídias, como revistas, jornais e demais textos, construções jornalísticas e interpretativas de notícias, de informações e “verdades” dos acontecimentos. O autor francês entende que as seleções do que é pensado como notícia, pode ser vista também como uma manipulação. Sobre esses que detêm monopólio e poder em grande escala sobre difusão da informação, diz:

Nossos apresentadores de jornais televisivos, nossos animadores de debates, nossos comentaristas esportivos tornaram-se pequenos diretores de consciência que se fazem, sem ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa, que dizem ‘o que se deve pensar’ [...].⁸⁶

Sinteticamente, Bourdieu lembra: “Ora, a mídia não cessa de intervir para enunciar vereditos.”⁸⁷

São alguns desses vereditos publicados, possibilitados, permitidos, selecionados, recortados e *mediados pela mídia* utilizados, aqui, também como fonte para o entendimento dos pensamentos e reflexões dos indivíduos. Mesmo que não esteja presente ao longo do corpo dos textos e dos próximos capítulos, estou baseando-me nesses autores citados numa tentativa de diálogo, visando lembrar que as cartas de leitores aqui tratadas, as informações tornadas notícias e os textos jornalísticos representam interesses, disputas e fricções, além do mais, falam de determinado lugar social, como bem dizia Thompson a respeito da imprensa inglesa no século XVIII: “Nem se pode deduzir a ‘opinião pública’ diretamente da imprensa, pois essa era escrita pelas e para as camadas médias.”⁸⁸ Essa afirmação de Thompson parece ser ainda possível de aplicar, atualmente, inclusive na imprensa nos dias de hoje, em Santa Catarina e no Brasil, de maneira geral.

⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. op.cit, p.65

⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. op.cit, p.83.

⁸⁸ THOMPOSON, P. “**Costumes em Comum**”, op.cit. p.83

1.3 Santa Catarina, ‘*um modelo que deu certo*’ ou ‘*o Nordeste do sul*’ ?

Opiniões em cartas de leitores à revista *Visão* em 1969 e 1970, a respeito de uma dualidade catarinense: ‘*pioneira*’ versus ‘*periférica*’

Como Santa Catarina se insere e constitui membro da nação, se é que há uma maneira *própria* ou *peculiar* a cada Estado de fazer parte do País? Talvez, o que possivelmente torna uma “unidade Federativa” ou espaço do território nacional próprio ou típico de Santa Catarina foi durante até época recente, não possuir seu território integrado. Haveria alguma maneira ou mesmo tendência do Estado catarinense de se “encaixar” e se relacionar com as demais partes do País? Pergunta e preocupação semelhantes a essa foi formulada, tanto pelo próprio poder Estatal, quanto por intelectuais e literatos em Santa Catarina, como acreditou Victor Antônio Peluso Júnior, haver uma forma de ser catarinense possível de agregar-se socialmente:

Como Estado Federado, seu povo faz parte da nação brasileira, mas no âmbito regional deve ele diferenciar-se, por seus traços culturais próprios, dos habitantes das demais unidades da Federação. É a isto que chamamos IDENTIDADE CATARINENSE, dando o nome CATARINENSISMO à aceitação desses vínculos comunitários, e de CATARINIZAÇÃO aos processos de atração, para o seio da comunidade, da parte do povo que se encontra dela afastado.⁸⁹

A preocupação em *catarinizar* indivíduos ou trazer os que se encontravam “afastados” desse pertencimento, não aparece necessariamente nos discursos e mensagens de governo como um problema, o de ampliar catarinensismo(s). Mas ao desejar e planejar uma integração, e pensar a capital como centro difusor e “cérebro” dispersor da homogeneidade catarinense, havia uma preocupação; talvez, não em efetivar totalmente uma coesão, mas evitar, ao menos, fragmentações. A pergunta de fundo que perpassa essa dissertação, influenciado por atitude de estranhamento questiona: afinal, quais ferramentas foram mobilizadas para o que “une” Santa Catarina e faz existir na comunidade imaginada Brasil, se está correto o pressuposto de que a “[...] região é autodenominada pela vontade e pelo interesse em relação à unidade territorial maior.”⁹⁰ O que pessoas já manifestaram quando escreverem em páginas de revista, o que tornava Santa Catarina particular em relação aos demais Estados?

⁸⁹ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. “**Aspectos geográficos de Santa Catarina.**” Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/FCC; Editora da UFSC, 1991. p.269

⁹⁰ HEIDRICH, Álvaro Luiz. “**Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho.” Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2000.

É possível encontrar discursos a respeito de Santa Catarina que a retratavam como diferente dos “Outros” espaços da nação (principalmente daquele “Brasil subdesenvolvido”). Como se o Brasil desenvolvido houvesse e Santa Catarina, além de parte dele, teria um crescimento econômico de menor diferença social e por consequência, mais equilibrado. Para alguns autores de cartas aqui tratadas, Santa Catarina era representada como *peculiar* dentro do País. Quando autores de algumas cartas falavam da peculiaridade catarinense, era para positivar e tornar sinônimo do que se entendia como pioneira. Mas, houve, por outro lado, quem descrevesse Santa Catarina algo como, “primo pobre” do sul brasileiro, “o nordeste meridional”, ou atrasada e estagnada assim como as demais regiões pobres da nação.

Embora, hoje, predomine e seja imagem difundida, a ideia que passam de Santa Catarina, inserida no contexto nacional como é a de: um modelo, um exemplo de pedaço do Brasil “que deu certo”, Europa brasileira; outras representações positivadas tiveram, ao longo de suas invenções, processos de discórdia e debates, mobilizados por agentes políticos da burocracia e do aparato Estatal para maquiar ações e justificar outras. Indivíduos “comuns” e pessoas desconhecidas resolveram escrever opiniões em cartas e mandar para revistas, desejando a publicação de suas ideias e, a partir delas, acredito que podemos encontrar representações desse espaço. Não quero negar peculiaridades regionais e aspectos próprios da formação social que caracterizam determinadas particularidades de regiões do sul brasileiro, mas busco apontar como alguns discursos foram mobilizados na tentativa de homogeneizar uma Santa Catarina diferente dos problemas existentes na nação, configurando uma linha e fronteira entre ser ou não, Brasil.

Em alguns momentos, é a recusa da nação, apela-se para questões próprias, afirmando um “País diferente”, constituindo regionalismo. Tanto em termos de propagandas turísticas ou para interpretar a qualidade de vida, o Estado não deixa de utilizar-se da ideia de que a colonização foi diferente do Brasil. De que a vida comunitária é harmoniosa, porque amparada no apoio mútuo e na família. Por outro lado, a contribuição à nação se daria, por exemplo, com discursos tais: aqui “sabe-se” fazer melhor do que nas demais regiões do País. Expressões e imagem de que o povo de Santa Catarina trabalha, é ordeiro, pacífico, onde todos têm acesso aos serviços e recursos de um bem-estar não existente no Brasil de maneira geral e da ideologia do *fazerem por si mesmos*, vencendo as dificuldades e, assim, diferenciando-se dos Outros brasileiros, os de fora daqui. Em certo sentido, é como se “a garra” dos brasileiros de

Santa Catarina os tornassem melhores do que os “brasileiros dos Outros lugares.” Trata-se de uma apologia muito próxima a ideia da implementação da civilização pelos “colonizadores brancos”, como Arlene Renk descreveu, por exemplo, no Oeste catarinense. A epopeia em que muitos imigrantes se auto atribuíram em papéis de modernizadores. “A ideia do pioneirismo está acoplada à de conquistador, de desbravador, aquele que venceu a natureza inóspita e com seu trabalho plantou o progresso, que só pode ser associado aos de origem, como uma das suas virtudes étnicas.”⁹¹ Tenho a sensação de que se reproduzem discursos de que o aparato Estatal corresponde às expectativas dos indivíduos que são suficientemente corajosos para buscarem, por si mesmo (e via mercado), o que o Estado não precisa oferecer.

Em síntese, é como se Santa Catarina tivesse mais a ensinar do que aprender com a nação, mais contribuição como Estado “desenvolvido” do que participação do debate e rumo nacional; diferenciar-se do Brasil, do que se mostrar parte integrante dos processos da nação. Exemplo pode ser encontrado nos pronunciamentos de representantes do aparato-Estatal, como parece ter afirmado um secretário do governo do Estado, quando expressa a ideia de não haver uma região catarinense como o *nordeste*, referindo-se à pobreza daquela parte do Brasil – e, talvez, com intenção de se distanciar dela – querendo apresentar o progresso catarinense como sendo bem-sucedido. Uma voz autorizada, representante da administração das contas e da economia do governo catarinense se utiliza do nordeste brasileiro para falar da distribuição de riqueza e equidade, pois: “Santa Catarina é um ‘Estado sem nordestes’, segundo a definição do economista Ivan Mattos, Secretário da Fazenda. O desenvolvimento catarinense é homogêneo”.⁹² A afirmação do agente do aparato Estatal, publicada na revista *Visão* em uma reportagem que incluía outras informações e caracterização que não demonstravam, necessariamente, essa homogeneização catarinense, como parece ter afirmado o Secretário da Fazenda de então.

Segundo o mesmo texto dessa revista, a descrição era a de uma região não tão desenvolvida como queria o agente representante do poder Estatal, inclusive no que se refere a não ligação de redes de comunicação, transporte, eletricidade; Santa Catarina era mais uma espécie de *nordeste do sul*, do que propriamente o “*típico*” *sul de sucesso*. Contrariando a fala institucional, a matéria continha:

⁹¹ RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004. p.33.

⁹² Revista *Visão*, 14/02/1971, p.94.

Dos três Estados do Sul, Santa Catarina é o mais carente de comunicações, transportes e eletricidade. Com exceção de Blumenau – centro Industrial do Vale do Itajaí –, que tem comunicação imediata com o Norte e o Sul, o resto está quase mergulhado em silêncio. Mesmo para falar com outras cidades catarinenses, a demora é de várias horas.⁹³

As heterogeneidades internas, presentes na economia e no dia-a-dia das localidades catarinenses foram comumente tratadas nos documentos e discursos Estatais, visando superá-las. Várias diferenças dentro da “comunidade catarinense” apareceram no discurso do Governo Estadual como negativas. Contudo, do ponto de vista da consciência do espaço, observando a opinião das pessoas, nem todos os indivíduos pareciam acreditar na diversidade catarinense. A percepção das diferenças internas entre localidade ou regiões pode ser relacionada às diferentes interpretações feitas por algumas pessoas, como se observa em cartas de vários leitores que as encaminharam à revista *Visão*. Alguns se diziam pertencentes a regiões diferentes (internamente) dentro de Santa Catarina, como se abordará à frente.

Publicadas na revista, nos anos de 1969 e 1970, as cartas, suponho, constituíram-se de dois grupos de leitores, a partir de uma primeira enviada por um padre de Itajaí. Aqueles que tendiam homogeneizar uma imagem positiva catarinense (ufanistas), falavam contra o que havia expressado o padre, enquanto outros (pessimistas) apontavam as diferenças, demonstrando os problemas e aspectos “menos positivos”. A diferença interna em Santa Catarina era ressaltada pela diferenciação social e certa exclusão econômica que algumas pessoas diziam viver.

Havia opiniões que se contradiziam; para alguns, havia um espaço catarinense realmente desenvolvido, mas não era necessariamente nesse “bom” lugar aonde viviam, pois, se havia um espaço catarinense “rico”, pioneiro e desenvolvido, esse era o dos “Outros” e não “daqui” (leia-se, extremo ou meio-oeste). Nas opiniões dos autores das cartas de: Chapecó, Joaçaba e estudante natural de Itapiranga eram os habitantes das regiões litorâneas que gozavam de serviços e recebimento de ações do Estado em Santa Catarina. O imposto recolhido de todos, diziam, não chegava ao Oeste. Entendiam viver num espaço pouco integrado, ainda muito pobre ou, pelo menos, atrasado no recebimento e oferecimento de serviços básicos e de bem-estar. Sem uma homogeneidade do que seria Santa Catarina, o oposto, portanto, do que afirmaria o secretário da Fazenda de que pessoas que moravam em terras catarinenses (e se diziam catarinenses) enxergavam (e viviam) *em Santa Catarina, alguns nordestes*.

⁹³ Ibidem (Revista *Visão*, 14/02/1971, p.94)

Em carta publicada na revista *Visão*, um padre que atendia à paróquia de Itajaí havia escrito – menos de dois anos antes daquela afirmação de Ivan Mattos, secretário da Fazenda – que Santa Catarina era o “Piauí do Sul”. O primeiro parágrafo da carta e da opinião do padre Mansueto Tréss é citado a seguir, pois sua caracterização da “Santa Catarina nordestina” desencadeou outras cartas e opiniões que foram, seguidamente, publicadas nas páginas da revista. O padre manifestava sua opinião no magazine de circulação nacional para dizer que considerava Santa Catarina o nordeste do Sul do Brasil e o mais pobre dos três Estados meridionais; contrastando aos dois vizinhos, o território catarinense é descrito como localizado entre dois Estados prósperos. Começava a carta como se fosse uma espécie de diálogo que o autor da mesma estava realizando com o diretor da revista.

Destaquei em negrito algumas expressões do primeiro parágrafo da carta, pois a ideia de *regiões catarinenses ilhadas umas das outras* fora justamente à expressão que o governo do Estado também realizava, ao menos, desde a década de 1940 com objetivo de “*desilhá-las*”, através de ampliação e melhorias dos sistemas viários. A ideia de atraso passa por essas regiões não se conectarem ou estarem ligadas por comunicações muito precárias, caminhos quase intransitáveis e de pouca facilidade de circulação:

Piauí do Sul

Creio que o senhor conhece o Estado de Santa Catarina. É um pequeno Estado da Federação, encravado entre o Progresso do Paraná e do Rio Grande do Sul. Há cidades onde o progresso se faz sentir, mas são pequenas: Blumenau e Joinville, aliás, **ilhadas como o resto do Estado...** Há quem diga, e já se torna perigosamente provérbio, que Santa Catarina é o Piauí do Sul. Não conheço tal Estado, mas o sentido é pejorativo na voz do povo. O certo é que Santa Catarina é um Estado desconhecido pelas autoridades federais. Estas aparecem de ‘jato’ e no mais das vezes para homenagens. Há belos discursos, promessas, e pontifica a palavra mágica ‘Revolução’, mas esta ainda não atingiu Santa Catarina – a revolução do progresso.

Itajaí, SC. Pe. *Mansueto Tréss*. Diretor do Colégio Salesiano Itajaí.⁹⁴

O padre apontava sua opinião, verificando Santa Catarina encravada entre os progressos dos estados fronteiriços Paraná e Rio Grande do Sul, os quais parecia conhecer ou, ao menos, reproduzia a fama de ambos. Para o padre, as duas únicas cidades catarinenses – pequenas, ele dizia – em que o progresso também aparecia (por isso, elas estavam ilhadas em um espaço de atraso), nenhuma dessas duas era a capital do Estado. Criticando o que denominava revolução (referência ao Golpe Militar de

⁹⁴ Revista *Visão*, 29/08/1969, p.14. (destaques em negritos feito por mim).

1964) que não havia “revolucionado”, na opinião dele, nem a tecnologia, muito menos a política, o autor manifestava a ideia – como se aborda no terceiro capítulo – da necessidade de transformar mais a natureza. Segundo o padre, o meio natural predominava excessivamente em Santa Catarina e essa presença do verde e matas era sinonímia de atraso, oposto à civilização. O “Estado nordestino do sul do País”, na opinião assinada de Mansueto Tréss, causou querelas presentes em várias respostas publicadas na mesma revista em sua seção de cartas das várias edições seguintes.

De fato, ao falar de uma Santa Catarina como um ou o maior nordeste do Brasil meridional, o padre lançava sua opinião que foi encarada como provocações, as quais obtiveram respostas das pessoas, encaminhadas à revista, concordando ou discordando, bem como mobilizando identidades de pertencimento e vínculo com o espaço, demonstrando sentimentos de ser catarinense. Cartas foram escritas e nenhum de seus autores deixou de expor suas ideias e opiniões sobre estar de acordo ou contrariando essa da “pobre” catarina.

A revista Visão também publicou a opinião do leitor que estudava em Botucatu/SP e havia passado, quando em férias, pelo interior catarinense e visto pobreza. Segundo denunciava esse leitor, era necessário tirar a cortina de uma imagem do progresso local e apontar outros problemas além dos já citados, em carta, pelo padre. O estudante também solicitava que o padre continuasse os estudos e as pesquisas e fizesse outros textos-denúncias do atraso e pobreza. Afirma que encontrou um quadro lastimável e de subdesenvolvimento. Em oposto ao discurso oficial, “de um Estado sem nordestes”, o autor da carta abaixo lança seu depoimento e escreve, confirmando a ideia do Piauí do sul. Se para o padre a “revolução” não havia chegado a Santa Catarina, para o estudante o progresso também não:

Santa Catarina

Falar de Santa Catarina parece que soa bem, as paisagens cobertas com tapêtes verdejantes, povo acolhedor, etc. Tudo isso se quisermos falar pelo lado poético.

Abrimos as cortinas e vemos que atrás de tudo isso não encontramos nada, a não ser atraso e miséria em pauta. Aliás, a carta do Padre Mansueto Tréss me incentivou a respondê-la, querendo frisar os problemas ainda mais, além de citar outros.

Nas férias de julho passei pelos vales do Peixe e Uruguai. Como sou estudante de agronomia e oriundo do município de Itapiranga, situado vale do Uruguai, analisei o progresso e o desenvolvimento sob o meu ponto de vista. Progresso, nota zero. Aliás, o progresso ainda não atingiu o Estado, exceto duas ou três cidades. Iniciativa não há por parte de ninguém. As estradas parece que foram sulcadas pelas intempéries e entregues às mesmas. E as condições de

ensino?... Tudo parece que está entregue ao destino. Não há ânimo. Não há nada. É simplesmente lastimável. [...]

As autoridades governamentais se queixam de que não há dinheiro. E os impostos? Discursos, recepções, não resolvem. Precisa ação.

O Padre Mansueto Tréss deveria, se possível, publicar um artigo, com dados reais do Estado, que atinja os meio políticos e êstes refletissem e tomassem atitudes.

Precisamos melhorar para têrmos o Estado melhor.
Botucatu, SP. *Anário Jaehn*.⁹⁵

Entre outras cartas, esse trecho acima faz parte de várias opiniões desencadeadas, publicadas entre agosto de 1969 e abril de 1970, em que leitores se sentiram inspirados à opinião da Santa Catarina interpretada pelo padre Mansueto Tréss; emitiam opinião, discordavam ou concordavam entre si. Mesmo que não concordassem na imagem que tinham de Santa Catarina, essas cartas demonstram haver diferenças quanto aos serviços, qualidade ou “progresso catarinense”, variando também, de acordo com a região em que moravam ou conheciam. O trecho acima citado reforçou a opinião e demonstrava concordância com o que afirmava o padre de Itajaí, porém, de maneira diferente, outros leitores apontavam que não viviam em uma Santa Catarina atrasada, como acreditavam o estudante e o padre.

Foi um leitor do município de Tubarão/SC quem parece ter sido mais tocado ou decepcionado com as opiniões que retratavam a imagem do atraso. Percebe-se certo vínculo e apego com uma Santa Catarina imaginada como ideal e bem-sucedida. Iniciava a carta com um tom de “desabafo” e revelação de afetividade ou orgulho, conforme escreveu:

Santa Catarina

Feriu profundamente meu orgulho de catarinense a leitura de duas cartas publicadas nessa prestigiosa revista (29-8-1969 e 7-11-1969), onde na primeira o Padre Mansueto Tress faz críticas com palavras bastante indevidas (nada próprias de uma pessoa culta), atacando a terra que lhe abriga e sua população.

Algo deve tê-lo ferido profundamente, para jogar-se cegamente e com palavras inverídicas contra tudo e contra todos.

Já o estudante de Botucatu (Visão, 7-11-1969), ao se solidarizar com o primeiro, tenho certeza, nada conhece ou nada quer conhecer, de nosso Estado.

Diz êle que em nosso Estado só há atraso e miséria.

Esquece que Santa Catarina está pondo em prática um sistema de ensino, **pioneiro** no Brasil, dos mais modernos e eficazes conhecidos até hoje, **servindo de modelo a outros** Estados, inclusive outros países. Tubarão, SC. *Jair Freccia*.⁹⁶

⁹⁵ Revista *Visão*, 07/11/1969, p.07-08.

⁹⁶ Revista *Visão*, 28/02/1970 p.10 (destaques em negritos feitos por mim).

O autor da carta, de Tubarão, elencou o que parecia ver como o “outro lado” do que, nem o padre, nem o estudante haviam mencionado. Apresentava os pontos positivos, descrevendo – diferente das duas cartas anteriores – aspectos de Santa Catarina, não como *um nordeste do Brasil*, mas *como modelo a ser seguido*. Recusando a idéia de problemas, o autor acreditava num *pioneirismo de progresso*. A industrialização é um desses exemplos do que foi bem-sucedido em Santa Catarina e que o autor da carta, para dizer do bom desempenho catarinense, refere-se a outros temas:

Santa Catarina é o Estado que ocupa um dos primeiros lugares no sistema educacional brasileiro (ver relatório do Ministério de Educação).

Possuímos **uma universidade-modêlo** e mais bem equipada do Brasil.

No setor econômico não estamos tal mal como dizem.

A industrialização não atingiu somente duas ou três cidades. Temos na região serrana de Lajes as maiores fábricas de papel e papelão do Brasil. [...]

Damo-nos o luxo de produzir energia elétrica para suprir um grande parque fabril em ascensão e ainda fornecer energia para São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Está localizada em Tubarão (Sul de Santa Catarina) a maior usina termelétrica do Brasil e em construção uma outra unidade. É no nosso Estado o único produtor de carvão siderúrgico.

Diz que as autoridades governamentais se queixam de que não há dinheiro. Desejo cientificá-lo de que para orgulho dos catarinenses foi criado o Fundesc (Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina). É o **Estado pioneiro** e que se dá o luxo de dispensar 10% do ICM para que seja aplicado em novas indústrias e ampliação das atuais. É um sistema de incentivos fiscais **pioneiro** e que já **está sendo copiado por outros Estados** (Rio Grande do Sul, Paraná, etc.) [...]

Portanto, poderão verificar que Santa Catarina não é o que pintaram os missivistas.

Poderia escrever páginas e mais páginas, mas não quero me alongar mais.

Nós, catarinenses, estamos de braços abertos para recebê-los, onde poderão verificar *in loco* o que afirmei.

Solicito à Visão o obséquio de publicar esta carta, a fim de que os que não conhecem Santa Catarina não fiquem com esta péssima imagem.⁹⁷

Como se pode absorver do trecho da carta acima, os pontos de vista a respeito do progresso e da ideia de uma “boa posição” ocupada por Santa Catarina no País, é relativo a interpretações diversas. Para além do paradoxo ou contradição entre uma Santa Catarina do progresso ou a Santa Catarina do atraso, é interessante observar que, justamente, aqueles ufanistas que apontavam os aspectos “positivos” e “exemplares” de Santa Catarina eram, também, aqueles que pareciam se preocupar com a imagem do

⁹⁷ Revista *Visão*, 28/02/1970 Ibidem (negritos feitos por mim).

Estado, como consta no trecho acima citado. Assim como esse autor da carta exprimiu, percebe-se a utilização e mobilização da ideia de “modelo” e pioneirismo para se referir aos aspectos positivos de Santa Catarina.

Muitas vezes, quando se quer apontar as condições sociais positivas, refere-se à existência de uma forma peculiar catarinense que serve como modelo diferente da História e do processo de desenvolvimento do País. Ou de que, em Santa Catarina, há modelos a serem exportados para as demais unidades da Federação, como se determinadas práticas, não realizadas e existentes no Brasil, fossem aplicadas e ocorressem, em Santa Catarina, de maneira bem-sucedida, servindo, se não como um exemplo a ser inspirado, copiado e valorizado pelos Outros, ao menos para dizer-se: diferente. Geralmente, tais características possuem a tendência de selecionar determinadas peculiaridades como se fossem apenas catarinenses, retratadas como melhores ao que se identifica no restante do País.

Porém, diferente dos pontos positivos levantados pelo morador de Tubarão, outro leitor, agora do Oeste-catarinense, discorda, dizendo que nem via o bem estar social descrito por aquele, pois o *pioneirismo* e o *sucesso* catarinenses estavam longe de sua cidade. Dentre os autores das cartas, um do Extremo-Oeste e outro do Meio-Oeste, tiveram opiniões publicadas na revista *Visão* e apontavam muitas discordâncias em relação ao que pronunciava o leitor anterior (do município de Tubarão). Não eram todos que diziam viver nesse Estado “próspero”, que na descrição última, era com bem-estar, industrializado e desenvolvido. Na mesma seção de cartas publicaram-se opiniões em concordância com as do padre que via Santa Catarina como o *Piauí do Sul*, em relação aos problemas sociais e o atraso; poucos compactuaram com o leitor que escreveu os aspectos positivos e se demonstrou preocupado com a “péssima” imagem catarinense que a revista divulgava, através das cartas publicadas.

As opiniões diziam, justamente, de uma dualidade econômico-social, em haver duas Santas Catarina: uma mais desenvolvida e outra com enormes dificuldades econômico-sociais. O trecho da carta de um leitor, abaixo citado, mobiliza um discurso de esquecimento de sua região (interior catarinense), dizendo que não observava tantos serviços, nem existência da possibilidade de formação educacional de qualidade, como descrevia o leitor de Tubarão, na última citação. Além do mais, dizia, a universidade mais próxima estava a 400 quilômetros de distância. Para o autor da carta abaixo, os serviços e bem-estar estão concentrados espacialmente no litoral, por isso havia mais Santa Catarina a melhorar e desenvolver outras áreas, do que propriamente “exportar”

um modelo de desenvolvimento social bem distribuído. O autor da carta afirma haver duas regiões “opostas”:

Santa Catarina

Acabo de ler em sua conceituada Revista *Visão* de 28 de fevereiro a carta do Sr. Jair Freccia, residente em Tubarão e meu conterrâneo.

O missivista se revolta contra o Padre Mansueto Tress e contra um estudante de Botucatu, porque os mesmos, em cartas anteriores endereçadas a essa mesma revista, revelaram um pouco da real situação do Estado de Santa Catarina.

Inútil dizer que estou inteiramente a favor do sacerdote e do estudante. Convém saber que há duas Santa Catarina: a do litoral e a do Oeste da BR-2,*[sic] esta, a Santa Catarina esquecida das autoridades do Govêrno do Estado, onde vive uma gente sofrida que há muito guarda um Govêrno que faça por ela um pouco do que gozam os habitantes de Tubarão.

Se há um sistema de ensino pioneiro neste Estado, desconheço, e como eu a maioria dos catarinenses. O certo é que o Oeste catarinense não tem sequer professores primários e os poucos existentes são muito mal pagos e bastante desassistidos. Professor, por aqui, precisa ser herói.

Chapecó, SC. *Luis Roberto Barichello*.⁹⁸

É a Santa Catarina dividida em duas que parece existir para aqueles que argumentavam não ser homogêneo o desenvolvimento: uma região rica e assistida pelos governos e outra abandonada, pobre e sem acesso aos equipamentos públicos. Também se encontra na mesma edição da revista *Visão*, a opinião do leitor da carta acima, o qual concordava com os exemplos de boas situações e peculiaridades “positivas” de Santa Catarina.

Criticando o leitor estudante de agronomia em Botucatu/SP, a carta a seguir contém, entre outras coisas, a intenção de deslegitimar a opinião do estudante por considerá-la apenas observação sem números, nem estatísticas ou informações oficiais do governo. O leitor que assina a carta diz ser catarinense, mas a cidade registrada era dos Estados Unidos, o que parece uma estratégia sua, para buscar mais credibilidade para sua opinião. Segundo escreveu, ele entendia como importante reforçar o pioneirismo catarinense, pois havia aspectos os quais ele entendia serem modelos de Santa Catarina e não deveriam ser esquecidos ou tornados algo insignificante. Afirmando que as aparências enganam, defendia o ponto de vista de que havia riquezas em Santa Catarina que deveriam ser mostradas por informações institucionais reconhecidas e não por observações empíricas e olhares dos indivíduos.

⁹⁸ Revista *Visão*, 25/04/1970, pp. 12-14. BR-2 teve nome alterado, trata-se da rodovia Federal BR-116.*

Em disputa, entre os autores das cartas estavam formas de descrever Santa Catarina. Mais do que enviar opiniões ou demonstrações de sentimentos de pertencimento, pode entender-se certa competição em tornar mais legítima ou real a sua forma de ver e relatar “verdadeiramente” as “condições em Santa Catarina”. Quando se concordava com uma opinião, o autor de uma carta dizia associar-se à voz do conterrâneo. Também havia aqueles que se diziam ofendidos, tentando convencer, deslegitimando a forma com que o outro argumentou sua ideia. Geralmente, esses diziam ser necessário, recuperar, destacar e mesmo proteger a *imagem* catarinense:

Uno minha voz de catarinense à voz altaneira do Sr. Jair Freccia (Visão, 28-2-1970), na refutação inarredável do que foi insinuado pelo malicioso estudante-agrônomo Anário, de Botucatu (Visão, 7-22-1969).

Prezado amigo Anário, deixe-me dizer a verdade. Você não sabe nada do seu e do nosso Estado. Ademais, que método é esse empregado por você, para vender idéias comunistas? Você passou as férias em Santa Catarina e constatou a pobreza e não-progresso *in loco*. Seu Anário, esse método latino já caiu de moda até na missa. O homem culto de hoje deve falar por estatísticas, como bem provou o meu amigo, o Sr. Jair. Você passa por Santa Catarina e vê, como viajante delicado, a falta de estradas; como estudante de agronomia, descobre falhas no minifúndio desamparado; como irritado professor, dá nota zero em progresso ao Estado de Santa Catarina. Mas, Seu Anário, isso está tudo errado! Por favor, constate as estatísticas. Telefone ao Ministério dos Transportes, da Educação, ou que sei eu. Dados escritos, Seu Anário, com letra e tinta de tipografia, assinados com firma oficial e reconhecida. O que se vê na realidade não conta; as aparências enganam.

Seu Anário, perdoe-me o tom sincero. E deixe-me dizer a última verdade. Enquanto houver denodados apologetas como o meu amigo, o Sr. Jair, vão ser o esforço de todos os Anários. A **imagem pioneira de Santa Catarina** não será desmentida. Pittsburg, PA, EUA. *Almiro Piseta*.⁹⁹

Analisando essas opiniões presentes, na seção das cartas publicadas na revista *Visão*, encontram-se diferenças e semelhanças entre elas, predominando duas interpretações: a de que Santa Catarina era mais atrasada em relação aos demais Estados do sul do País, afinal não havia infraestrutura rodoviária, nem facilidade de deslocamento, comunicação. Predominavam as condições de ensino e precariedade nos serviços. Acesso a tratamento de saúde, quando existente, foi apontado como concentrado nos centros urbanos próximos ao litoral. E eram mais “abandonadas” ou carentes o Meio-Oeste e o Extremo-Oeste, segundo reafirmavam autores de cartas, residentes nessas regiões. Essas condições foram descritas por uma estudiosa da região Oeste catarinense, a antropóloga Arlene Renk, de Chapecó, diz: “O ensino superior e os

⁹⁹ Revista *Visão*, 25/04/1970, pp.12-16. (negritos meus).

serviços médicos mais especializados eram buscados em Curitiba ou Porto Alegre, por serem cidades mais próximas do que Florianópolis. As emissoras de rádios sintonizadas eram de Porto Alegre.”¹⁰⁰

Por outro lado, havia aqueles leitores que opinavam que Santa Catarina apresentava índice e aspectos muito mais desenvolvidos que outros Estados e regiões do País; contudo, evitavam fazer comparações com Estados vizinhos ou com outros do País. Além de expressões como “pioneira” e “modelo”, alguns autores das cartas diziam da Santa Catarina industrializada, rica, de maneira que apontavam aspectos positivos, sendo que, para os mais otimistas, a característica de atraso era apenas descrição errônea da realidade, que “atrapalhava” na imagem de Santa Catarina. Geralmente, quando citavam os casos e situações da Santa Catarina, eram expostos “modelos” bem sucedidos e a partir de constatações selecionadas, ampliando referências (econômicas) para todo o Estado.

Como lembrou o leitor Arno Keffer, de Joaçaba/SC, a seguir citado, escreveu que o autor de uma carta que vivia com otimismo a realidade catarinense, selecionou aspectos e generalizava em uma abrangência não realizada. Combatendo e se colocando em oposição à idéia de que havia uma educação acessível e de qualidade em Santa Catarina, em sua carta, o autor do trecho a seguir citado, afirma que sua região apresentava vários problemas sociais e que a vida não era nada boa. Realiza críticas àqueles autores das cartas que fizeram referências aos aspectos positivos, localizados apenas em determinados espaços, não cobrindo uma “totalidade catarinense”. Assim percebeu um autor da carta, ao dizer que quando se aponta os fatores positivos, o autor de outra carta (Jair, de Tubarão/SC) elogia apenas alguns lugares e aspectos. Acusava essa seleção prévia e dizia que da sua região seria difícil selecionar aspectos positivos, pois até mesmo o autor da carta já havia escolhido ou eleito o que era mais conveniente mencionar:

[...] no setor econômico, à industrialização em Lages, Itajaí, Joinville, Tubarão, etc., e às faculdades e universidades de Florianópolis, Blumenau, etc. Vejam os senhores: [o autor da carta,] mencionou somente as cidades situadas no Sul, na serra e no litoral do Estado, parecendo desconhecer totalmente a existência do Centro-Oeste, onde a situação não é nada boa. Ou as cidades que, por infelicidade, se situam nesta região não pertencem ao Estado de Santa Catarina? Pertencem, sim, e com muito orgulho, por sinal. [...] Tenho quase certeza que o Sr. Jair desconhece totalmente a situação atual de nossa região, tão abandonada pelos podêres estaduais. Se talvez vier a conhecê-la, creio

¹⁰⁰ RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Op.cit. p.38.

que certamente mudará de opinião sobre o nosso Estado que, analisando com frieza e no todo, se encontra em condições lamentáveis. Joaçaba/SC Arno Keffer.¹⁰¹

No trecho acima, o autor do texto sugere que sua região deveria ser tratada como parte integrante de Santa Catarina e não um lugar à parte. E acusa àqueles defensores de um “bom modelo” catarinense de progresso, apenas escolherem setores para falar bem.

Na opinião dos leitores, publicada na seção de cartas da revista *Visão*, observa-se como não havia apenas uma forma de interpretar Santa Catarina. Segundo as diferentes opiniões, havia problemas que a caracterizavam então como um “Piauí do Sul”. Mas, para outros, era também desenvolvida, com modelos e aspectos a serem imitados e seguidos, se não pela nação, por outras regiões da própria Santa Catarina. Para os que viam Santa Catarina como um modelo, parecia ser uma ofensa compará-la a um Estado nordestino. Mesmo que o padre de Itajaí tenha dito que a característica pobre e subdesenvolvida de Santa Catarina abrangia a maior parte do que era território catarinense, pois, para ele, apenas duas cidades configuravam ilhas de riqueza e estruturas (Blumenau e Joinville) em um predomínio de atraso, os leitores do Meio-Oeste e Extremo-Oeste catarinense apontavam como piores e mais defasadas as condições nas suas regiões e denunciavam a concentração de recursos, investimentos e infraestruturas em apenas algumas partes e espaços catarinenses. A Santa Catarina que deu certo se concentrava e se especializava em determinados lugares do território, sendo a maioria do espaço catarinense, para alguns autores das cartas, como afirmava o padre: o Piauí do sul, inclusive a capital, Florianópolis.

Dessas múltiplas opiniões não brotaram apenas acordos e conciliações, mas também diversidades de se dizer e se orgulhar como sendo de Santa Catarina, seja pelos olhos daqueles que se descreviam no desafio de viver em regiões “esquecidas”, seja por representarem o viver num lugar de sucesso e progresso. Havia materialmente diferenças e dificuldades vividas diferentemente. A Santa Catarina imaginada como duas: a do progresso, bem-sucedida, europeia e realizada; e a do atraso, pobre, com poucas estradas, sem riqueza, nem variedades de indústrias. Essa era esquecida ou silenciada em sua existência. Invisível aos olhos de alguns, particularmente aos olhos dos moradores do litoral, queixavam-se alguns nas cartas, o interior mesmo pobre, era também Santa Catarina.

¹⁰¹ Revista *Visão*, 25/04/1970, p.16.

1.4 *Ofensas causadas por notícias; cartas que contém a defesa do lugar ao qual se pertence e respostas às reportagens que as revistas contém*

Nas cartas aqui tratadas (citadas), todas, após a primeira enviada pelo padre, continham referências entre si – leitores das opiniões uns dos outros – e, nelas, declaravam o sentimento de ofensa pelos temas presentes no que os Outros escreveram. Houve, também, cartas que foram publicadas, mas em resposta à própria reportagem de textos elaborados pelas revistas; não só escritas em respostas “horizontais” entre si, mas autores de cartas, motivados a demonstrar contrariedade ou não satisfação com o que havia sido escrito, seja sobre seu Estado ou sua localidade (região, município); dizendo que uma afirmação, contida na “Veja n.392 de 10/03/1976, efetivamente, não retrata a verdade.”¹⁰² O autor da carta expunha que a publicação da revista havia errado. Sobre o panorama das eleições que ocorreriam em novembro do ano de 1978, em carta publicada no final de março de 1976, buscava argumentar-se como sendo a cidade maior e mais importante de Santa Catarina, diferente daquela apontada pela revista. O autor dessa carta desejava que os jornalistas da revista parassem de tratar outra cidade que não a sua como a mais destacada do Estado. Pois, segundo argumento de força política, número de eleitores e econômico – de retorno de impostos:

Blumenau não é a cidade mais importante de Santa Catarina e sob vários aspectos perde para a liderança de Joinville, que, por exemplo, arrecada cerca de 30 milhões de cruzeiros de ICM por mês, enquanto Blumenau arrecada somente 16/18 milhões. Joinville possui ainda o maior parque industrial do Estado, sendo responsável por 21% da produção industrial catarinense, enquanto Blumenau produz apenas 13%. Finalmente Joinville tem 85 000 votantes e seu prefeito Pedro Ivo Figueiredo Campos é igualmente forte candidato ao governo do Estado em 1978.

Joinville/SC *Antonio Carlos Pereira*.¹⁰³

Mais de uma década anterior a essa da carta acima, antes mesmo de a revista *Veja* existir, a competição entre essas duas cidades catarinenses aparece constantemente entre os vínculos que alguns insistiam em demonstrar como pertencentes. Nas cartas, cidades eram defendidas, seja como forma de diferenciação ou maneira de se dizer de qual lugar “realmente” pertencia, como no exemplo a seguir. Em outubro de 1967, foi publicada uma carta na revista *Visão*, cujo autor afirmava haver distinção entre as duas importantes cidades, dizendo, enfaticamente, o pertencimento a regiões diferentes: “A área norte-catarinense nada, absolutamente nada, tem a ver com o Vale do Itajaí, pois

¹⁰² Revista *Veja* n.395, 31/03/1976, p.10 (cartas)

¹⁰³ *Ibidem*.

são zonas bem distintas.”¹⁰⁴ Havia, realmente, pelo autor dessa carta, certa vontade e desejo de se diferenciar e mais do que isso, que fossem reconhecidas como áreas não semelhantes, constituindo um vínculo de pertencimento local. Afirmava, na tentativa de construção do pertencimento ao regional: “O esforço dos norte-catarinenses não pode ser relegado e, muito menos, desprezadas as suas reivindicações.”¹⁰⁵ Entre os esforços ou reivindicações, está a de terem sua região instituída e reconhecida como o Norte catarinense e “liderança” de Joinville nesse contexto, mas também maior influência na esfera e nível estadual, reconhecida pela revista de circulação nacional.

Três pessoas assinam uma carta, na qual se diziam desgostosos com as informações de outra carta que havia sido publicada pela revista *Visão*, pois afirmavam que nela constava, erroneamente, a informação de que, em Santa Catarina, um ou outro município era servido de (ou possuía) redes de esgoto.¹⁰⁶ Contudo, nem sempre havia só reclamações. Menos como reforço de “sentimento pertencimento” e, talvez, mais como sátira e crítica, há um caso de uma carta, cujo autor concordava com a análise da baixíssima cobertura (ou inexistência) de redes de esgoto em áreas urbanas catarinenses. Reforçando a reportagem da revista *Visão*, que indicava haver apenas duas cidades em Santa Catarina com redes de esgoto, antigas e superadas:

Na edição de 22 de março do corrente ano, essa tradicional e prestigiosa revista, sob o título ‘Santa Catarina sem saneamento’, publica a informação de que, neste Estado, somente duas cidades – Florianópolis e Lages – possuem rede de esgotos, e assim mesmo totalmente superadas. A título de colaboração, ocorre-me informar que esta cidade – Laguna – também é dotada de uma rede de esgotos, há mais de cinquenta anos, nas mesmas condições das cidades mencionadas anteriormente. As cidades catarinenses servidas de esgotos, portanto, são três e não duas...
Laguna/SC, José Paulo Arantes.¹⁰⁷

Nesse caso, como em outros, não apenas eram manifestadas reações negativas ao que a imprensa havia publicado. Quando havia concordância com textos críticos e interpretações que demonstravam não tanto a face “desenvolvida” de Santa Catarina, pessoas enviaram cartas e dizem como estavam de acordo com a imprensa, fazendo até “ressalvas” ou eram mencionadas coisas que pareciam ser até piores ao que era

¹⁰⁴ Revista *Visão*, 05 de outubro de 1967, op.cit. p.03. autor da carta: Cristiano da Costa Pereira, Joinville.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ “Com muito desgosto lemos na seção ‘Cartas’ (*Visão*, 17-5-76) a informação de que o Estado de Santa Catarina possui rede de esgotos somente em três cidades: Florianópolis, Lages e Laguna. Isso não é verdade, pois a maioria das cidades catarinenses está servida por redes de esgotos até avançadas tecnologicamente.” Blumenau/SC, Vilmar Lana, Geraldo Hening e Jaime Juncn Kaus. Revista *Visão*, 06 de dezembro de 1976, (cartas).

¹⁰⁷ Revista *Visão*, 17 de maio de 1976, p.05 (cartas).

retratado na revista. Nem todas as respostas às matérias eram de pessoas que se diziam ofendidas; nem todas demonstravam também esse “vínculo” ao pertencer à comunidade imaginada catarinense; algumas apontavam como não se tratando de uma sociedade totalmente pioneira, bem-sucedida ou com tanto progresso como queriam aqueles que acreditavam na boa imagem do *Estado do progresso*.

CAPÍTULO II

A SANTA CATARINA ENTRE LUGARES

Capítulo 02, síntese geral:

Trata-se, neste capítulo, de casos interpretados, em determinado momento, como resultado e retrato da circunstância geográfica de Santa Catarina. Seja pela sua localização, onde parecia “imprensada” entre Paraná e o Rio Grande do Sul, seja internamente, pela existência de muita diversidade. Como se pretende discutir, o meio é mobilizado como justificativa e mesmo interpretação para dizer da não existência de uma imprensa catarinense e o que isso acarretou, segundo um autor, em impactos na literatura e na produção/difusão cultural catarinense. Por outro lado, ainda utilizando-se da imprensa de circulação nacional como fonte, como no capítulo anterior, apresenta-se, aqui, o caso da criação de um Canal televisivo pelo qual era buscado, justamente, ultrapassar a condição que se dizia dos catarinenses “imprensados” entre paranaenses e gaúchos, um canal que “coligaria” as diferenças e seria um mecanismo da integração dos catarinenses.

2.1 Imprensados por falta de imprensa própria. Catarinenses retratados na imprensa e a imprensa como retrato (do meio) de Santa Catarina

O reconhecimento da existência e identificação de manifestações artísticas e reservatório de sentidos particulares e próprios a Santa Catarina, foi considerado com menos desconfiança e mais com enaltecimento, principalmente por aqueles analistas preocupados com a preservação e manutenção da identidade catarinense, tais como Victor A. Peluso Junior, Franklin Cascaes, Nereu Correa, entre outros. Não se trata aqui de interpretar a não existência de culturas, símbolos e rituais em Santa Catarina realizados por indivíduos e grupos sociais, mas de entender as falas como a não abrangência ou compartilhamento comum de várias características e costumes. Mesmo não existindo uma “abrangência” relativamente “homogênea” entre o que seria típico ou próprio dos catarinenses, trataram-se grupos étnicos (descendentes de açorianos) como depositários¹⁰⁸ de tradições, essencializando: a linguagem, “o folclore” e costumes que deveriam ser preservados como autênticos.

A diversidade regional de Santa Catarina fez com que alguns observadores identificassem, apenas em algumas partes e locais, demonstrações e exemplos do que seria e faria parte (configuraria) a cultura catarinense. Entendo que alguns indivíduos acabavam selecionando manifestações que, para eles, caracterizariam uma “particularidade” dos catarinenses, contudo havia dificuldades em encontrar essas manifestações culturais não mais do que imersas em localidades.

Determinadas práticas e rituais “folclóricos”, por exemplo, foram percebidos e descritos com certa circunscrição e delimitações estritas a certas regiões de Santa Catarina. A restrição localizada “da cultura” foi considerada um dos motivos – não dispersão dos mesmos significados e compartilhamento de costumes semelhantes – da dificuldade de existência e legitimação da identidade catarinense. Aqueles que enalteciam, conseguiram apenas selecionar regiões e grupos com suas manifestações folclóricas, e deles construíam generalizações ao apontar como cultura de toda Santa Catarina. Para existir ou caracterizar o que daria forma e identidade de ser dos catarinenses, alguns pensavam ser necessário elementos que pudessem agregar sentidos comuns e representar o que configuraria como algo peculiar, “raro” ou próprio a esse povo. Havia dificuldades em relação à identificação “dos catarinenses uns com os

¹⁰⁸ HOBBSAWM, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições.” In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, (pp. 09-23). p.15.

outros” e alguns se preocupavam ainda com o pouco restante da cultura catarinense; o resquício corria o risco de ser descaracterizado ou esquecido. Como no trecho a seguir citado, reportagem da revista *Visão* de setembro do ano 1977, por um lado havia a interpretação de uma forma de ser e existência da cultura catarinense, localizada no (ou resultante do) litoral – “práticas culturais do litoral catarinense” – enquanto, por outro, parecia haver crítica à ação Estatal que era vista como conivente em não proteger a cultura de Santa Catarina. Como expressou, na década de 1970, segundo afirmava a reportagem de uma revista, as “[...] manifestações autênticas vão sendo esquecidas, como nota Franklin Cascaes a respeito das tradições açorianas no litoral catarinense.”¹⁰⁹ Para Franklin Cascaes, as instituições Estatais auxiliavam mais nas mudanças do que nas possibilidades de promoção das tradições açorianas na área de influência litorânea. Três décadas antes desta reportagem da revista *Visão*, num artigo publicado em Porto Alegre, um autor argumentava como a cultura catarinense parecia tão diversa e diferenciada, como era o seu meio.

Intitulado: “O panorama da literatura catarinense”, publicado em 1949 na revista da Editora Globo, chamada “Província de São Pedro”, perguntou no seu artigo: há uma literatura catarinense? Escrevia o autor – Nereu Corrêa – “como poderia eu escrever uma literatura que na realidade não existe?”¹¹⁰ Esse autor, quando se referiu à não existência de uma literatura própria a Santa Catarina, dizia haver “deficiências do meio”. Sendo os principais problemas: não ocorrência de muitas editoras que possibilitassem ou viabilizassem a publicação de livros, textos e ideias produzidas e concebidas em Santa Catarina. Já Celestino Sachet interpreta certa subalternidade cultural, até mesmo com o movimento modernista (Semana de 1922) que repercutiu, em Santa Catarina, com demora, já que apenas após a Segunda-Guerra é que jovens (do Grupo O Sul) travam debates nos jornais e publicam obras literárias inovadoras para o que vinha sendo feito até então.

Entretanto, há limitações desses interpretes da literatura catarinense, principalmente quando entendem que se produzida obra fora ou se escreveram sobre literatura que não retratasse Santa Catarina, essa não seria uma literatura catarinense. Sachet, por exemplo, desconsiderou completamente a relevância do poeta catarinense Cruz e Souza, pois o entende como autor de temáticas universais, tornando-se

¹⁰⁹ *Revista Visão*, 05/09/1977, p.87.

¹¹⁰ CORRÊA, Nereu. “O Panorama atual de Literatura catarinense.” Revista **Província de São Pedro** n°13 Porto Alegre: Editora Globo, 1949. pp.28-35. p.28

reconhecido após sua saída de Santa Catarina. Como se não devendo repercutir em sua terra natal a produção realizada, afirmou Sachet: “Sua vida literária e seus livros não nasceram aqui. Nada há que o vincule a qualquer dos grandes temas de nosso Estado.”¹¹¹ Sachet naturaliza a ideia, em uma atitude determinista, de que por ter encontrado sucesso fora de Santa Catarina, o poeta seria menos catarinense, afirmando de Cruz e Souza: “A temática do poeta negro – os conflitos de uma alma negra, dentro de um emparedado negro a enfrentar uma sociedade e um destino adverso – é a do homem dentro de um contexto universal.”¹¹² Nem o maior poeta catarinense fora considerado obra natural dessa terra para análises como essas de Sachet, que desconsiderou catarinenses que publicaram e viveram fora, ou nesse caso, parece um pretexto para não incluir o poeta negro na intelectualidade catarinense.

Nereu Corrêa realiza uma interpretação semelhante no seu artigo, na qual aponta o panorama de uma literatura não realizada ou inexistente. Segundo sua interpretação, os nomes das letras/autores existentes em Santa Catarina, ou eram quase autodidatas ou haviam estudado fora do Estado e, muitas vezes, fora também publicavam – e moravam ou haviam morado fora – e, além do mais, mesmo algumas obras de ficção de autores catarinenses tratavam de “outras realidades” que não a catarinense.¹¹³

Havia um segundo fator que, nas palavras de Corrêa, impedia o florescimento da literatura catarinense: “[...] nos escasseavam os meios de impressão para os nossos livros, estiolando-se, assim, as melhores iniciativas no sentido de viabilizar o trabalho das letras na província.”¹¹⁴ Ainda para o autor do artigo, “Panorama atual da literatura catarinense”, a falta de editoras importantes – em Santa Catarina, diferente de outros Estados que as possuíam – não possibilitava motivações ao desenvolvimento da literatura catarinense: “Sem possibilidade de imprimir e divulgar o que escreve, poucas são as vocações que perseveram na tarefa de produzir.”¹¹⁵ A mesma tese da não existência de editoras, como influência ao “pífio resultado da literatura catarinense”, foi também apontada por Celestino Sachet. Em um texto produzido para conferências realizadas em vários municípios catarinenses, no ano de 1969 – e publicado no ano seguinte – em cursos que buscavam difundir “Fundamentos da Cultura Catarinense”,

¹¹¹ SACHET, Celestino. “Fundamentos da Literatura Catarinense”. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org). **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970. pp. 77-111. p.89.

¹¹²SACHET, Celestino. *Ibidem*.

¹¹³ “[...] das poucas obras que conheço dos nossos ficcionistas nenhuma existe que apresente certa ligação com o meio.” (CORRÊA, 1949, p.35).

¹¹⁴ CORRÊA, Nereu. *Op.cit.* p.29.

¹¹⁵ *Ibidem*

Sachet entendia que apenas uma editora em funcionamento, na época, voltada ao público universitário, restringia sobremaneira a ampliação e avanço da literatura produzida em terras catarinenses, comparando com o Rio Grande do Sul; Interroga ele: “[...] há o drama da edição. Em Santa Catarina, afora a imprensa da Universidade Federal, não se dispõe de nenhuma editora. E ninguém ignora o seu papel no lançamento de escritores regionais. Haveria um Érico Veríssimo, não houvesse uma Editora Globo?”¹¹⁶

Somado ao fato de não haver meios de impressão de textos, diz Nereu Corrêa, não havia, em todo Estado de Santa Catarina, jornal que remunerasse os seus colaboradores.¹¹⁷ Mas, o que o Nereu Corrêa apontava como primeiro fator da penumbra ou *germe não fecundado da literatura catarinense*, referia-se a não existência de instituições escolares ou do saber, como faculdades. É o que ele entendia como falta de impulso dos movimentos de criação e de renovação nos caminhos da arte. Era também a falta do “magistério superior” até mesmo em Florianópolis, segundo escreveu, o fator base que dificultava as reflexões e surgimento de literatura catarinense, ao que denominou de problema na formação cultural na capital:

O primeiro desses fatores está ligado à nossa formação cultural. Florianópolis, como sede do pensamento catarinense, sempre se ressentiu de meio que lhe permitissem criar um ambiente propício ao desenvolvimento das atividades do espírito. Até há poucos anos não possuíamos, ali, já não falo em uma faculdade de filosofia, de que somente agora se está cogitando, mas nem mesmo de quaisquer outras escolas de graus superior, que é, geralmente, de onde saem os germes dos movimentos da arte.¹¹⁸

Continua o autor, descrevendo que tanto na imprensa como na literatura catarinense, (ou sua inexistência) em consequência da dificuldade de formação intelectual, completa, regular e institucionalizada em Santa Catarina, surge a incapacidade dos florianopolitanos de contribuir, desenvolver e difundir um pensamento próprio aos catarinenses, ou ao menos de reproduzir ou copiar escolas e inovações ocorridas em outras circunstâncias.

O autor propõe apontar e sintetizar elementos que possam, além de compreender os principais motivos causadores do baixo desenvolvimento da literatura catarinense, outros aspectos característicos da elevada diversidade das regiões. Para isso, argumenta

¹¹⁶ SACHET, Celestino. Op.cit. p. 110.

¹¹⁷ “Ajunte-se a esse fato [falta de editoras] a inexistência, no Estado, de um único jornal que remunerasse os seus colaboradores, e teremos aí, um dos fatores que mais tem contribuído, para a pasmação intelectual em que vivemos.” CORRÊA, Nereu. Op.cit. p.29

¹¹⁸ Ibidem

que o meio ajuda a explicar a dificuldade de se estabelecer uma imprensa catarinense. Celestino Sachet realizou a mesma interpretação. Atribuiu às “ilhas” catarinenses a culpa pela não repercussão da literatura, mas, para Sachet, que foi professor de Literatura Catarinense em nível universitário, o momento (entre 1960 e 70) era de potencial tomada de consciência que poderia gerar literatura, caso alguns fatores de impedimento fossem resolvidos. Sachet entende que o processo de integração estava ocorrendo de fato e, para falar da literatura, em artigo intitulado: “Fundamentos da Literatura Catarinense”, realiza compreensão de cunho geográfico. Trata com metáforas espaciais para dizer da necessidade de integrar Santa Catarina e em seguida resultar em criação ou “sedimentação espiritual” das ilhas dispersas e carentes de pontes que fizessem ligar as relações: “Dentro dos limites políticos do Estado, ‘ilhas’ geográficas aguardam as pontes e as BRs para se comunicarem.”¹¹⁹ E o autor descreve o arquipélago, tal como concordava Nereu Corrêa, explica Sachet:

Temos, primeiro, a “ilha” da planície litorânea. Ao seu lado, a “ilha” das serras. Logo depois, a “ilha” dos campos gerais cortados por um vale. O Vale do Rio do Peixe. Depois, ao norte, temos novamente a “ilha” das serras. E novamente a “ilha” do Vale do Itajaí. No extremo sudoeste, a “ilha” da Serra Geral.

Diante destas “ilhas” todas, **existe uma realidade conhecida como “espaço catarinense”? Ou existe um arquipélago**, bastante diferenciado, a que chamam de “território catarinense”?¹²⁰

Para Nereu Corrêa, os catarinenses não compartilhavam de um elemento comum. Era uma sociedade caracterizada por panorama cultural diverso ou faces diferentes, divididas em três regiões distintas. Entre essas três ele incluía o Oeste como parte das características de Lages, sendo as três: Planalto (região da Serra); Vale do Itajaí e Litoral. O autor faz ressalva ao aspecto mais difundido e propagado da imagem catarinense, como sendo aquela caricaturada em um eurodescendente germânico. Corrêa afirma que a figura de alemães, como sendo característica dos indivíduos catarinenses, era limitada, pois havia outros grupos, aspectos e características impossíveis de generalização do ser catarinense. Corrêa, talvez ainda influenciado pela campanha nacionalista dos anos 1930/40, afirmava ser um estereótipo mais reproduzido e reconhecido como o “típico”. Questionando se havia maneira ou forma de ser dos catarinenses, questionou, teriam os catarinenses alguma personalidade? Disse ele:

Nada mais falso, pois, do que êsse tipo louro que a ignorância consagrou como sendo tipicamente nosso. Fora daqui, e até mesmo

¹¹⁹ SACHET, Celestino. Op.cit. p.81.

¹²⁰ SACHET, Celestino. Op. cit. p.81-82 (destaque em negrito feito por mim)

entre intelectuais de renome, acredita-se que todo o barriga-verde é louro, tem olhos azuis e sabe falar alemão. Acaso não estará aí uma das provas do quanto somos incharacterísticos como personalidade? ¹²¹

O que Corrêa faz com seu texto é mostrar regiões em Santa Catarina, elegendo o que ele denominava “personalidades próprias”; que não significava a personalidade total catarinense e sim, localismos. É também uma espacialização das identidades ou do que ele denominou panorama de Santa Catarina na seguinte regionalização que não possuía, necessariamente, afinidade entre si. Era, para o autor, esse meio bastante segmentado, diferenciado que caracterizava, também, o não surgimento de uma imprensa própria a Santa Catarina:

Na região serrana o tropeiro paulista implantou a *civilização do couro* – como dizia Capistrano de Abreu – tangendo para ali as primeiras cabeças que mais tarde haviam de povoar os latifúndios das futuras estâncias. Para o Vale do Itajaí levou o nórdico a *civilização da máquina*, erguendo, às margens do Itajaí-açu, o maior parque industrial do Estado e emprestando à paisagem nativa um matiz acentuadamente europeu, o que se manifesta até mesmo no estilo da casa colonial de telhados altos e pontiagudos como setas, próprio para climas glaciais e que aqui só se explica como sobrevivência de fundo sentimental ou saudosista. No litoral é o madeirense e o açoriano dividindo a sua tarefa entre a gleba e o mar e engendrando um estilo de vida que não encontra símile nos dois anteriores. ¹²²

Corrêa, nesse trecho citado, relaciona fluxos demográficos diversos ligados ao movimento de colonização/migração, ocupação e domínio de determinadas áreas (estratos físicos) e regiões que configuram, segundo, uma Santa Catarina com três particularidades e aspectos marcantes.

Para Corrêa, assim como os catarinenses não compartilhavam de uma literatura própria, aparentavam também, nessas três classificações da citação, não compartilharem de referências e bases culturais. Cada grupo de origem diversa: tropeiros paulistas, nórdico/europeu e açoriano/madeirense/português realizavam cada qual sua própria, específica e limitada (a si mesmos) Santa Catarina. A não ser expressões comuns como a de “Barriga-verde”, essas regiões e grupos nos esquemas e classificações de regiões como feita por Corrêa, não davam margem a muitos motivos e aspectos de coesão ou referências de formação de sentimentos de pertencimento mais abrangentes que o estrito local. Duas décadas depois de Corrêa, Sachet é mais otimista, pois enxerga a ocorrência do processo de conexão de redes que estavam sendo implementadas. A “ligação” entre

¹²¹ CORRÊA, Nereu. Op.cit. p.32

¹²² Ibidem

as insularidades deveria ser tal como foi a ligação nos anos 1920 da capital – Ilha de Santa Catarina – com o Continente: “É bem verdade que entre estas ‘ilhas’ todas há um processo de integração em marcha. Mas que começará a solidificar-se apenas **quando a BR-101, no sentido vertical, e a BR-282, no sentido horizontal, puderem exercer o mesmo papel da ponte Hercílio Luz no processo de integração** entre Florianópolis e o Estreito.”¹²³

Poderia haver até mesmo uma bandeira comum, um hino e a mesma capital do Estado, contudo não compartilhariam, necessariamente, de uma mesma cultura. Menos ainda, pareciam compartilhar um mesmo espaço de contatos constantes. É no contexto que se percebe Santa Catarina, não como um território coeso, nem unificado/integrado e, nem mesmo os seus habitantes fazendo partilha do mesmo folclore, de uma literatura própria e nem do espaço catarinense, que se torna um problema: a questão da desintegração de Santa Catarina, ou melhor, de sua não existência enquanto entidade ou elemento territorial efetivo, afetivo e prático. Não era um espaço representado como coeso, mas áreas desmembradas.

Para Corrêa, Santa Catarina não existia nem como uma face, nem como um território propriamente articulado e associado entre si. Referindo a regionalização anterior (dos três panoramas) e concluindo essa classificação, diz do espaço e dos indivíduos catarinenses: “Não há, como se vê, um ‘*facies*’ absorvente na paisagem catarinense, mas uma natureza multifária quer sob o aspecto físico, como sob o social e psicológico.”¹²⁴

O que separa – além do tempo – e diferencia aspectos presentes no artigo de Nereu Corrêa, publicado em Porto Alegre, do trecho da reportagem da revista Visão, de 05 de setembro de 1977, é a emergência da necessidade de “proteger” a cultura catarinense. Se para Corrêa ela mal existia, pelo menos no panorama da literatura, para Franklin Cascaes ela deveria ser cuidada, pois nascera frágil e pouco consistente. O que também separa um olhar dos anos 1970 era a necessidade que pareceu ter resultado à resposta da necessidade emergencial da ideia de proteção à cultura de Santa Catarina, como resultado de um processo de invenção e de afirmação de identidades, que poderia ser condensada em uma expressão como “inventidade”. Essas situações e processos

¹²³ SACHET, Celestino. Op. cit. p.82. (destaques em negrito feito por mim).

¹²⁴ Ibidem.

parecem fazer parte daquilo que Durval Muniz de Albuquerque Junior¹²⁵ conclama à escrita e pesquisa histórica, denunciando as falas, discursos e criações de sentidos da região e de invenção do regionalismo. Albuquerque Junior afirma que não basta ampliar a análise, abandonando os vícios de pensar a história regional como se de fato ela existisse; é preciso entender criticamente os processos de criação dos limites e de entendimento do que é interior ou exterior à região e suspeitar da própria homogeneidade regional. Esse historiador aponta como o Estado é capaz de constituir eventos históricos, apresentando um rosto e uma face de inventividade, uma soma de elementos, de genealogias que formam: “o rosto frankestaniano do regional”.¹²⁶ Vejamos como era apontada, na revista *Visão* de setembro de 1977, a expansão de elementos e práticas culturais que, no Rio Grande do Sul, não pareciam ser autorizadas ou em acordo pacífico de que eram gaúchas. Mesmo assim, “eram exportadas” para além e ao norte do território rio-grandense, cobrindo, de ponta a ponta, o território catarinense:

É o caso, da exportação dos modelos de conservação do folclore gaúcho para Santa Catarina. Mesmo considerando as restrições feitas pelos estudiosos ao estado atual do folclore gaúcho, o Rio Grande do Sul criou a mais importante estrutura de defesa de suas manifestações populares: os centros de tradição gaúcha. Iniciativa das comunidades, sem a orientação do Estado, esses organismos contam com associados que fazem pesquisas e repetem as danças, os cantos, as lendas gaúchas. Pois os CTGs passaram para Santa Catarina, via região pecuária do Oeste, e já se vêem desfiles de cavaleiros e folguedos gaúchos até em Florianópolis.¹²⁷

O problema da cultura catarinense passa a ser a “invasão” e “colonização” por aspectos e costumes do Rio Grande do Sul em direção a Santa Catarina. Do Paraná é menos ou quase inexistente a referência de invasão cultural, embora em uma reportagem a respeito da criação da TV Coligadas (mais à frente tratada), era informado, através da revista, sobre a influência econômica e política dos Estados vizinhos: “Para Santa Catarina, gaúchos e paranaenses representam uma espécie de ‘imperialistas’ [...]”.¹²⁸ Celestino Sachet também acredita ser expansiva sobre as fronteiras catarinenses quando trata dos estados vizinhos: “Desta forma, o norte de nosso Estado é o sul do Paraná. O sul de Santa Catarina é o norte do Rio Grande do Sul.

¹²⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. “O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.” Revista **Fronteiras**. Dourados/MS, v. 10/17, p. 55-67, 2008.

¹²⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Op.cit, 2008, p.65.

¹²⁷ Revista *Visão*, 05/09/1977, p.87

¹²⁸ Revista *Veja* n.43, 02/07/1969, p.61 (reportagem: “O Desafio dos Sulistas”).

O extremo oeste se mistura, étnica e geograficamente com aqueles dois irmãos gulosos.”¹²⁹

Entendo, sem ironia, que os CTG's podem ser representados, justamente, como elemento cultural advindo do “exterior” e que se repercute desde o Extremo-Oeste até o Litoral de Santa Catarina, quase um elemento “integrador” e comum, que reverbera em várias localidades e regiões do território. Se parecia não ser identificado, no artigo “Panorama da Literatura Catarinense” de Nereu Corrêa, uma prática cultural que existisse em todo o Estado, os “Centros das Tradições Gaúchas” podem ser lidos como uma espécie de maior coesão e agregação em torno dessas instituições. Em todo Estado – reclamava-se – não havia os mesmos costumes ou folguedos, não eram os açorianos mobilizados no interior, nem o Vale do Itajaí germânico inspirador do folclore que chegava também no litoral. Entretanto, os CTGs acabam sendo essa agência de uma identidade, cobrindo quase completamente a totalidade espacial e que é em parte resultado do próprio movimento de “desterritorialização sulriograndense” (fixação de “imigrantes” gaúchos em Santa Catarina) e da adesão de catarinenses ao CTGs:

Em Santa Catarina, o tradicionalismo gaúcho tem se mostrado como alternativa àquelas pessoas que desejam preservar algumas referências culturais ou mesmo como uma forma de reação a uma possível sociedade global, da qual o movimento tenta excluir-se simultaneamente reivindicando para si, o suporte real de uma cultura regionalista.¹³⁰

O que passou a se espacializar do Oeste a Florianópolis foram redes dos centros de difusão do gauchismo, na expressão da sigla: CTGs. A adaptação, trocas, reinvenção e hibridização demonstram o quanto à cultura pode ser vista com dinamicidade. Segundo texto da imprensa, as instituições do folclore catarinense bem entendiam as relações históricas e íntimas que determinadas regiões de Santa Catarina possuíam com o Rio Grande do Sul. Entre outras trocas e contatos, lembra-se aqui a colonização vinda, particularmente, da metade norte do Estado gaúcho para o Extremo-Oeste catarinense; grupos do que se costuma nominar de ítalo-gaúchos, germano-gaúchos, ou seja, descendentes de imigrantes e colonos que, em movimento de expansão de fronteira e acesso às novas propriedades rurais, movimentaram-se em direção à Santa Catarina e Paraná. Mas, anterior a esse movimento, no Planalto catarinense e Meio-Oeste (os

¹²⁹ SACHET, Celestino. Op. cit. p. 81.

¹³⁰ CAMPOS, Emerson César de. “O Catarinense de Bombacha: Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina (1959-1997)”. Florianópolis, 1999. **Dissertação (Mestrado em História)** CFH, Programa de Pós-Graduação em História da UFSC/Universidade Federal de Santa Catarina. p.74.

campos gerais de cima da serra), região historicamente marcada pelo caminho das tropas, possuíam também antigos contatos e vínculos com o Rio Grande do Sul.

Estou de acordo com a interpretação de Emerson César de Campos, para quem a própria identidade híbrida, “flexível” e múltipla¹³¹ dos catarinenses favoreceu a repercussão e afinidade dos movimentos de exaltação do gauchismo. Para esse historiador, trata-se de uma busca de renovação de necessidade de tradições com regras e valores hierarquizados, além de significar uma forma de possuir um apelo regional. Porém, para alguns folcloristas, parecia restar uma *essência de Santa Catarina*, talvez “mais pura”, mais densa e “profundamente catarinense” e com menor contato com os dois Estados vizinhos, como pareciam pensar alguns defensores da cultura catarinense. Em parte, como alteridade aos gaúchos, buscou-se encontrar o que configura os catarinenses. Em oposto a esse movimento de “invasão” de CTGs e domínio cobrindo boa parte das regiões do Estado, a busca foi a de encontrar o que haveria de comum aos catarinenses que não fosse cultura “de fora”.

Se para Euclides da Cunha a verdadeira e mais intensa brasilidade estava no interior, no “Brasil profundo”,¹³² em que o sertanejo seria o exemplo do forte e da não decadência existente no litoral brasileiro, para alguns protetores da cultura e folcloristas em Santa Catarina, o catarinense que “restava”, enquanto peculiar e menos influente aos “gaúchos” que os catarinenses do interior, (dos Campos de cima da serra ou do Extremo-Oeste) estava no Litoral. Essa era a cultura catarinense que deveria ser protegida. Alguns identificavam um *catarinensismo*, como parecia acreditar existir Victor A. Peluso Júnior. Para esse autor, o maior vínculo, sensação de pertencimento e influência do *catarinensismo* estaria em seu maior grau em Florianópolis e, a partir da capital dispersava-se ao interior sem maiores adesões, afinidades e intensidade do sentimento de pertencimento: “A manifestação do sentimento varia muito de um lugar para o outro.”¹³³ Peluso Júnior assim identificava a dispersão do *catarinensismo*:

A intensidade deste sentimento nas populações das diversas regiões do Estado, como nos pareceu, pode assim ser resumida:

a – o sentimento de catarinensismo é forte na capital (Florianópolis) e em toda a microrregião da Grande Florianópolis;

b – o catarinensismo perde força a partir dessa região central para a periferia, isto é, à medida que o pesquisador se afasta da capital,

¹³¹ “Assim a configuração cultural complexa, híbrida, presente em Santa Catarina na sua diversidade cultural, se mostrou permeável ao tradicionalismo, que se configura num fenômeno sócio-cultural relevante a se considerar as implicações a que se encontra ligado.” CAMPOS, Emerson C. Op.cit. p.113.

¹³² OLIVEIRA, Ricardo de. “Euclides da Cunha, *Os Sertões* e a invenção de um Brasil profundo”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.22 n°44. pp.511-537, 2002.

¹³³ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Op.cit. p.270.

alcançando seus níveis mais baixos nas áreas que se encontram mais a oeste no território do Estado, e nas que se localizam próximas aos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul;

c – a forma comum e mais evidente da intensidade dos laços que unem a comunidade catarinense é a reação manifestada ante a função de capital exercida por Florianópolis, podendo, assim, esta função de Florianópolis servir de indicador do grau de catarinensismo.¹³⁴

Mesmo que Franklin Cascaes não fale ou utilize, necessariamente, a expressão *catarinensismo*, sugiro que seja feita a reflexão de que ela se sobrepõe às áreas e território que ele pregava, os quais deveriam proteger o folclore e costumes “típicos” ou próprios de Santa Catarina. Conservar a cultura do litoral, vista como a cultura catarinense, era fundamental, conforme Franklin Cascaes, contrapondo-se aos folclores de outras regiões de Santa Catarina que pareciam estar influenciados pelos costumes gaúchos:

A Comissão Catarinense de Folclore acha corretas essas manifestações, ‘pois todos os trabalhadores das regiões de pecuária são considerados gaúchos e no Oeste catarinense, com a aculturação, é natural que existam centros de tradição campeiras.’ Já o professor Franklin Cascaes, diretor do Museu de Antropologia da Universidade de Santa Catarina, diz amargurado: ‘*Este é um Estado muito pobre de espírito. Se a cultura gaúcha se sobrepõe à nossa é porque a nossa está largada ao deus-dará*’. E outro folclorista, Doralécio Soares, autor de *Aspectos do folclore catarinense*, considera válida a instalação de CTGs na zona serrana, mas jamais no litoral, que nada tem a ver com pecuária.¹³⁵

Mas, diferente do que parecia ser a opinião dos folcloristas, de acordo com o exposto na revista, os CTGs espalharam-se do interior ao litoral de Santa Catarina, como há, por exemplo, atualmente, o CTG “Os Praianos” – que em seu portal¹³⁶ oficial (site) na internet diz ter sido fundado em: 15/10/1972 – muito próximo à capital, localizado em São José, município da região metropolitana de Florianópolis; por ironia, justamente a região em que Victor A. Peluso Júnior definia como maior facilidade de ocorrência e reprodução do sentimento e vivência em comunidade do *catarinensismo*.

Entre as análises do que escreveu Corrêa nos anos 1940 e o que observou nos anos 1970 à revista *Visão*, são comuns diagnósticos da não existência de elementos da cultura catarinense, disseminadas em todo território. Como dizia o autor do “Panorama

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ Revista *Visão*, 05/09/1977, p.05.

¹³⁶ Portal <http://www.ctgospraianos.com.br/index2.php> no tópico ‘História’ desse CTG, consta: “Em 1972, meados do mês de junho, acontecia a fundação do CTG, que recebeu a denominação de *Os Praianos*.”

atual da literatura catarinense”, não havia costumes comuns, porém, inversamente, nos anos 1970, catarinenses pareciam compartilhar e assistir à reprodução dos CTG’s em grande parte do seu território. Mas, entre esses dois aspectos e momentos, o que se pode observar e apontar é a emergência de interesses, projetos, discursos e intenção de integração, principalmente do aparato Estatal. A *governamentalidade* buscava fundar e fazer integrar um espaço de Santa Catarina e, para isso, era necessário coesão e efetivação de representações, imagens e práticas de integração. Na interpretação de Celestino Sachet, ao empreender o processo de construção de estradas e infraestrutura em redes, expôs: “Os primeiros passos estão sendo dados. A BR 101 fazendo a ligação norte-sul; a BR 282 conectando leste-oeste; a Embratel cobrindo todo o Estado, através das ondas da TV-Coligadas de Blumenau e da TV-Cultura de Florianópolis; iniciaram o **processo de cimentação entre as diversas ‘ilhas’**.”¹³⁷

Discursos e obras que tornassem Santa Catarina não mais apenas uma ideia, mas um território mais amplo, mesmo que isso custasse admitir a presença de elementos exteriores para “auxiliar”, dar sentidos e contrapor-se. A construção de estradas, como se abordará no próximo capítulo, esteve envolvida também no processo de constituição de sentidos dados a Santa Catarina, de forjar e fortalecer identidades de uma comunidade imaginada. Projetaram-se novos destinos ao espaço, pois eram desejados novos destinos à sociedade. O historiador Walter Fernando Piazza parecia tecer uma ideia objetiva de que as estradas não bastavam nesse processo de integração; elas poderiam ser o meio, mas não o fim. Para Piazza, era igualmente necessário o reconhecimento e a partilha de uma cultura representada como a comum. O autor apresenta a opinião de que a economia integrada não resultava, necessariamente, em uma comunidade homogênea: “E só teremos a integração econômica-social, tão necessária, tão almejada, do nosso Estado, quando o Estado de Santa Catarina, de leste a oeste e de norte ao sul, pensar em termos da sua História e da sua Cultura.”¹³⁸

A busca de interesse Estatal pela integração e possibilidades que pudessem conferir uma união de identidades em torno dos *sentidos em ser catarinense* foi, em parte, trunfo da *governamentalidade*, embora não bem sucedida na prática. Algumas pessoas, mesmo não vivendo em uma Santa Catarina com espaço possível de ser compartilhado, porque pouco integrado de uma identidade não acessada por todos, nem

¹³⁷ SACHET, Celestino. Op.cit. p.111. (destaques em negritos feito por mim).

¹³⁸ PIAZZA, Walter Fernando. “Elementos básicos da história catarinense.” In: CORREA, Carlos Humberto (Org). **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: editora Laudes, 1970. 21-48.

re(unida) em redes de estradas e comunicação, mesmo assim e mesmo criticando as dificuldades de efetivação de uma Santa Catarina comum a todos os catarinenses, algumas pessoas se sentiam e diziam ser catarinenses e criticavam as disparidades regionais internas e a concentração de serviços, de equipamentos e recursos/capital, aplicados apenas numa (parte) dela, conforme já foi tratado no primeiro capítulo.

Nessa construção social, indivíduos também compuseram vínculos territoriais, sensações de pertencimento, discursos regionalistas e criando imagens, representando e descrevendo, como visto, através das cartas no capítulo anterior. Vale aqui mencionar que os autores daquelas cartas viam Santa Catarina, a partir de onde moravam e relatavam diferenças internas, mas se diziam catarinenses. Na imprensa, nos anos 1960 e 1970, a presença de gaúchos em Santa Catarina não foi totalmente tratada como algo natural e noticiado sem fricções; a “desterritorialização” gaúcha e suas re-territorializações chegaram a ser apontadas como não necessariamente positivas. Por exemplo, o diretor responsável pela Instituição estadual de terras e propriedades agrícolas de Santa Catarina se justificava e parecia querer dar a impressão de que havia “certo controle” e fiscalização da passagem de colonos gaúchos pelo território catarinense. O presidente do instituto estadual de terras buscou “desmentir” e apontar como inverídico o fluxo demográfico vindo do Rio Grande do Sul, de acordo com o que foi publicado num jornal de circulação estadual em 1974: “Segundo explicou o Sr. Hélio Mário Guerreiro não procedem as notícias de que está havendo uma grande demanda de colonos gaúchos para se fixarem no Estado.”¹³⁹ Tornou-se notícia a informação de que o presidente do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina/IRASC minimizava a elevada presença de gaúchos, pois afirmava ser passageira e temporária a vinda daqueles colonos sulriograndenses.

Foi dito estarem os gaúchos, apenas, de passagem provisória por Santa Catarina e não em fixação. Assim, ao menos explicava o presidente do IRASC, em relação ao “problema” da presença e fluxo de pessoas vindas do Rio Grande do Sul:

*- O que está havendo atualmente é que os colonos gaúchos simplesmente estão passando pelo Estado à procura de novas terras nos Estados de Mato Grosso e Goiás principalmente. Não existe a possibilidade de colonos de outros Estados se radicarem em Santa Catarina, em primeiro lugar porque aqui não existe terra suficiente para isso e, em segundo, principalmente, desestimula a imigração de outros estados para cá, concluiu o Sr. Hélio Guerreiro.*¹⁴⁰

¹³⁹ Jornal *O ESTADO*, Florianópolis, 04/08/1974, p.16.

¹⁴⁰ *Ibidem*

O triunfo da integração não foi total. A repercussão de CTGs ao longo do território catarinense ao que parece, representa certa predominância, com aspectos de valorização de que era do Rio Grande do Sul, portanto, vindo de fora de Santa Catarina. Os CTGs se espalharam e manifestaram presença em várias “ilhas” catarinenses sendo, talvez, até um exemplo bem sucedido de “integração”, mesmo que não fosse necessariamente catarinense. Acredito que a proposta de integração Estatal triunfou com as redes de estradas, menos em telecomunicação, pois essas foram influenciadas pela presença de agentes externos. O surgimento da empresa TV Coligadas é emblemático, pois sendo de Blumenau e objetivando dar cobertura à programação televisiva para todo o território de Santa Catarina e produzida por catarinenses, fora “encampada” e perdera fôlego com a chegada do grupo de comunicação do Rio Grande do Sul, a filiada da Rede Globo, denominada: Rede Brasil Sul/ RBS-TV.

Assim, até mesmo as redes de telecomunicação ou de estradas, quando implantadas – e ainda com a ação da “concorrência” vinda do Rio Grande do Sul, como o grupo de comunicação/televisiva – essas redes de integração, em certo sentido, também auxiliaram no dispersar, tornando fugidia a cultura e identidade catarinenses. Nos anos 1960 e 70, o governador, segundo reportagem da revista *Veja* de 1969, não tinha um canal televisivo ou rede de televisão como meio de atingir todos os lares do território. Mesmo quarenta anos após, “A Bandeira Konker”, a tal “épica” presença do governador do Estado e parte de seu aparato em direção a Outra Santa Catarina recém “anexada” (chamada Extremo-Oeste), o domínio e constituição de um espaço efetivamente catarinense não se consolidou ou teve rápido processo de integração. A invenção de tentativas de tornar uma Santa Catarina íntegra e coesa é uma construção que perpassou o século XX, inclusive no que se refere ao estabelecimento de suas fronteiras simbólicas.

É interessante notar, por exemplo, como Florianópolis não possuía um canal de televisão que oferecesse cobertura de uma rede de programação única e ampla a todo o Estado de Santa Catarina no final da década de 1960. Grande parte dos catarinenses se ligava à programação televisiva do Paraná e outros tantos a do Rio Grande do Sul; dizia-se que o próprio governador do Estado tinha de se deslocar para as duas capitais desses Estados, caso quisesse realizar um pronunciamento para toda Santa Catarina via televisão. Quando se observa, em uma revista de circulação nacional no final de década de 1960 a reportagem, na qual são enfatizados os desafios dos catarinenses na constituição de um canal próprio de televisão, vê-se a proposta sendo implantada por

uma emissora de Blumenau, Na seção *Interestadual* de uma reportagem da revista *Veja* intitulada: “O desafio dos sulistas”, referia-se à dificuldade de existência de uma mesma programação:

A partir do dia 19 de julho, o Governador de Santa Catarina vai ter uma despesa a menos: quando quiser dirigir-se aos catarinenses através da TV, não precisará mais viajar a Porto Alegre e Curitiba, capitais vizinhas, para falar pelas emissoras locais de televisão, cujo alcance divide ao meio seu Estado. Bastará ir a Blumenau, a segunda cidade do Estado, que se prepara para inaugurar a primeira emissora catarinense: a TV Coligadas.¹⁴¹

Vale enfatizar alguns depoimentos apontados através da matéria da revista, onde catarinenses se diziam “imprensados” entre “os canais” de televisão e as programações dos canais televisivos do Paraná e Rio Grande do Sul, estados vizinhos:

Segundo o advogado Wilson Freitas Melro, presidente da nova TV, será o grande dia para Santa Catarina, cujos líderes não suportam mais o domínio das televisões gaúchas e paranaenses sobre o público catarinense. Especialmente às quintas-feiras, dia do programa ‘O Grande Desafio’, quando as TVs de Porto Alegre e Curitiba dividem o vídeo ao meio e transmitem simultaneamente, através do sistema de microondas da Embratel, uma série de pequenas disputas culturais e esportivas. ‘*E nós ficamos imprensados entre os dois*’, protestam os catarinenses.¹⁴²

É curioso notar como esse canal de TV se representava qual mecanismo e parte de uma ideia de integração. “A ‘emissora da integração catarinense’ entrou no ar em fase experimental às 16 horas do dia primeiro de setembro de 1969. A primeira reportagem cobriu a chegada de Vera Fischer a Blumenau, após ter conquistado o título de Miss Brasil”¹⁴³ Não apenas em dizeres, mas a programação desse canal chegou a seguir objetivo de cumprir um papel de integrar catarinenses, pela programação da TV:

Ainda aos domingos, o público adulto contava com ‘Municípios em Revista’, produzido e apresentado por Têlvio Maestri. Em forma de documentário com material produzido nos próprios municípios, por muito tempo **o programa serviu para integrar regiões catarinenses.**

O programa ‘Municípios em Revista’ deu origem a um projeto ambicioso que se chamou ‘Show da Integração’ e era apresentado aos domingos em horário nobre, das sete às nove da noite. A produção de Nestyor Fedrizzi e J. Moraes obedecia ao comendo de Irany Macedo, diretor artístico da emissora.¹⁴⁴

¹⁴¹ Reportagem: “O Desafio dos sulistas”, *Interestadual*, **Revista Veja nº43**, 02/07/1969, p.61.

¹⁴² Ibidem. (destaques em negrito feito por mim)

¹⁴³ CRUZ, Dulve. Márcia. “A RBS em Santa Catarina: estratégias políticas, econômicas e culturais na conquista do mercado televisivo regional.” **Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) UFSC, CFH, 1999.** Florianópolis, p.43.

¹⁴⁴ SEVERO, Antunes; GOMES, Marco Aurélio. “TV COLIGADAS”. In: __ (Orgs). **Memória da Radiodifusão catarinense.** Florianópolis: Editora Insular, 2009 (apoio Acaert). pp.210-213. Citação, p.211.

Na propaganda publicada na revista *Realidade*, passava-se a ideia de que as propagandas a serem veiculadas nesse canal atingiriam todo o território catarinense (na propaganda aparece uma espécie de “mapa”, representando Santa Catarina), por isso os interessados, aos anunciarem no canal, teriam “a faca e o queijo” para atingir todos os consumidores catarinenses. Contudo, o que chama a atenção, nessa propaganda, é a frase que faz parte do final da publicidade logo abaixo do nome dessa estação de TV: “A emissora da integração catarinense”.¹⁴⁵



O MERCADO DE SANTA CATARINA É SEU:

A TV Coligadas. Canal 3, quando começou a operar, lhe oferecia grandes, amplas, sólidas perspectivas. Agora lhe oferece resultados. Seu nível de programação é a garantia de seu nível de audiência. E é esse nível de audiência, assegurado por potentes transmissores e 42 repetidoras, que lhe permite atingir mais de 80% da população catarinense. Sem contar os telespectadores do litoral do Paraná.

Já é excelente poder contar com um mercado de mais de 2 milhões de habitantes, de capacidade aquisitiva comprovadamente alta. Mas não vamos ficar por aí: novas repetidoras, já em instalação, vão nos assegurar a cobertura dos restantes 20% da população catarinense. Queremos lhe oferecer 100% de penetração. É isso que chamamos de canal competente.



BASTA UTILIZAR
O
CANAL COMPETENTE.

TV Coligadas/Canal 3 

a emissora de integração catarinense - BLUMENAU - S.C.

146

GRAVURA 02: Propaganda do canal televisivo que se auto-representava como “a emissora de integração catarinense”. Publicidade na Revista *Realidade*, n.52 (suplemento especial de) julho de 1970, p.326.

¹⁴⁵ Propaganda Publicada na revista *Realidade* (suplemento especial de) julho de 1970, n.52, p.326.

¹⁴⁶ Ibidem.

O próprio nome desse canal televisivo pode ser visto como parte desse esforço de “coligar” o caráter fragmentário e “dispersão” em Santa Catarina. Tal como um governante na década de 1950 havia apontado, como veremos no próximo capítulo, a difícil integração, como problema a ser superado em Santa Catarina, também resultava do impacto que os estados paranaenses e gaúchos faziam aos catarinenses. Governantes viram que era necessária a efetivação da integração catarinense, o que durante boa parte do século XX fora meta de políticas públicas do Estado. Temas do próximo capítulo.

Uma década após a criação da empresa televisiva TV Coligadas, o grupo de comunicação RBS, originário do Rio Grande do Sul instalava-se em Florianópolis com o nome de TV Catarinense, colocando em prática o plano de formar uma única rede que cobrisse completamente Santa Catarina. Embora, a TV Coligadas tivesse sido a primeira retransmissora da programação da TV Globo em Santa Catarina, a sua capacidade de transmissão do sinal atingia apenas 2/3 da cobertura total do território catarinense; o sinal da TV Coligadas e, por conseguinte, o da Rede Globo chegava em péssima qualidade. Como havia a retransmissora da TV Tupi pela TV Cultura de Florianópolis, este era o canal mais assistido na capital:

A falta de cobertura era uma reclamação antiga da Globo e teria motivado a quebra do contrato com a TV Coligadas. Naquela época o sinal partia de Blumenau sem transmissores potentes o suficiente para levar imagem de qualidade até a capital catarinense. Tanto assim que Florianópolis era a única capital brasileira onde a TV Tupi tinha audiência superior.¹⁴⁷

Na pesquisa de Dulce Márcia Cruz, lê-se: “Numa exceção em todo País, a Rede Globo perdia em audiência justamente na capital do Estado, Florianópolis, para a TV Cultura, inaugurada [sic] em 1970.”¹⁴⁸ Ao que parece, essa foi uma das características que fez com que a RBS, que já era repetidora da Globo no Rio Grande do Sul, conseguisse forte apoio dela¹⁴⁹ na concessão do sinal em Santa Catarina, pois acreditava que reverteria o quadro, prometendo ultrapassar a influência exercida pela Tupi na capital e se imporia, logo em seguida, com maior firmeza, no interior.

¹⁴⁷ KURTH, Estela Doris. “A contribuição das afiliadas na formação das redes nacionais de televisão no Brasil: o caso da RBS/Rede Globo em Santa Catarina.” **Dissertação (Mestrado em História) UFSC, CFH, 2006**, Florianópolis. p.125.

¹⁴⁸ CRUZ, Dulce Márcia. “A RBS em Santa Catarina”. Op. Cit. p.44.

¹⁴⁹ “A falta de qualidade do sinal da TV Coligadas, em Florianópolis, teria sido um dos argumentos da Rede Globo para repassar o direito de transmissão ao concorrente do Estado vizinho.” KURTH, Estela Doris. Op.cit. p.113.

A RBS se mobilizou em Brasília desde, ao menos, 1976; afinal, estava (assim como a própria Rede Globo) em consonância com a proposta de integração nacional promovida pela geopolítica da ditadura, em que militares tentaram a unificação das comunicações do País o máximo possível. O grupo gaúcho consegue a promessa do governador Antonio C. Konder Reis de que ele não vetaria a concessão da RBS, caso viesse decisão de Brasília. A RBS não mediu esforços para se instalar em Santa Catarina, adotando um discurso competente, baseado em aparato tecnológico moderno, empresa capitalizada e administração empresarial como poucos detinham até, então, em Santa Catarina. A histórica divisão e segmentação de disputas entre parcelas da elite catarinense, também se fez item favorável à instalação da RBS, pois somente perto do final do processo de concorrência à concessão da TV, unificaram-se os grupos dos canais, TV Coligadas e TV Cultura. “Em Brasília, Mauricio Sirotsky teria argumentado: se eles não conseguem se unir para lutar pela concessão, imagina como será se ganharem o canal.”¹⁵⁰

A TV Coligadas estava relacionada à família Konder Bornhausen. Tanto que Jorge Bornhausen vende sua cota de propriedade/participação nesse canal, quando percebe que sua ascensão política poderia ser restringida, se dependesse da interpretação que dariam ao seu envolvimento direto com meio de comunicação. Em Florianópolis, era a TV Cultura ligada à família Ramos e foi, em parte, pela competição entre oligarquias que a RBS apresentou, como alternativa, maior disposição na aplicação de novas tecnologias e investimento na expansão de sua rede e da Globo. A RBS vence o processo e, em menos de dois anos, após iniciar a sua transmissão em Florianópolis, adquire um canal em Joinville; a TV Coligadas em Blumenau e um canal em Chapecó.

Em quatro anos **a RBS constituiu e implantou a primeira rede regional de televisão de Santa Catarina**, com emissora em Florianópolis, Joinville, Blumenau e Chapecó. Literalmente, chegou, entrou e se instalou em quase todos os 350.000 domicílios com TV do Estado, amparada pela programação da Rede Globo, a líder de audiência em todo o País. Isso alterou profundamente o quadro de participação no mercado televisivo catarinense.¹⁵¹

A boa transmissão e a qualidade do sinal permitiram a formação de uma rede televisiva que cobrisse a totalidade do Estado. Com a chegada desse grupo sulriograndense em Santa Catarina ocorre a integração de programação da TV,

¹⁵⁰ CRUZ, Dulce Márcia. Op.cit. p.65

¹⁵¹ SEVERO, Antunes; GOMES, Marco Aurélio. “RBS TV”. In: __ (Orgs). **Memória da Radiofusão catarinense**. Florianópolis: Editora Insular, 2009 (apoio Acaert). pp.214-215. Citação, p.214.

transmitindo igualmente, para todas as regiões, uma programação homogênea, retransmitindo a programação da TV Globo. Situação que considero paradoxal nas políticas de coesão territorial, se levado em conta que era atribuído, também, à rede televisiva, o papel de integrar, sendo implantado por um grupo de um Estado que tanto buscava escapar da influência e domínio dos estados vizinhos. Alguém poderia argumentar que Santa Catarina estava sendo mais uma vez impressada por meio de comunicação vindo do Rio Grande do Sul. Mas dessa vez, era tal instituição quem parecia estar colocando em prática uma espécie de integração, assim como vários CTGs conseguiram presença constante em várias “ilhas” catarinenses, a empresa de comunicação RBS mais ainda. A programação cobrindo toda Santa Catarina, pelo menos via a retransmissora da Rede Globo no Estado, deu-se por um grupo externo. Se a proposta havia sido a de catarinenses se integraram por redes promovidas pelos próprios catarinenses, pode dizer-se que esse projeto fracassou.

Não é proposta, nesta pesquisa, a compreensão dos “insucessos” ou o histórico da durabilidade do canal televisivo TV Coligadas de Blumenau, que pouco conseguiu concorrer, com os privilégios e capitais da RBS, mas demonstrar como característica relevante, evidenciando o difícil e longo processo de instituição da integração catarinense. A concessão dada pelo Estado, ao grupo privado de comunicação do Rio Grande do Sul, tornou dificultosa a concorrência para os canais que aqui existiam na exploração do serviço televisivo catarinense e, reforça essa lenta contradição da integração em Santa Catarina. Portanto, quem liderou o processo de distribuição de sinal de um canal televisivo para todos os catarinense foi um grupo econômico não catarinense, além de a TV Coligadas (que dizia ser: “A emissora da integração catarinense”) ter sido literalmente encampada pelo canal sulriograndense.

A integração, ou melhor, a constituição de vínculos territoriais em Santa Catarina fez-se de contradições, embates e, principalmente, mobilização (eleição) de características dos aspectos físicos e naturais do seu estrato como forma de garantir e legitimar ações do governo Estadual, o qual atribuiu ao território papéis e características, dando “atenção” ao mesmo, visando superar o que era interpretado como empecilho, mas não conseguiu planejar uma rede tecnológica, como a televisiva. Em busca da criação de uma unidade federativa chamada catarinense, elegeu-se a natureza como forma de perpetuar a integração social, de acordo com o que se argumenta no capítulo a seguir.

III

**ARQUIPÉLAGOS EM SANTA CATARINA:
quebra-cabeça na montagem do território**

Capítulo 03, síntese geral:

São problematizadas, neste capítulo, as referências em mensagens e relatórios do governo estadual (poder executivo) os aspectos do meio natural. Destaca-se, mais especificamente, a respeito de estradas e falas acerca da construção de rodovias. Aqui se propõe tratar como a geografia teve centralidade e papel fundamental – ao menos no discurso – das justificativas de alguns projetos e mesmo na abordagem de atuação no território, ou melhor, de sua construção. Às redes, atribui-se o papel de integrar o que era visto como naturalmente disperso. Foram feitas avaliações das condições físicas e se planejava, a partir do final dos anos 1940, com maior vigor nos anos 1950, 60 e 70, um novo destino ao espaço catarinense: que ele fosse integrado. Ao buscar novos sentidos ao espaço de Santa Catarina, também se pretendia a construção de um novo sentido aos catarinenses e fazê-los identificados com uma comunidade imaginada e com espaço além do local. Nos planos estaduais de intervenção, as pessoas deveriam encontrar-se umas com as outras, fundando-se certo pertencimento ao ser catarinense. O inserir-se na nação entre as linhas mestras de planos de governo da década de 1950, por exemplo, constava que os catarinenses não mais tivessem como maior (ou única) possibilidade os caminhos de “fuga” em direção ao Paraná e/ou Rio Grande do Sul. O destino das estradas deveria ser o próprio meio catarinense, por isto, dizia-se, era preciso conexões dos caminhos. A rede emerge como panacéia à integração. Articular o que era visto como caráter insular das partes foi proposto, como se um jogo de peças diferentes fosse o território catarinense (quebra-cabeças). A montagem das peças resultaria, segundo a leitura estatal, no fim do confinamento das pessoas ao local ou a redução da constante busca de se deslocarem para os estados vizinhos.

3.1 Meio descontínuo: estradas desarticuladas e o que não deve confinar espíritos

Neste capítulo, faz-se referência às estradas, caminhos e rodovias, sem focar, necessariamente, na cronologia ou no histórico de aberturas, melhoramentos e construções de formas de “passagem”, particularmente, automotivas. Antes, porém verificam-se como as vias de ligação e redes, acerca de determinado espaço podem refletir tanto características naturais impostas (relevo, por exemplo) como, também, temas mais amplos do que estradas. O que genericamente e previamente se denomina, aqui, de “discurso” do aparato institucional-Estatal de Santa Catarina sobre os caminhos e vias de comunicação; esses “discursos das estradas” falam também de outros temas. Seja a respeito do povo e povoamento, de vínculos de pertencimento, particularidades regionais da sociedade, da natureza e das (im)possibilidades de circulação e do fazer deslocar.

Algumas das representações, como aquela da criação de uma homogeneidade em Santa Catarina, articulada ao papel de estradas, toma maior vigor e evidência nas décadas do Pós-Segunda Guerra. O governo de Jorge Lacerda é um dos que marcam essa tendência de associar construções de estradas com integração cultural catarinense, enquanto também se percebe, em vários de seus antecessores, a prática de discursos rodoviaristas predominantes no que é selecionado dos feitos da cada governo.

Não é que antes dos anos 1950 não houvesse propostas rodoviárias de integração, mas não passavam necessariamente (ou fortemente) pelo discurso de evitar a fragmentação. Contudo, tal constatação não é tão estanque. A partir da década de 1950, é mais constante o discurso da necessidade de “encurtar distâncias” entre os catarinenses, proporcionando-lhes o conhecimento mútuo, através da conexão entre as pessoas das diferentes localidades. Também se dizia como necessário diminuir as distâncias físicas e longínquas, visando à facilitação de trocas comerciais e aporte econômico a um transporte de menor custo. Encurtar as separações entre as diferentes identidades catarinenses e aumentar o comércio interno era apregoado. Nos planos do governo da década de 1950, esse tema recebe maior dedicação. Contudo, isso não quer dizer que os planos rodoviários anteriores a esse período limitavam-se, apenas, a facilitar as possibilidades de fazer circular. Mas, até os anos antes da década de 1940, a maior parte dos discursos sobre estradas refletia mais o problema “natural” do meio e da população que nele se encontrava, com intenção de fortalecer fronteiras e a importância

das estradas no abastecimento e circulação. No Pós-Guerra, os discursos econômicos se associam com maior intensidade à idéia de coesão e fortalecimento de uma identidade, constituindo, com maior vigor, um discurso regionalista catarinense.

Tanto são mais marcantes as obras rodoviárias na década de 1950 que, na Mensagem à Assembléia do ano de 1957, o governador acreditava: “Nunca se destinaram, como agora, tantos recursos, em Santa Catarina, ao setor rodoviário.”¹⁵² Quem visitar, hoje em dia, o portal (site) da comunicação social do governo do Estado de Santa Catarina encontrará, no *histórico dos feitos dos governadores*, a referência de que no governo de Jorge Lacerda ocorreu “[...] a primeira rodovia asfaltada feita com recursos estaduais, ligando Itajaí a Blumenau.”¹⁵³

Em textos governamentais, como: diagnósticos das condições de viação, propostas de novas estradas, planos (rodo)viários, projetos de execução de obras e preparações de intervenção de governos em – se é que assim se poderia nomeá-las – “estradas catarinenses”, quase a imensa maioria desses discursos tocou, de alguma forma ou se expressou em temas que foram considerados:

- a) entraves para a circulação (comunicação ou contatos);
- b) diferenças (diversidade) vistas como negativas.

Também houve situação em que determinada área demonstrava menor interesse imediato do aparato estatal, justificando deixá-la em momento de “espera” para futuramente ser mais conhecida, mapeada, “desbravada”. Ainda na época da Província, por exemplo, relatório do século XIX já mencionava as vertentes de rios pouco navegáveis e menor atenção por parte do governo provincial em utilizá-los para a comunicação, ao menos os rios que corriam em direção ao litoral. No mesmo parágrafo de um documento de março de 1884, informava-se que o sertão, além de ser desconhecido, motivo pelo qual justificava deixá-lo provisoriamente “intocado”, dizia também das margens desses rios do interior, habitados por população considerada tão selvagem quanto à natureza:

Os Rios desta Província, que vem da Serra desaguar no Oceano, são de tão pouca extensão, que se não offerecem como objectos de interesse para a navegação interior; os que correm para o lado do Uruguay são, por emquanto, em razão de serem as suas margens, ou dezertas, ou povoadas de Selvagens,

¹⁵² Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 15 de novembro de 1957, pVIII. Governador Jorge Lacerda.

¹⁵³ Portal oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, “Governadores de SC”: <http://www.sc.gov.br/>

de muita pouca importancia para nos occuparmos d'elles agora.¹⁵⁴

O Estado se permite autorizar e elencar funções prioritárias, escolhendo áreas consideradas estratégicas e o que não lhe compete realizar. O Estado institui a si mesmo a responsabilidade de ordenamento, delimitação e colocação de determinadas lógicas em funcionamento, constituindo, em muitas circunstâncias, territórios. O aparato estatal espacializa suas ações, e as formas de deslocamento, em Santa Catarina, são um bom exemplo de como o Estado estabelece domínio e gestão de uma determinada abrangência a qual se impôs. Como argumentou Marlon Salomon, nem sempre as estradas fizeram parte dos projetos de governos. Salomon recorre ao momento em que, segundo ele, é possível visualizar quando as estradas passaram a fazer parte, efetivamente, das ações governamentais em Santa Catarina. É no tempo do Brasil Colônia, quando o Estado português toma para si a função de fazer caminhos chegarem a lugares, com intenção de exercer melhor domínios e controlar. Em determina conjuntura “[...] as vias de comunicação se tornam uma preocupação do poder.”¹⁵⁵ Como também compreendeu Adelson André Brüggemann: “[...] houve sobretudo uma preocupação cada vez maior pela posse dessas terras; talvez, por isso, a necessidade de abrir-se um caminho.”¹⁵⁶ Mais ainda em tempos já da pós-Independência, quando se busca unir lugares e efetivar trocas de produtos e comércio, a partir daí, as estradas terão funções cada vez mais destacadas no conjunto das necessidades gerais ou da vida material.

Independente do nome que queiramos dar ou de como aparece nas fontes consultadas, o que se denomina aqui de: fatores físicos (ou meio natural) – relevo, florestas, montanhas, rios, bacias hidrográficas – exerceram certas condicionantes na vida e no deslocamento efetivo das pessoas “em terras” catarinenses. “Era preciso ultrapassar a barreira natural que a Serra impunha aos que habitavam o litoral da capitania de Santa Catarina.”¹⁵⁷ Ou ainda: “[...] uma topografia que deve ser vencida para que os fluxos entre as povoações se constituam efetivamente.”¹⁵⁸ Como abordado no primeiro capítulo dessa dissertação acerca das cartas nas páginas de revistas, pessoas

¹⁵⁴ **Relatório Provincia Santa Catarina**, Presidente Soares D’Andrea. 01 de março de 1840, p.32.

¹⁵⁵ SALOMON, Marlon. “O Saber do Espaço. Ensaio sobre a geografiação do espaço em Santa Catarina no século XIX.” **Tese (Doutorado em História) 2002, UFSC, CFH**. Florianópolis, p. 228.

¹⁵⁶ BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao ponto da Serra Geral: a abertura de um caminho entre as capitanias de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008, p.60.

¹⁵⁷ BRÜGGEMANN, Adelson André. *Op.cit.* p.52.

¹⁵⁸ SALOMON, Marlon. *Op.cit.* p.235.

constituem vínculos e tecem representações do meio. Entretanto, nem tudo são expressões de imaginários. Mais do que uma mera ficção, um conjunto de serras e cadeias de montanhas significou, para quem por ela desejou transitar, um maior desempenho de energia humana, mecânica ou animal na “empreitada” depositada.

Observando fontes tão convencionais para a pesquisa da História Política, como mensagens e relatórios de governo, por exemplo, pode perceber-se como o próprio discurso governamental atribui adjetivações subjetivas ao espaço que governa: “A descontinuidade geográfica confinou os homens, mas não deve confinar os espíritos.”¹⁵⁹ Assim afirmou o governador no ano de 1956, na interpretação da geografia física catarinense: uma espécie de prisão do homem; ao Estado caberia libertar pessoas como se realmente elas vivessem confinadas. Ora, essa é uma interpretação do espaço como um agente, um ator com consequências intangíveis, para não dizer místicas. Se não havia “uma continuidade geográfica” que libertasse os homens, tornava-se necessário outro agente “combater” os condicionamentos que acarretavam em confinamentos. Entretanto, embora se observe construções de significados, sentidos e aspectos relacionais, estabelecidos entre as pessoas (e instituições) com o espaço, não se trata apenas de representações.

O meio, como as florestas, a natureza das rochas, a não navegabilidade de trechos de um mesmo rio e o grau íngreme de uma serra, significaram organização social adicional, apropriação de determinadas técnicas e, até mesmo, maneiras mais complexas de evitar impedimentos de circulação. Se o desenvolvimento da tecnologia é uma grande promessa de auxílio às superações, ela não se realiza por completo. Nos textos institucionais como as mensagens e relatórios governamentais, tradicionais, conhecidos de historiadores ou historicamente utilizados como fontes por historiadores mais convencionais, há uma permanência no século XX a respeito das estradas em Santa Catarina. É a de que o meio torna caro e dispendioso o processo de fazer com que haja melhoramentos nas possibilidades em aumentar a locomoção de – como se dizia – valores e pessoas. As estradas em Santa Catarina aparecem tão regularmente e constantemente nas mensagens de governo que alguns discursos apontam como um dos temas que não podem ficar de fora de qualquer discussão da administração pública.¹⁶⁰ Duas historiadoras, quando analisaram documentos como essas mensagens dos

¹⁵⁹ Estado de Santa Catarina, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Governador Jorge Lacerda em 15 de abril de 1956, p.09.

¹⁶⁰ Adolfo Konder. Programa **de governo lido no banquete de 18 de setembro de 1926**, Florianópolis. Imprensa Oficial, 1926, p.08.

governos em Santa Catarina, também observaram a intensa referência aos caminhos e estradas: “A análise dos relatórios das autoridades catarinenses referente ao século XIX e inícios do século XX permitiu perceber que a ligação no sentido leste-oeste foi uma preocupação constante.”¹⁶¹

Nas falas de políticos, as estradas catarinenses ou a viação, era tema que transcendia o tempo e os governos, as próprias mensagens afirmavam isso. Em 1911, um relatório das finanças e obras públicas dava o exemplo da estrada do *Estreito* (Florianópolis) a *Lages*, segundo o qual, a capitania de Santa Catarina apresentou, em 1816, plano para abertura dessa estrada.¹⁶² A partir dessa data, conforme consta no relatório, ininterruptamente durante quase cem anos, nos anais do Congresso e em todas as mensagens e relatórios do poder executivo estadual, havia alguma menção a respeito das obras dessa estrada. Quando findada uma construção, outras entravam em pauta. Mas o que permanece em maior longevidade é a constatação da *necessidade das vias para a superação do meio*.

Pude encontrar vários exemplos das dificuldades de abertura, edificação e manutenção/conservação de estradas em temporalidades e momentos históricos diversos. Alguns fatores eram apontados por exigirem muito mais demandas para o “controle” do meio. Na prática, a construção de estradas foi realizada, rasgando o que havia pelo caminho: rochas, barrancos, morros, florestas. Alguns desses meios naturais foram tratados como se naquele local não vivessem pessoas. Ou, as pessoas que lá viviam não foram tratadas como gente, conforme se abordará num tópico específico deste capítulo.

As circunstâncias para a existência e perpetuação das estradas eram variáveis. Parecia mais favorável, dependendo por quais terrenos as estradas atravessariam. Há certa estabilidade quanto à presença nas mensagens do governo, das maneiras de referir-se a estradas. Repetiram-se, anos a fio, ideias semelhantes, particularmente quanto ao custo geográfico. Pode dizer-se sobre as estradas, que menos importante é a data em que determinado diagnóstico foi escrito, pois sentidos muito análogos permanecem em várias épocas. Em documentos de momentos diversos está presente e expresso de maneira similar – embora variando os termos ou as palavras aplicadas – o predomínio

¹⁶¹ HÜBENER, Laura Machado; BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. “**Contribuição para o estudo da integração catarinense.**” [S. l.]: s.n., 1988?] Não paginado.

¹⁶² Secretaria Geral dos Negócios do Estado de S. Catarina. **Relatório Apresentado ao Coronel Vidal José de Oliveira Ramos governador do Estado por Caetano Vieira da Costa**, secretario geral. Em 30 de junho de 1911, Florianópolis, Typ. a vapor da Livraria Moderna, p.91 (Estradas de Rodagem).

de constatações como: “[...] a feição geográfica e a formação telúrica do território catarinense tornam altamente onerosos os custos dos empreendimentos rodoviários.”¹⁶³

A “escolha precoce” do rodoviarismo em oposição ao semiabandono do transporte ferroviário em Santa Catarina se deve, em grande parte, aos fatores físicos. Esta é, pelo menos, a maioria das justificativas, presentes nas falas dos governos para a baixa presença de ferrovias em território catarinense. Inclusive, um grande projeto ferroviário logo no início da República foi proposto, ligando Florianópolis a Lages. Mesmo sendo desejo do governante coronel Vidal Ramos, o plano não foi efetivado, também pelos elevados¹⁶⁴ custos que representavam a obra em direção a Serra Geral, assim como a expectativa de baixa retorno do capital investido. No que se refere aos rios e à navegabilidade dos mesmos é um fato, a força do ambiente em detrimento das funções que se desejou destinar ao espaço. Nem tudo foi *possibilismo* em Santa Catarina. Ao se comparar “preços” da conservação dos três principais trechos (leste/oeste) do início do século XX – aquelas em que alguns documentos constam como: “estradas de penetração” – que deveriam fugir dos traçados longitudinais (norte/sul), pois buscava “[...] recorrer às estradas de rodagem para comunicar o sertão com o litoral”¹⁶⁵, observa-se que na transformação do meio, há custos variáveis. Nem todos os mais “elevados preços” eram devidos à extensão ou à quantidade de quilômetros de uma estrada. Os custos poderiam ser mais variáveis pelos fatores locais aos quais se abriga uma estrada, do que dependentes apenas de sua extensão. O preço relativo à construção da estrada levava em conta, tanto o tamanho total (distância), bem como a natureza dos terrenos. Poderia ser menos custoso, por exemplo, dependendo de qual meio ela percorresse. Como se afirmou, sobre aquela que foi considerada uma das mais curtas, porém mais caras estradas catarinenses, a do Rio do Rastró, encravada na serra geral: “É essa estrada de rodagem de mais dispendiosa conservação no Estado, relativamente ao seu curto percurso de 28 quilômetros.”¹⁶⁶

¹⁶³ **Estado de Santa Catarina Ação Catarinense de Desenvolvimento ano 2. Mensagem** apresentada à Assembléia Legislativa na sessão de 17 de abril de 1973 pelo Governador Colombo M. Salles. p.173.

¹⁶⁴ Há uma pequena monografia que trata exclusivamente do projeto ferroviário entre Florianópolis a Lages não realizado: PHILIPPSEN, Reges Miguel. “Ferrovia Estreito a Lages: Quando a modernidade não sai do papel. O projeto ferroviário frustrado durante o governo Vidal José de Oliveira Ramos (1888-1914).” **Trabalho monográfico de Conclusão de Curso (TCC em História)**, UDESC, FAED, 2010

¹⁶⁵ Estado de Santa Catarina, **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, 29 de julho de 1927**, pelo governador Adolpho Konder. p.84.

¹⁶⁶ Estado de Santa Catarina, Secretaria geral dos negócios do Estado. Relatório apresentado ao Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do Estado, pelo Tenente-Coronel Caetano Vieira Costa, secretario geral. Em 30 de julho de 1911, p. 93.

Ao espaço são atribuídos valores econômicos, como se vê nesse exemplo, não apenas valores sentimentais ou afetivos. Nas cadeias de montanhas mais íngremes em que as rochas dificultavam e muito as aparentes “simples abertura de matas” para fazer as estradas, o capital econômico disponibilizado em recursos para tornar trafegável era maior quanto maior a dureza da rocha. Entre as três: a) Dona Francisca (*Joinville-São Bento*); b) Florianópolis-Lages; c) Serra do Rio do Rastro (*Lauro Muller-São Joaquim*); essa última foi descrita com agudo valor necessário para torná-la realmente uma estrada. Na comparação de tornar esses três caminhos em realmente: estradas, pode evidenciar-se o quanto transformar o meio foi diferencialmente mais custoso em um caso, do que em outros. Era a transformação do espaço que limitava quais as estradas seriam as mais favoráveis, tanto na sua construção quanto na sua trafegabilidade. Informou um relatório governamental dos desiguais valores: “[...] verifica-se que, durante o ano de 1911, o custo da conservação, por quilômetro, das três estradas de rodagem que galgam a serra, foi.”¹⁶⁷

De Lages (em 230 km)	141\$247,9
De D. Francisca (em 157 km)	245\$458,94
Do Rio do Rastro (em 28 km)	428\$571,12

QUADRO 01. Retirado do relatório do ano de 1911 ao governador. Referência, ver nota rodapé n.166

Dessas três principais estradas que “galgavam” a serra, uma apenas foi considerada bem conservada, a estrada Dona Francisca. Porventura e ironicamente era também essa a estrada que o governo reclamava disputar com o vizinho, Paraná, o domínio.¹⁶⁸ As demais eram descritas como pouco conservadas e até mesmo perigosas.

Constavam, no documento governamental de 1911, algumas explicações e justificativas do elevado diferencial de custos entre as três estradas em direção ao interior. O próprio autor desse relatório parece amenizar (ou relativizar) a ideia de chamar a ligação dos municípios de Lauro Müller com São Joaquim de estrada, posto que quase impossível torná-la trafegável. A constatação de que muitas picadas eram formalmente chamadas de estradas ocorreria constantemente, mesmo em relatórios do poder público.¹⁶⁹ A Rio do Rastro é um exemplo que possibilita afirmar que nem todas

¹⁶⁷ Ibidem

¹⁶⁸ Ibidem. Dessa *Estrada D. Francisco – de Joinville ao Rio Negro* no documento dizia-se do seguinte constrangimento: “Essa estrada acha-se perfeitamente conservada, apesar dos embarços que á boa execução dos serviços tem procurado crear o governo do Estado do Paraná, na zona contestada.”

¹⁶⁹ “Mas, nessa matéria de viação, foi sacrificada a qualidade em proveito da quantidade, de forma a não possuímos, de facto, estradas e sim caminhos, salvo raras excepções, e estes nem sempre bons com tempo bom e intransitaveis sempre nas épocas chuvosas.” Estado de Santa Catarina, Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, a 22 de julho de 1927 pelo governado Adolpho Konder, p.82.

as prioridades sociais conseguiram vencer o que o espaço as apresentava: “[...] com a difícil conservação da estrada, que embora denominada de rodagem ainda não possibilita o tráfego de veículos, como exploração da indústria de transportes.”¹⁷⁰ Da Serra do Rio do Rastro se dizia: o principal empecilho a tornar a estrada trafegável é o meio. Havia pedras no caminho. Numa época em que se denominava de Serra do Mar o que hoje se considera Serra Geral, reclamava-se dos custos, do baixo retorno das ações de abertura e manutenção:

Dispendiosíssima foi já a sua construção, devido à **natureza do terreno**, pois **transpõe a serra** do mar exactamente n’um dos seus mais elevados pontos e em **plena rocha**, que entretanto não tem a precisa coesão para impedir os desmoronamentos, que são alli constantes.¹⁷¹

Outro exemplo poderia ser aquele da umidade ou excessiva pluviosidade. Seriam fatores climáticos, justificativas válidas para atraso de obras ou a não realização de aberturas de novas vias e adequação de outras para os automotores? Pode dizer-se que também o fator clima foi apontado, tanto pelo poder público como pelos indivíduos e, observando discursos de ambos, entende-se o quão lento e demorado foi o processo de construção de estradas em Santa Catarina. Ao menos nos relatos das ações do governo, entre os problemas apontados nas obras, sim, a natureza é um empecilho e o excesso de chuva possui capacidade “retardadora” às ações e obras:

Revela ainda notar que o tempo, factor de importância capital em serviços dessa natureza, não nos tem sido favorável. Basta dizer que, dos 365 dias decorridos de 1º de maio do anno findo até 30 de abril do corrente anno, 162 dias foram de chuva. Nesse período, tivemos diversas enchentes que atingiram a proporções raramente observadas, damnificando grandemente as estradas.¹⁷²

O geógrafo Victor Antonio Peluso Júnior lembra que “Em 1940, as estradas de rodagem eram de ‘terra melhorada’, mas a maior parte delas se tornava intransitável com qualquer chuva.”¹⁷³ Desde a gênese do processo de colonização européia, autoridades e observadores descreviam as intempéries como inimigas dos caminhos, como analisou um historiador:

Não temos nesta província estradas normais e regulares. Os caminhos que mantêm com dificuldade as comunicações do interior com o litoral e ligam entre si os municípios da Província, desaparecem

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ Ibidem. (destaque em negritos feitos por mim)

¹⁷² Estado de Santa Catarina, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa 29 julho de 1928, por Adolpho Konder, p.80.

¹⁷³ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/FCC; Editora da UFSC, 1991. p.275.

no tempo das chuvas, e com grave prejuízo de todos os interesses, fica muitas vezes interrompido seu trânsito.¹⁷⁴

Os problemas advindos das chuvas são uma constante nas estradas em Santa Catarina, como escreveram em cartas e enviaram às revistas alguns catarinenses. Não só o discurso Estatal, mas os transeuntes frequentadores das estradas apontavam o fator clima como um problema e responsabilizavam o governo pela má conservação ou inexistência de formas básicas ou mínimas de circulação. O comentário publicado em novembro de 1969 na revista *Visão* é ilustrativo: “As estradas parece que foram sulcadas pelas intempéries e entregues às mesmas.”¹⁷⁵ Um morador de Chapecó teve sua carta publicada na revista *Visão* em abril de 1970 e, reclamando das estradas, descreveu as condições de tráfego:

Quanto ao sistema rodoviário, quem disser que Santa Catarina está bem servida é porque nunca saiu de Florianópolis ou de Tubarão para ir até Joaçaba, Videira, Caçador ou Chapecó. Quem viajar em tempo seco terá a respiração sufocada pela poeira, e aquele que viajar em tempo chuvoso estará vivendo uma de suas maiores aventuras.¹⁷⁶

Um morador de Joaçaba concordava com a análise acima e ressaltava que se era certo que em Santa Catarina havia 31.180 quilômetros de estradas de rodagem, “Mas estradas em condição de tráfego em qualquer tempo se reduzem, no máximo, a 50% deste total. Estradas asfaltadas são somente para deputados irem visitar seus parentes, cabos eleitorais e as praias nos fins-de-semana.”¹⁷⁷

É importante registrar, como interpretava o morador de Joaçaba a respeito das estradas de sua região, pois, como se trata de uma carta publicada em abril de 1970, as palavras do autor da carta podem sugerir o quanto foi morosa e mesmo retardatária a presença de estruturas viárias mínimas para deslocamentos. Lembra que, mesmo sendo uma região relativamente pujante e conhecida pelo destaque no setor agrícola e industrial, o asfalto era desconhecido e as boas estradas inexistentes:

No Centro-Oeste, produtor por excelência de madeira, máquinas agrícolas, produtos agropastoris, de marcas e renome, como, por exemplo, a Sadia, Confiança, Chapecó, conhecidos e consumidos em todo o Brasil, mais de 70% da população não conhece o asfalto, as estradas são de péssima qualidade, e nos dias de chuva quase que instintivamente os motoristas encostam os seus caminhões e ficam a ver

¹⁷⁴ SALOMON, Marlon. Op.cit. p. 236.

¹⁷⁵ Revista *Visão*, 07 de novembro de 1969, p.07. (cartas), autor Anário Jaehn. op.cit.

¹⁷⁶ Revista *Visão*, 25 de abril de 1970, p.13. (cartas), autor Luiz Roberto Barrichello. op.cit.

¹⁷⁷ Revista *Visão*, 25 de abril de 1970, p.16 (cartas), autor Arno Keffer .op.cit.

‘a banda passar’, onerando daí o preço da mercadoria quando chega ao centro consumidor.¹⁷⁸

Pode dizer-se que as obras de melhoramento das estradas no Meio-Oeste e Extremo Oeste ocorreram efetivamente apenas no pós década de 1960. Um dos planejadores e gerentes de projetos do governo de então, Alcides Abreu chegou a afirmar: “O Oeste não existia em 1960! O Oeste em 1960 era um município, Chapecó, de 14 mil km². Hoje é o segundo maior colégio eleitoral do Estado.”¹⁷⁹

Observando os relatórios do governo estadual, percebe-se a busca em assegurar recursos financeiros para a manutenção de estradas, estabelecendo o funcionamento e a formação de instituições especificamente voltadas à manutenção das rodovias.

A noção de ‘obras públicas’ se introduz sub-repticiamente em Santa Catarina na década de 1830. Vagarosamente, ela vai se disseminar e se tornar uma secretaria importante da província. Vemos que a partir de então, os olhos do poder se voltam para a superfície geral do território: os engenheiros passaram a ser responsáveis pela construção de trapiches que facilitem a carga e descarga dos navios que atracam no porto, pela construção de canais que liguem rios a lagos e criem novas ligações e, sobretudo, pela projeção, construção e aperfeiçoamento das estradas. Em 1838, inicia-se o estudo para a construção de uma estrada que ligue o litoral à vila de Lages.¹⁸⁰

Em 1926, é criada pelo governo estadual, a Inspetoria de Estradas e Rodagens de Minas, para tornar mais independente – segundo o discurso institucional – e eficiente a reconstrução, conservação e fiscalização de estradas. No ano seguinte, 1927, é criada a Caixa de Viação, visando, com ela, à arrecadação de fundos destinados, especificamente, às estradas. Assim, são recolhidos valores, com impostos em: transmissão de propriedade e viação terrestre/trânsito.¹⁸¹

Tanto são tratados como empecilhos de comunicação alguns dos fatores físico-ambientais que projetos de colonização em Santa Catarina foram colocados em prática, baseando-se, entre outros, na ideia de possibilitar maior facilitação da circulação por estradas. Ao que tudo indica, havia um entrelaçamento ou mesmo enredo, quando se tratava de termos como: estradas, colonização, agricultura, abastecimento, apropriação e conquista (domínio) do espaço. São partes de uma mesma engrenagem e não devem ser

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Depoimento de Alcides Abreu em 09/10/2002 à Valesca Menezes Marques. MARQUES, Valesca M. “As associações de municípios e a regionalização do Estado de Santa Catarina”. **Dissertação (Mestrado em Geografia) UFSC, CFH**. 2003, Florianópolis, p.129.

¹⁸⁰ SALOMON, Marlon. Op.cit. p.223.

¹⁸¹ Estado de Santa Catarina, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa 29 julho de 1928, por Adolpho Konder, p.78.

encarados setorialmente ou “independente” de uma mesma política. Como a criação, no ano de 1918, da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, instituição que, até ser desmembrada, estava subordinada à Diretoria de Viação e Obras Públicas desde o ano anterior – 1917 – quando essa última havia sido criada.¹⁸² Antes do desmembramento institucional entre essas duas diretorias, estradas e colonização fizeram parte da mesma política e permaneceram assim, mesmo com administradores específicos para cada fim.

Algumas das tão famosas colônias de imigrantes europeus, criadas em pontos específicos do sul do Brasil, foram pensadas como estratégicas para contato entre as dualidades: litoral e interior e, também, como garantidor de domínio do espaço nas históricas disputas na macrorregião da bacia do rio da Prata. Logo em uma das primeiras comunidades rurais¹⁸³ germânica estabelecida, buscou-se o progressivo contato entre espaços. Assim ao menos entendeu Giralda Seyferth.¹⁸⁴ Pode recorrer-se ao fator locacional como chave para a compreensão da instalação de colônias em determinados pontos em Santa Catarina: “[...] a colonização com imigrantes surgia como solução para povoar [com brancos] o território, especialmente em algumas bacias hidrográficas que pudessem assegurar a comunicação por terra com o planalto atravessando a Serra do Mar.”¹⁸⁵ Demonstrava-se interesse e preocupação em tornar os caminhos trafegáveis com apoios mínimos e essenciais, por isso da concessão de terras próximas aos caminhos e colonização nessas estradas.

Por que se deve conceder terras próximas de caminhos de passagem? Porque assim os ‘caminhantes’ podem achar casas para se abrigar e canoas para o transporte, quando necessário. Esse fato é extremamente importante, porque a própria possibilidade de se utilizar um caminho, está na existência de um pouso no seu percurso. Se a estrada está abandonada e não é utilizada, é porque ela não serve como rota comercial, e ela não é utilizada pelos comerciantes, porque não há ao longo de suas extensões um lugar em que se possa pernoitar ou que sirva de abrigo.¹⁸⁶

¹⁸² Lei n.1208 de 21 de outubro de 1918 instaurou a diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, desmembrando-a da Diretoria de Viação e Obras Públicas. Ver: **Relatório apresentado ao Hercílio Pedro da Luz por Adolpho Konder**, secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, em 1 de maio de 1919. p.111.

¹⁸³ SEYFERTH, Giralda. “Colonização européia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC).” In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades**, vol 01. 2009, pp.275-295. p.275.

¹⁸⁴ Como registrou Giralda Seyferth, *Ibidem*: “A fundação de São Pedro de Alcântara, em 1829, marcou o início da colonização estrangeira em Santa Catarina. Naquele núcleo, situado no caminho do sertão que conduzia cargueiros à Vila de Lages, no planalto, 146 famílias alemãs e 112 soldados da mesma origem, [...] receberam lotes de terras para cultivo.”

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ SALOMON, Marlon. *Op. cit.* p.156.

Vale mencionar que a abertura de estradas, como um dos impulsos importantes para a criação de colônias, não parece ter sido exclusividade catarinense. Como relata Paulo Pinheiro Machado, em sua dissertação de mestrado publicada em livro, importantes concessões de terras para a criação de colônias também fizeram parte da proposta de integração de algumas regiões do Rio Grande do Sul: “As colônias provinciais foram fundadas em regiões mais distantes – onde ainda havia terras públicas com o objetivo de dirigir a ocupação territorial no sentido da integração viária da Província.”¹⁸⁷

Em Santa Catarina, no final dos anos 1940 já eram quatro as estradas consideradas de “penetração no interior”; todas serviriam de ligação com os portos¹⁸⁸ de São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis e Laguna, este era o propósito. Contudo, ainda demoraria para Santa Catarina possuir rodovias minimamente integradas entre si ou, pelo menos, estradas com mínimas possibilidades de uso. Nas políticas de governos “A frequência com que a interligação litoral-planalto foi apontada como prioritária evidencia a formação de um ideário ao longo do tempo.”¹⁸⁹ Pode-se dizer que até mesmo partes do litoral também foram caracterizadas por certas zonas de isolamento em relação às demais regiões. Ao menos essa afirmação é válida para o século XIX e parte do XX, como constatou Paulo Pinheiro Machado: “Em Santa Catarina, no início do século XX, várias comunidades litorâneas viviam em maior isolamento que a população do planalto.”¹⁹⁰

Contrastando com o que vem sendo até aqui argumentado, vale registrar que nem só como negativo foi o retrato do meio. A própria palavra natureza aparecia, mesmo que raramente, atribuindo-lhe a responsabilidade de propiciar o bem-estar da população. Apontou-se, em mensagens do governo, que esse era um Estado rico nos variados recursos que poderia oferecer. Em termos objetivos, a natureza elogiada era aquela que “apresentava” produtos com os quais o aparato estatal poderia bem arrecadar impostos, por exemplo. A natureza tinha também o seu valor. Por mais que ela pudesse ser descrita predominantemente como um fardo para a comunicação “natural” do

¹⁸⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização no Império**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999. pp.24-25

¹⁸⁸ A Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa, por José Boabaid, em 19 de abril de 1949, p.68, apontava: “Fez-se necessário, ainda, a revisão do plano rodoviário do Estado, bem como a imediata modernização de, pelo menos, quatro estradas de penetração que, partindo dos portos principais – São Francisco do Sul, Itajaí, Florianópolis e Laguna, se dirigem ao interior do Estado.”

¹⁸⁹ HÜBENER, Laura Machado; BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. Op.cit.

¹⁹⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. “Introdução”. In . **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2002. pp.23-55, p.35.

território, fora também positivada nas matérias-primas que oferecia e extrato de vivência para tipos de pessoas e reprodução de animais. Tanto a respeito dos **ervais**, dos **campos favoráveis à reprodução de gado** e mesmo do **clima favorável à agricultura temperada**, são esses os três¹⁹¹ principais elementos positivados que a natureza permitia tornar peculiares e lucrativos: “Constitui, na realidade, um alto privilégio da natureza a excepcional potencialidade econômica de Santa Catarina.”¹⁹²

Por outro lado, já nos projetos de modernização conservadora do campo, idos da década de 1960 e 70, é a agricultura que será apontada como também tendo dificuldades de se impor numa racionalização mais produtiva, devido ao relevo. Na época de fechamento político da última ditadura civil-militar, no relatório do governo Colombo M. Salles, consta que o problema da safra agrícola do ano de 1972 deveu-se às adversidades climáticas, mas, “[...] acima de tudo, aos grandes obstáculos à modernização da agricultura gerada pela defeituosa estrutura fundiária e a acidentada topografia da Santa Catarina.”¹⁹³ No discurso do governo, é ressaltado que havia Estados do País mais bem dotados à produtividade agrícola; do ponto de vista geográfico e financeiro possuíam amenidades que aqui não eram encontradas. Não estava na sociedade, mas no meio natural, segundo interpretação do governo na época, os impedimentos para a ampliação da produtividade agrícola catarinense. Na busca tão própria das características de modernização conservadora do rural, de atingir produção exponencial agrícola ao máximo, a natureza se torna mais uma vez: impedimento.

A opção, logo nos anos 1920, pelo rodoviarismo em Santa Catarina, também não se deve unicamente ou basicamente, aos fatores geográficos ou com intenção de integração. Somam-se vários fatores. Entre outros, a inspiração do que se representava como realidade dos Estados Unidos. A ideia da máquina para um indivíduo, a necessidade de adequação das estradas e o impacto do crescimento industrial para satisfazer ambas (seja produzir automóveis ou realizar obras), tornavam o País da América Norte uma referência – ou A referência – de uma grande nação, sinônimo de gigantismo industrial, desejo de reprodução das elites locais. A modernidade que o automóvel representou e a centralidade que desempenhou nas decisões de alocar

¹⁹¹ “As suas florestas, densas e homogêneas, em grande parte ainda por explorar, os hervaes riquíssimos, muitos ainda em ser, as campinas serranas, onde se aclimataria o gado mais fino e exigente, as suas ‘terras de plantas’, abertas à experimentação de todas as culturas da zona temperada, apresentam possibilidades magnífica [...]”. Adolpho Konder. “Programa de Governo” lido no banquete de 18 de setembro de 1926, em Florianópolis. Imprensa Oficial, Florianópolis, 1926, p.67

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Estado de Santa Catarina Ação Catarinense de Desenvolvimento ano 3. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão de 29 de abril de 1974 pelo Governador Colombo M. Salles. p.139.

recursos, capitais, discursos e preferências pelo rodoviarismo não deve ser subestimado. Além da possibilidade de liberdade do indivíduo, diferente do transporte ferroviário, possivelmente interpretado como “partilhado” ou mais rígido na expressão do desejo individual de locomoção.

Assim, enfatiza-se que não só a “superação da natureza”, o desejo de integração ou racionalidade puramente “econômica” envolveu a implantação de um sistema automobilístico em Santa Catarina. Embora, o foco desta pesquisa esteja na compreensão dos discursos sobre as estradas, os quais se referem às redes e ao meio, à modernidade que passou a ser representada pela utilização do automóvel, favorecendo a ideia de que as rodovias eram a melhor opção à integração catarinense. Contudo, eu gostaria de evitar cair na monoexplicação. Por isto, não deve ser apenas aceitar a tese de que foi o meio físico quem definiu unicamente as características de estradas em Santa Catarina. O Plano Rodoviário Catarinense, publicado em 1936 e republicado em 1939, ao explicar os traçados e orientações das direções/sentidos das estradas em Santa Catarina, fala em “diversidade de determinações.”¹⁹⁴ Mesmo que fontes mais genéricas consultadas apontem para o meio como fator de explicação, é válido relacionar a influência que outros centros políticos e econômicos desempenharam na opção pelo rodoviarismo.

A referência aos Estados Unidos, em nível internacional, como padrão rodoviário bem-sucedido é mencionado com maior vigor a partir do governo de Adolpho Konder nos anos 1920. Dentro do País, o destaque e inspiração é São Paulo. Na mensagem governamental, em 1929, no mesmo ano em que é realizada a tão descrita primeira¹⁹⁵ viagem de um governador até o Extremo-Oeste catarinense e fronteira com a Argentina, era afirmado, pelo relatório, a necessidade do constante melhoramento da

¹⁹⁴ Plano Rodoviário Catarinense. Trabalho apresentado ao 6 Congresso Nacional de Rodagem, pelo Engenheiro Civil Haroldo Paranhos Pederneiras, diretor de Estradas de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1936. p.07.

¹⁹⁵ “As vésperas da Revolução de 30, entre 24 de abril e 16 de maio de 1929, o governador de Santa Catarina empreendeu um périplo – ‘*marcha arrojada e corajosa*’ – pelas áreas de fronteiras, a oeste do estado, beirando divisas com o Rio Grande do Sul e atingindo os limites com a Argentina. No trajeto de volta, a Bandeira percorreu a estrada estratégica, cortando terras, ora catarinenses, ora paranaenses. Eram regiões que não se integravam completamente ao território brasileiro, situadas em terras contestadas, em meio às querelas sobre as questões de limites nacionais, entre Brasil e Argentina, e estaduais, entre Santa Catarina e Paraná. Para garantir a posse e a integração definitiva, o governo do estado de Santa Catarina implementava uma política de povoamento ou re-povoamento, que arrastava desde fins do século XIX, com imigrantes de origem italiana e alemã, procedente do Rio Grande do Sul.” FLORES, Maria Bernadete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina.” In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras**. Chapecó: Argos, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM, 2005. pp. 129-153. p.129

qualidade da rede rodoviária. Ocorriam “[...] exigências cada vez mais apuradas do automobilismo, que já entrou definitivamente em nossos hábitos, até mesmo nos das populações das regiões mais distantes.”¹⁹⁶ O fato é que, desde o início desse governo, a ênfase do discursivo do transporte e do deslocamento é atribuída quase que totalmente ao automóvel. O encantamento e mesmo a impressão de modernidade recaía nos exemplos das estradas em outros contextos e se desejava trazê-las a Santa Catarina.

O programa de governo de Adolpho Konder de 1926 é emblemático da intensa expectativa e positividade representada no automóvel. Em discurso publicado e lido num banquete em setembro de 1926 em Florianópolis, Adolpho Konder enfatiza que mesmo aqueles Países que possuíam extensos e bem organizados sistemas ferroviários, estavam sendo implantadas longas estradas para automóveis. Aos Países de míngua ferrovia, interpretava o governador de então, mais do que alternativa, impunha-se como solução o transporte em estradas de rodagem. O governador dizia assumir-se inspirado no lema estadunidense de *manter a América sobre rodas* e que bem caberia a Santa Catarina adaptar-se a essa tendência, como forma de resolver os seus problemas de transporte. Inspirava ainda ao governador catarinense, o que havia realizado Washington Luís quando fora governador do Estado de São Paulo, pois: “[...] ligou, por meio de estradas de rodagem, impecavelmente construídas, os pontos cardeais do grande Estado à sua majestosa Capital.”¹⁹⁷ Adolpho Konder dizia acreditar que Washington Luís, na presidência da República, reproduziria a toda a nação brasileira, sistema rodoviário moderno e eficiente ao que havia sido implantado em São Paulo.

Dez anos antes, em mensagem do governador de então, também havia referência à modernidade norte-americana, mas para afirmar “o quanto humanitário” era a utilização de presidiários na construção de estradas. Desejando tornar a população carcerária em mão-de-obra na construção e conservação de estradas da Ilha de Santa Catarina, remeteu-se e era tomado, como exemplo, os Estados Unidos, sendo referência no tratamento de presos que se dizia ser largamente usados na manutenção de estradas. Em resposta à solicitação da secretaria de interior e justiça do Estado de Santa Catarina, foi escrito, em 1919, um parecer favorável à utilização de detentos na construção de estradas de rodagem: “Estou, assim, de acordo quanto aos meios de dar à pena, entre

¹⁹⁶ Mensagem á **Assembléia Legislativa, 11 de agosto de 1929, Adolpho Konder**, Presidente do Estado. p.88.

¹⁹⁷ Adolpho Konder. **Programa de governo. Lido no banquete de 18 de setembro de 1926**, em Florianópolis. Imprensa Oficial, p.52.

nós, um caráter mais lógico e mais humano.”¹⁹⁸ Assim escreveu o chefe de polícia, Gil Costa, dando como exemplo bem-sucedido da prática e uso “dos apenados” na construção de estradas de rodagem nos Estados Unidos, São Paulo e Minas Gerais. Autorizado pela autoridade policial, o trabalho de presidiários na manutenção e conservação de estradas era legalmente e moralmente aceito, segundo consta no relatório¹⁹⁹ apresentado ao governador em 1919. A capital poderia contar com os apenados para fazer melhoramentos de suas estradas de rodagem no interior da Ilha.

O discurso do rodoviarismo parece ter sido implantado em Santa Catarina – ao menos nos fazem acreditar alguns documentos – antes da esfera nacional, como é recorrente atribuição dessa meta por Juscelino Kubitschek. Por outro lado, se São Paulo aparece como referência de Adolpho Konder de um plano rodoviário bem realizado, talvez seja exagero atribuir a decisão do sistema viário pelo presidente mineiro. Há, no Brasil, excessivo peso da escolha do rodoviarismo atribuído ao governo do Presidente JK, o maior e grande responsável pela (mono)opção em estradas de rodagem para veículos automotores. Como os livros didáticos de história do Brasil ainda continuam a mostrar, JK favoreceu aos interesses de empresas automobilísticas e não promoveu outros sistemas de transportes em paralelo. Em Santa Catarina, a opção ocorreu (no mínimo) três décadas antes da presidência de JK. Em um estudo de construção de estradas catarinenses da década de 1930, o autor reclamava que Santa Catarina haveria de implantar os projetos e plano viário isoladamente, pois não havia tal interesse na esfera federal. No Plano Rodoviário Catarinense afirmava-se não existir um sistema rodoviário brasileiro, nem um projeto para tal.²⁰⁰ Pode dizer-se que o rodoviarismo triunfa em Santa Catarina como valor de modernidade e caminho para a integração, sendo implantado – ao menos é o que consta nos discursos – antes da esfera nacional.

A elite local no aparelho burocrático administrativo tem, nos governos de Washington Luis, a referência principal de articulador das rodovias, sinônimo de progresso. Um bom exemplo está na afirmação do engenheiro autor²⁰¹ do Plano

¹⁹⁸ Relatório apresentado ao Sr. Hercílio Pedro da Luz, pelo Sr. Adolpho Konder, secretario da Fazenda, Viação, Obras Publicas e Agricultura, **em 01 de maio de 1919**. Imp.Gab. d Republica, Florianópolis, 1919, p.124.

¹⁹⁹ Ibidem

²⁰⁰ **Plano Rodoviário Catarinense. Trabalho apresentado ao 6 Congresso Nacional de Estradas de Rodagem**, pelo Engenheiro Civil Haroldo Paranhos Pederneiras, diretor de Estradas de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1936. p.05. Op.cit. p.05.

²⁰¹ “Ressente-se o plano projetado da falta de coordenação íntima com o sistema rodoviário nacional, porque ainda não foi organizado o plano geral brasileiro, o que obriga os Estados a cuidarem, isolados, dentro das possibilidades e vantagens regionais, da realização das respectivas rêsdes de viação-de-rodagem, circunscritas aos limites dos seus territórios.” Plano Rodoviário Catarinense. 1936, Ibidem.

Rodoviário Catarinense, quando afirmou, em 1936, não haver um projeto rodoviário nacional, de maneira que cabia a cada unidade da federação, a execução de suas estradas, sem diretamente fazer parte de um conjunto maior de estradas e sistema rodoviário nacional interligado. A referência é a dos projetos de Washington Luís, governador altamente rodoviarista, afinal, ele foi autor de lemas como “Governar é abrir estradas.” Não seria mais apropriado vê-lo como o iniciador dos grandes projetos de caminhos automotores, antes, portanto, do presidente mineiro, construtor de Brasília? No caso de Santa Catarina, diz-se da referência paulista como sendo inspiradora da elite governante catarinense.

Em parte, parece válido afirmar que havia nas mensagens de governo predomínio de “certo consenso”. Ficavam de lado algumas disputas ou críticas mais diretas a antecessores de governos ou inimigos políticos no que se refere à concepção e necessidades das estradas. Quase não estão presentes nas mensagens e relatórios de governo projetos opostos ou divergentes. Embora, tema altamente político, as estradas parecem ser relacionadas a aspectos mais técnicos e necessidades a serem resolvidas, independente da preferência política dos que ocupavam o poder. Se havia algum consenso entre grupos e oligarquias que disputavam o poder em Santa Catarina, a necessidade de estradas que resultariam em integração pode ser vista como um exemplo.

Antes de adentrar nos anos 1950 e na integração via redes de “superação da natureza”, faz-se uma menção de quando o problema para “os transeuntes” não estava no meio, mas em pessoas. A seguir, abordo como alguns governantes trataram “os autóctones”, segundo aparecem em algumas mensagens do governo e, depois desse tópico, dedico-me a respeito de destinos atribuídos e desejados aos espaços da comunidade imaginada catarinense e sua ligação rodoviária.

3.2 Não só a natureza do meio, mas as ‘pessoas naturais’: “indígenas empecilhos” de colonizadores

Não estou de acordo com a idéia de que “simples” vazio demográfico possa ser aplicado a todas as políticas do governo. Certamente, houve constantes tentativas de esvaziar a presença indígena em variados espaços. Ainda que muitas áreas fossem tratadas como imensas florestas vazias, o Estado demonstrava também saber da existência de moradores ancestrais em muitos lugares. Luisa Tombini Wittann notou

como “A violência contra os índios estava na base da colonização.”²⁰² Essa historiadora realizou farta pesquisa que demonstra como o aparato estatal chegou a conhecer e a travar planos em detrimento da reprodução sócio-cultural dos indígenas, inclusive com ações diretas contra tais populações, vindas de governantes. Aliás, nem todos os líderes de governos atuaram com apoio e favorecimento aos colonos que desejavam retirar grupos indígenas da proximidade de suas terras. O governo de Alfredo Taunay não compactuou com ações contra as populações nativas. Contudo, a maior parte dos governantes não agia como Taunay e, a abertura de estradas era um dos caminhos²⁰³ para alterar os lugares de vida dos indígenas.

A ideia de vazio demográfico, mesmo quando os espaços são habitados por indígenas, não pode ser aplicada diretamente nas análises de todos os relatórios e mensagens dos governos em Santa Catarina. Isto por que, no começo do século XX, quando havia referência em documentos oficiais aos autóctones, geralmente era para descrever a necessidade de catequização de indígenas e criação de “aldeamentos” como forma de pacificação. Ao contrário de pensar como vazios não habitados, é demonstrado pelos textos do governo que se tratava, muitas vezes, da presença dos indígenas como problema. “A violência dos chamados caçadores de bugres marca a história catarinense.”²⁰⁴ As expressões usadas demonstram qual o posicionamento que o aparato governamental seguia. Se houvesse muitos indígenas em determinada região ou localidade, poderia ser descrita como “infestada de silvícolas”. Quando se tratava das estradas e interesses de circulação, principalmente de colonizadores, as mensagens de governo deixaram claro que tratavam os indígenas como se houvessem invadido áreas e espaços, impedindo caminhos de serem construídos ou percorridos. Os grupos indígenas eram tratados como entraves à circulação, e a opção seguida foi a de realizar proteção aos colonizadores. “Em 1836, é criada na província de Santa Catarina, uma Companhia de Pedestres com o objetivo de, entre outros, ‘proteger, auxiliar e defender os moradores de qualquer assalto do gentio, malfeitores e fugitivos’ [...]”.²⁰⁵ Os indígenas foram colocados entre os bandidos, como pertencentes aos grupos que ameaçavam as ações dos brancos colonizadores.

²⁰² WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale di Itajaí/SC (1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007. p.61.

²⁰³ “O presidente Coutinho, destarte, chega à conclusão de que a melhor opção seria abrir picadas nas colônias. Os caminhos deveriam ser percorridos diariamente pelos poucos homens das tropas, que, assim, teriam alguma condição de proteger os imigrantes dos índios”. WITTMANN, Luisa T. Op.cit. p.46.

²⁰⁴ WITTMANN, Luisa Tombini. Op.cit. p.49.

²⁰⁵ SALOMON, Marlon. Op.cit. p.250.

As políticas de promoção do governo declaravam proteger a vida de quem desejasse passar pelas estradas, mesmo que fosse necessário, para isso, “atacar” silvícolas ou não-civilizados, conforme os relatórios do governo no início do século XX. Os indígenas não eram vistos como pessoas pelas ações Estatais.²⁰⁶ Os projetos de intervenção aos indígenas, buscavam, acima de tudo, confinar essa população: “[...] os confinamentos indígenas terão a função de isolar estes grupos com intuito de torná-los dóceis para a vida em sociedade. Durante anos se fará o elogio a esta ‘*pacificação*’.”²⁰⁷

A longa política de integração do território de Santa Catarina esteve associada e colocada em prática, paralelamente, à preferência pelo *embranquecimento* da população. E a *governamentalidade* favorecia e instrumentalizava o aparato Estatal em favor do imigrante colonizador: “Desde que foram criadas, as companhias de pedestres tinham a função de afastar os indígenas para este interior desconhecido do qual não deveriam sair. [...] empurrá-los para dentro deste espaço e não permitir que a vida errante dele se afastasse.”²⁰⁸ Dos brancos, esperava-se o papel de fazerem a integração do litoral-interior. A colonização europeia em Santa Catarina foi mais do que a formação de um campesinato com acesso às pequenas e médias propriedades de terras. Uma das primeiras comunidades rurais germânicas pode bem exemplificar como esperava-se, em consequência da colonização, a integração, assim se planejou:

A localização de São Pedro de Alcântara, por sua vez, revela a intenção de povoamento, partindo de um ponto estratégico, pois veio a concretizar antigo projeto de instalação de um povoado que tornasse seguro o caminho para o planalto, ameaçado por temidas incursões indígenas.²⁰⁹

Percebe-se, ao analisar mensagem dos governos catarinenses que, ao defender interesses de circulação e livre acesso dos colonizadores, torna os habitantes autóctones aqueles que deveriam ficar reservados a espaços nos quais não passassem estradas, nem “pessoas”. Aos indígenas é atribuído o papel de tornarem inoportuno o deslocamento de valores e de proprietários desses valores.

Ao tratar algumas populações autóctones como intrusas e estranhas, o posicionamento governamental opta por lógicas que queriam naturalizar-se e se impor como dominantes, sendo que uma territorialidade colocou-se àquela existente preteritamente. Numa espécie de “reclamação”, conforme consta no relatório do

²⁰⁶ MACHADO, Paulo P. “Bugres, Tropeiro e Birivas”. In: ___. “**Lideranças do Contestado**” op.cit. p. 58.

²⁰⁷ SALOMON, Marlon. Op.cit. p.259.

²⁰⁸ SALOMON, Marlon. Op.cit. p.255.

²⁰⁹ SEYFERTH, Giralda. op.cit. p.276.

governante, apresentado no ano de 1916, defendia claramente o lado dos colonizadores, quando dizia: “É sabido que em Blumenau e outros pontos os selvícolas inquietam os colonos, destroem as suas propriedades quando não os atacam, massacrando-os.”²¹⁰ Embora, no mesmo documento tenha afirmado que “Torna-se, pois, impossível a localização de colonos nas regiões frequentadas pelos índios.”²¹¹, sabe-se de não autodeterminação ou respeitado limite da “territorialidade autóctone”, mas sobreposição ou imposição da colonização em espaços de vida das culturas indígenas.

Através dos muitos relatórios da Presidência da Província e Mensagens do Governo, percebe-se que não há a preocupação em esconder que indígenas e a natureza pareciam um empecilho que deveria ser conhecido, domesticado e “pacificado” em favor de certa liberdade de ir e vir. As intenções de tornar as estradas mais transitáveis se impõem junto à construção do território de Santa Catarina. No começo do século XX, aos viajantes, colonizadores e comerciantes atribuía-se positivamente, como a de levarem *progresso material às regiões de matas*, enquanto que, aos indígenas, era fomentada a idéia de que atacavam aqueles que passavam pelas estradas. Segundo a busca, ao que o discurso oficial chamava de “Ordem Pública”, planejava-se, em consequência da presença de índios próximos das estradas, a catequização e o que se denominava de *promoção da civilização*.

Pelos textos dos governos, não eram tratadas como consequências negativas os modos de vidas dos indígenas radicalmente alterados, mas vitimizavam àquelas pessoas que se utilizavam de caminhos e estradas. As “tribos indígenas” que *ainda existiam* em Santa Catarina passaram a ser tratadas sistematicamente como empecilho, como se pode apreender do relatório do governo de 1904:

Os ataques feitos ultimamente pelos selvícolas aos viajantes nas estradas de Blumenau a Curitybanos, Estreito a Lages e Curitybanos ao Rio Negro e cujas deploráveis consequências deveis conhecer pelas publicações feitas nos jornaes e a que allude o Relatório do sr. Secretario Geral, devem naturalmente ter robustecido o pensamento de cuidarmos da catechese dos nossos selvagens.

Os meio empregados até hoje para afugental-os da proximidade das estradas e dos logares povoados, não attendem de vez os interesses da segurança dos viajantes, nem garantem a tranquillidade d’aquelles que, afrontando todos os perigos, vão pelo interior das nossas mattas elaborando o nosso progresso material, pelo que torna-se indispensável

²¹⁰ **Mensagem do Governo de Santa Catarina**, governador Felipe Schmidt. 14 de agosto de 1916, p.76.

²¹¹ *Ibidem*

promover a civilização nas tribus de selvagens que ainda existem no Estado.²¹²

No “Plano Rodoviário Catarinense”²¹³ de 1936, já não havia mais qualquer menção à presença de populações autóctones ao longo das estradas catarinenses. Talvez, seja possível pensar como sintomático da capacidade de eliminação de “entraves”, a bem-sucedida “civilização nas tribos”, pois, nos anos 1930, o engenheiro diretor de Estradas de Santa Catarina, Haroldo Paranhos Pederneira não faz, no Plano Rodoviário citado, qualquer referência à existência de comunidades indígenas como problemas às estradas ou circulação. Antes da primeira metade do século XX, o meio passa a ser o principal empecilho e não mais apenas os povos não brancos.

3.3 Redes contra as dualidades: litoral e interior. As metáforas espaciais e as soluções ao integrar

Sugiro que, no caso de Santa Catarina, o discurso institucional foi relativamente fértil e mesmo propagador, ao longo prazo, de metáforas espaciais.²¹⁴ Acredito que o governo estadual mobiliza símbolos e inventa tradições²¹⁵ para atuar na constituição de uma consciência, como se existisse uma parte catarinense do País, que não sendo coesa, deveria ser integrada em si mesma. Fez parte da invenção do território catarinense um discurso governamental de referências a aspectos geográficos. Essa geografização²¹⁶ pode ser entendida tanto pela função que é atribuída ao espaço, quanto ao que permite que o constitua como política.

²¹² **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 24 de julho de 1904**, pelo Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Estado de Santa Catarina, p.15-16.

²¹³ **Plano Rodoviário Catarinense**, trabalho apresentado ao 6º Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, pelo Engenheiro Civil Haroldo Paranhos Pederneiras, diretor de Estradas de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1936.

²¹⁴ Entendendo por metáforas espaciais como sugere R. Haesbaert: “É esse o verdadeiro milagre impetrado pela identidade territorial: soldar ideologicamente (recorrendo a metáforas espaciais) o que está objetiva e hierarquicamente separado.” HAESBAERT, Rogério. “‘Gaúchos’ e Baianos no ‘novo’ nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais.” In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp.367-415. p.403. E por ideologias geográficas como Antonio Carlos R. Moraes: “As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Exprimem, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política.” MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 5ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

²¹⁵ “[...] as tradições ocupam um lugar diametralmente oposto às convenções ou rotinas pragmáticas.” HOBBSAWN, Edic. “Introdução: A Invenção das Tradições”. Op.cit. p.11.

²¹⁶ SALOMON, Marlon. Op.cit. p.15 e p.188.

Integrar e efetivar a coesão do espaço parecia ser como produto para o fortalecimento dos domínios territoriais do Estado. Percebe-se, no entendimento de governantes, que a integração resultaria a partir da existência de maior quantidade de boas estradas, redes de comunicação, presença de símbolos e poderes do Estado e da ideia de progresso que cimentaria a homogeneização.

É preciso lembrar, antes, que se remeter à natureza para justificar ações econômico-sociais não é restrito ou “privilégio” que ocorre apenas em Santa Catarina. Vários autores apontam como havendo, historicamente, uma supervalorização da natureza no Brasil, tanto para se referir às limitações e potencialidades da mesma, quanto para tentar explicar as dinâmicas sociais. Como abordou Iná de Castro²¹⁷, a respeito das diferenças espaciais e regionais do Brasil, muitas vezes a natureza é politizada, pois utilizada para interpretar problemas sociais como se fossem mero resultado do meio: “No Brasil as diferenciações físicas no meio geográfico, naturalmente esperadas numa extensão territorial tão grande, algumas vezes disfarçam ou confundem outras diferenças.”²¹⁸

Como em Santa Catarina “a natureza” não era interpretada como facilitadora de uma região homogênea, às redes é atribuído o papel que faria constituir a tão buscada homogeneidade. Superando a natureza ou índole de uma realidade geofísica não integradora, um dos relatórios e mensagens de governo mais emblemáticos, descrevendo a necessidade de integração e o problema do meio foi o do ano de 1956. Em tal documento é apontada a dificuldade de comunicação interna, a necessidade de consolidação de contatos entre os próprios catarinenses; nele, argumentava-se como os catarinenses não se sentiam ligados à capital ou outras cidades do território, estando restritos à localidade em que moravam. Igualmente aos “de fora” de Santa Catarina, “os daqui” também consideravam apropriado o deslocamento aos Estados fronteiriços ao catarinense, do que locomover-se internamente.

Porém, como se tem tentado mostrar, neste capítulo, não se limitou apenas aos anos 1950 os discursos da busca pela integração catarinense e culpabilidade que recaía no meio. É uma permanência de duração média para longa. Pode notar-se, por exemplo, em um relatório governamental do final da década de 1970, como a metáfora espacial é mobilizada quando se refere aos transportes: “A existência de relevo bastante

²¹⁷ CASTRO, Iná Elias de. “**O mito da necessidade**. Discursos e prática do regionalismo nordestino.” Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p.16

²¹⁸ *Ibidem*

acidentado e a constituição geomorfológica do Estado de Santa Catarina são variáveis restritivas à implantação de uma eficiente malha rodoviária.”²¹⁹

A consequência da preferência e constante deslocamento dos catarinenses para fora de seu território – era afirmado no discurso do governo estadual – contribuía mais com a economia e o progresso dos outros, do que à economia interna. Aos aspectos da geografia física se atribuía a dificuldade para as trocas econômicas e mesmo dificuldades de influência e domínio do próprio governo.

A primeira condição apontada como empecilho à integração se devia à existência de duas vertentes opostas dos rios e bacias hidrográficas. Parte do território catarinense, os rios tomam, em direção oeste, sentido denominado vertente do interior, ao qual as cadeias de montanhas e planalto fazem as bacias hidrográficas percorrerem o sentido leste-oeste, tendo como direção o Rio Uruguai e a bacia do Prata. Em oposto, há as vertentes do litoral, em que os rios se deslocam no sentido oeste-leste e deságuam no oceano Atlântico. As condições opostas dos rios – foi à base de discursos – que apontavam como dificuldade de integração (como navegação), contato e comunicação. Ao meio natural são atribuídas características e responsabilidades, como a culpa pela não unidade que impunha dificuldades aos deslocamentos entre pessoas:

Santa Catarina exerce jurisdição sôbre as terras altas a oeste da Serra Geral – parte do planalto meridional brasileiro – com seus rios que drenam as águas em direção aos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Abaixo da Serra Geral, vales paralelos dominados por unidades abruptas, cortam a vasta região em pequenas unidades que se ligam nas proximidades da costa.²²⁰

No dizer do governador, o meio físico – valorado como negativo e obstáculo – determinava uma má logística de contatos entre as diferentes partes que conformavam a comunidade imaginada catarinense. Para o governo estadual, a fragmentação territorial caracterizava Santa Catarina como um “lugar de passagem”, favorecendo o oposto da coesão. Segundo o discurso do governo da época, os maiores favorecidos dessa geografia física catarinense eram os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. O resultado acreditava o governo, eram os problemas econômicos (menor arrecadação) em Santa Catarina. Características do seu meio natural e do comportamento das pessoas, não acarretavam situações positivas:

²¹⁹ Estado de Santa Catarina. **Plano de Ação (Transportes)**. Governo de Jorge Konder Bornhausen, 1979. Sem paginação.

²²⁰ Estado de Santa Catarina, **Mensagem do governador Jorge Lacerda à Assembléia Legislativa**, em 15 de abril de 1956, p.08.

Os problemas econômicos e sociais com que se defrontam [Santa Catarina] derivam, em sua maior parte, da pequena percentagem dos investimentos em relação à renda territorial. Este fenômeno decorre, em parte, **da falta de unidade que se observa na vida social e econômica do Estado de Santa Catarina, como consequência de fatos físicos e humanos relacionados à ocupação do solo.**²²¹

Essa era a principal justificativa para o que o governo estadual apontasse como necessária a intervenção, ultrapassando aspectos físicos. A ação estatal deveria resultar, obrigatoriamente, na integração de Santa Catarina. A análise – ou ideologia geográfica – difundia a diversidade física do ambiente natural (um mosaico) que conformava o espaço catarinense, inclusive com “barreiras” naturais que necessitavam superação. Dizia-se de Santa Catarina que, ao invés de unificada em sua geografia possuía desafios impostos pelo quadro natural, assim como foram também às estradas federais, que passavam pelo Estado, apontadas como mais um fator de dispersão do que de união, segundo a mensagem do governo estadual de 1956.

A presença da nação é retratada de maneira a contribuir para a dispersão e não à coesão interna. Sejam os estados vizinhos, vistos como competidores e as estradas sob jurisdição e responsabilidade do governo federal que chegavam e recaíam em Santa Catarina, “cortando-a” e ajudando a fragmentar ainda mais o que era atribuído à natureza ter realizado, dividindo:

São esses os fatores físicos que condicionam o complexo cultural e econômico da comunidade catarinense. Por outro lado, agravado êsse problema, temos as estradas federais, que reduzem Santa Catarina a mero corredor dos interesses dos Estados vizinhos.²²²

É importante mencionar que na década anterior, anos 1940, também se fazia relação da presença das estradas federais como imposição negativa à integração catarinense. Literalmente, dizia-se que as estradas da nação “cortavam” Santa Catarina. Contra as dilacerações causadas pelas estradas federais e o que se pensava como consequência negativa, de tornar o território catarinense mero lugar/corredor de passagem, soluções foram apresentadas e, entre elas, destacam-se projetos de “[...] rodovias-troncos, modernas e amplas, visariam compensar a desagregação econômica de Santa Catarina acentuada pelas rodovias federais, orientadas no sentido norte-sul e pela inexistência de interligação entre as diversas linhas ferroviárias.”²²³ A mensagem

²²¹ Ibidem (destaques em negrito feitos por mim)

²²² Ibidem (destaques em negrito feitos por mim)

²²³ Estado de Santa Catarina, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 19 de abril de 1949, pelo governador em exercício, José Boabaid. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, p.63. (Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura).

do governador, no final dos anos 1940, dizia da necessidade de projetar rodovias no sentido (leste-oeste) e em direção ao interior para competir com as estradas federais.

O governo do Estado instituiu discursos a respeito das estradas federais e condição física do espaço que deveriam ser geridas ou, melhor, alteradas, por ações do próprio governo. Muitas vezes, indivíduos e governo estadual compartilhavam metáforas espaciais. A necessidade de estradas para a superação da “condição da natureza” é um exemplo. Como se observa no trecho de uma carta publicada na revista *Visão*, reclamava-se do próprio governo uma ação mais atuante no sentido de integração em Santa Catarina. Ao menos se percebe crítica do que era visto como não presença de boas estradas e rodovias. Aos governos são atribuídas falhas, justamente, por não realizarem obras – estradas – que deveriam substituir florestas e o verde, assim dizia o autor de uma carta. Na seção de cartas de 29 de agosto de 1969, Mansueto Tréss, padre diretor de uma escola em Itajaí (já mencionado no primeiro capítulo), havia enviado suas opiniões a respeito do que ele denominava atraso de Santa Catarina, pois a natureza e o verde das matas ainda predominavam. Dizia o padre que aspectos como a presença florestal pareciam sinônimo de não-progresso, mas de estagnação. Caracterizando como diferente – mais pobre – dos outros dois Estados do Sul, na carta, o padre enfatizava não ocorrer progresso, pois se percebia a falta de bons transportes. Além da cobertura vegetal (ainda) existente, para ele, Santa Catarina (“um Estado primitivo” ou “Estado verde”) era literalmente um imenso parque preservado. Em sua carta, o padre, contudo, não aponta que a melhoria dos serviços e demandas vinha dos catarinenses ou, de que os benefícios seriam retornados às pessoas que ali moravam. Utiliza-se, justamente, dos que vêm de fora, de outros Estados com melhores estradas (paulistas, paranaenses) para dizer do atraso catarinense e pela necessidade de obras e melhoramentos:

Quem vem a Santa Catarina promete não voltar mais. Gostam de quase tudo, a simpatia do povo (todo brasileiro é simpático), a vida campestre, mas vem o mais fatídico... vocês não têm estradas, gente! Os paulistas assustam-se, pois não conseguem prosseguir de carro... assim os gaúchos e paranaenses. **Santa Catarina até parece um parque nacional onde o homem não deve meter a mão para não sujar o verde das matas e campos – o encantamento das praias de esmeralda de toda encosta do Estado barriga verde.** Já foram feitas muitas reportagens onde aparece a ponte de Florianópolis, as praias, dunas e só... inexoravelmente só isso. Belezas e mais belezas, como não há em outros Estados. Até Miss Brasil agora é de Santa Catarina para aumentar a poesia do Estado verde.
Itajaí, SC. Pe. *Mansueto Tréss*.²²⁴

²²⁴ Revista *Visão*, 29/08/1969, p.14. (destaques em negrito, feito por mim)

Ainda, continuando sua declaração, esse padre aponta como negativa a presença de matas e, pejorativamente, chama Santa Catarina de (ou em) “Estado verde”. Em oposto à civilização está, para ele, a natureza. Sugere a necessidade de sobrepor fábricas, estradas, colégios, trabalho ao natural.

A verdade é que um Estado primitivo – sem estradas e o mais interessante é que há taxas rodoviárias... Como entender isso? Com tudo isso continuo acreditando no futuro. Há imensas possibilidades, não só belezas turísticas, embora sejam fontes de riqueza. Precisamos de estradas, fábricas, colégios, e de um ideal de trabalho digno para os homens de hoje e para o Brasil de amanhã.²²⁵

Opiniões como essa podem servir de exemplo de uma consciência e representação do espaço, mas também de ideologia geográfica, muito próxima à mobilizada pelo discurso do governo. Ambas (Estado e indivíduos) elegem aspectos físicos e da natureza para tecer características sociais e legitimar ações, visando à alteração desse predomínio do verde que, existente e dominante, era entendido como sinônimo de atraso, letargia e necessidade de ultrapassá-lo. O progresso foi durante muito tempo representado como oposto à preservação de florestas.

É importante lembrar que, tanto as metáforas espaciais presentes nas mensagens do governo executivo, principalmente pós década de 1950, quanto as cartas de leitores às revistas nos anos 1960-70, fazem referência a um panorama de um território em parte superado nas décadas seguintes, modificando o que era visto como imposição da natureza. Afinal, “A década de 1970 marcou a revolução do transporte rodoviário em Santa Catarina.”²²⁶ No começo dos anos 1970, segundo uma revista: “Santa Catarina procura desesperadamente o caminho do desenvolvimento acelerado, mas, para chegar até ele, terá de abrir muitas picadas na selva do atrasado.”²²⁷

Projetou-se, inicialmente, a conclusão da estrutura da rodovia litorânea (BR-101) para, em seguida, alocar capitais e investimentos federais na rodovia que era descrita como a da integração. A imprensa assim noticiou, a respeito das obras dessas estradas: “A conclusão da BR-101 – a estrada interestadual litorânea – está prevista para breve e permitirá que recursos e esforços do Governo Federal sejam transferidos para a BR-282 – a Estrada da Integração.”²²⁸ Como a pesquisadora Cécile Raud²²⁹ bem demonstrou a

²²⁵ Ibidem. (carta de Mansueto Tréss)

²²⁶ PELUSO JUNIOR, op.cit, p.276.

²²⁷ Revista *Visão*, 14 de fevereiro de 1971, p.95.(Santa Catarina entre dois rumos) op.cit.

²²⁸ Ibidem. Revista *Visão*, 14/02/1971 p.95.

respeito da presença das estradas de rodagem, construídas e melhoradas nos anos 1970, essa foi a principal década de obras de “modernização” do rodoviarismo catarinense:

Na área das rodovias, com efeito, havia carências e falta de integração regional, que só seriam superadas na década de 70. No que toca a Santa Catarina, a BR-101, rodovia longitudinal que liga o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná ao restante do Brasil pelo Litoral, somente foi concluída em 1971. O transporte rodoviário do Oeste e Vale do Rio do Peixe para o Litoral era precário e somente em 1975 é que ocorreu a verdadeira integração com áreas litorâneas, mediante o asfaltamento do trecho da BR-116 (São Miguel do Oeste) e da BR-282, que se completou com a BR-470.²³⁰

As redes rodoviárias implementadas exerceram o papel de superar o que era visto, historicamente, (negativamente) como desintegração causada pela natureza, em uma lógica que buscava o domínio dos lugares e acessos aos recursos, afinal, “Já disse um presidente brasileiro: *governar é construir estradas*. A frase traduz em mito a concepção das elites governamentais: o país visto como espaço (e não como nação), e um espaço que deve ser conquistado e explorado.”²³¹ Justamente, buscando melhoria²³² do sistema de transportes em Santa Catarina, no ano de 1976, dizia-se que “[...] há o desejo comum que o Estado vença rapidamente as barreiras que vêm retardando seu desenvolvimento.”²³³ Para tanto, “[...] o lema para a ação do governador Konder Reis será: ‘*Governar é encurtar distâncias*’.”²³⁴

Quando as conexões entre lugares começam a ser mais estabelecidas via redes de estradas e comunicação, coloca-se em um segundo plano a desvantagem da natureza ou dos “problemas” causados pelos aspectos geofísicos de Santa Catarina, quando então as desvantagens passam a ser cada vez mais atribuídas à localização catarinense entre o Paraná e Rio Grande do Sul.²³⁵ Com maior número de estradas e melhoria de outras, a

²²⁹ RAUD, Cécile. “**Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência catarinense.” Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999. p.107

²³⁰ *Ibidem*

²³¹ MORAES, Antonio Carlos Robert. “**Território e História no Brasil**.” 2ªed. op.cit, p.137-138

²³² A melhoria era parte do próprio discurso do governo do Estado, que optou pelo transporte rodoviário como o principal, se não única, forma de transportes, pois na imprensa aparecia o programa rodoviário como uma das principais metas do governo Konder Reis, e no triênio 1976-78, “[...] prevê a implantação de 904 km de estradas novas e pavimentação de 1.540 km.” (Revista *Visão* 19/04/1976, p.60). Segundo Peluso Junior (1991, p.276), “O progresso rodoviário influiu, negativamente, sobre os transportes: marítimo e ferroviário. Os portos de Florianópolis e Laguna foram desativados; a Rede Ferroviária Federal S.A. no Sul, antiga Estrada de Ferro D. Tereza Cristina, passou a transporte especializado em carvão, não recebendo passageiros nem carga geral; a Estrada de Ferro Santa Catarina, de Itajaí a Trombudo Central, deixou de circular.”

²³³ Revista *Visão*, 19 de abril de 1976, p.60.

²³⁴ *Ibidem*

²³⁵ Diminui progressivamente o papel da natureza que era atribuído empecilho à integração. A fronteira com Estados paranaense e gaúcho enfatiza-se cada vez mais, como uma dificuldade. Há mudança no

natureza deixa de ser vista como um empecilho principal, mas a concorrência com o Estado ao norte e ao sul: “Espremido entre Paraná e Rio Grande do Sul, duas economias de influência marcante sobre o ritmo de seu próprio desenvolvimento, Santa Catarina sofre, tradicionalmente, as desvantagens dessa colocação geográfica.”²³⁶

Conforme alguns autores do regionalismo no Brasil compreendem que, em determinadas épocas, foram os meios naturais apontados e mesmo eleitos como diferenciadores das regiões do Brasil. Ao longo do século XX, deixa de ser a natureza, mas a sociedade, o principal fator elencado para apontar as diferenças entre o que são retratadas como regiões diferentes. Como entendeu Milton Santos e Maria Laura Silveira, quando analisaram o processo de modernização brasileira: “[...] as diferenças regionais passam a ser sociais e não mais naturais.”²³⁷

No caso de Santa Catarina, os problemas de integração retratados como de ordem natural ou resultado do estrato físico, passam a ser vistos como menores, ao longo da promoção de redes de comunicação. Afinal, “A população catarinense, que vivia em grupos isolados, cada um em sua área, começou, com a construção de estradas de rodagem, a intercomunicar-se.”²³⁸ Contudo, o ambiente natural não deixou de ser representado como empecilho quando então foi “superado” (mesmo que parcialmente). No século XX, o meio se tornou uma metáfora espacial quando o governo do estado catarinense buscou a efetivação do controle mais atento e rígido do espaço. Superou-se certo afastamento do poder – localizado em Florianópolis – que caracterizava determinadas partes de Santa Catarina. Ainda na mensagem do ano de 1956, aqui já largamente citada, o governador apontava que, mesmo tendo a sua tradicional capital política, o Estado de Santa Catarina não possuía uma “capital econômica”, que era identificada em capitais dos dois outros Estados, segundo constatação do governante:

Todos sentem que Curitiba e Porto Alegre são, de certo modo, as nossas capitais econômicas. A desarticulação dos interesses catarinenses, as direções divergentes dos fluxos de bens e capitais, o esfacelamento geoeconômico é, na realidade, os principais fatores da reduzida taxa de investimentos que se verifica em nosso Estado.²³⁹

A busca de serviços fora de Santa Catarina pode ser confirmada pelo autor de uma carta publicada na revista *Visão*. A justificativa para se deslocar a Curitiba, São

enfoque, que tira a carga da natureza e passa para a sociedade, semelhante ao que observou Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1999, p.41) op.cit.

²³⁶ Revista *Visão*, 19 de abril de 1976, p.60.

²³⁷ SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. “O Brasil” op.cit, 2004. p.52

²³⁸ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. op.cit, p.277.

²³⁹ Mensagem do governo estadual, em 15 de abril de 1956, p.08.

Paulo ou Porto Alegre, devia-se – segundo o autor – às péssimas qualidades das estradas dentro de Santa Catarina, à falta de serviços públicos e outras necessidades que não chegavam (ou cobriam oferta) a toda Santa Catarina. Quando demandavam serviços especializados e melhores formas de deslocamento, recorria-se ao Paraná e ao Rio Grande do Sul. Segundo afirmava o governador Jorge Lacerda, as capitais dos Estados fronteiriços pareciam mesmo as capitais geoeconômicas de Santa Catarina e tal polarização desses dois centros urbanos ajudava na fragmentação do território e da identidade catarinense. Publicado na seção cartas da revista *Visão* de 25 de abril de 1970, o leitor de Chapecó, Luiz Roberto Barichello escreveu da necessidade de deslocamento para acessar serviços não existentes em sua região e, para tanto, a capital catarinense não era mencionada nem frequentada para resolver certos problemas:

Sejam testemunhas do que afirmo todos os catarinenses que, pare tratar da própria saúde, se dirigem para São Paulo, Curitiba ou Pôrto Alegre. O oeste catarinense já estêve a ponto de querer anexar-se ao Sudoeste do Paraná para formar o Estado de Nova Iguaçu e evitar o sistema de espoliação tributária desta região em benefício da zona litorânea [catarinense]. Amo o meu Estado, e justamente por êsse motivo prefiro ser realista a ser bairrista.²⁴⁰

Uma abordagem crítica a respeito da constituição do território de Santa Catarina deve, necessariamente, levar em conta a criação do seu espaço jurídico-administrativo como uma construção política. A artificialidade da formação territorial catarinense é observável no histórico e moroso processo de tentativas de homogeneização e unificação de suas partes. Dificuldades reconhecidas e apontadas pelo discurso do próprio governo estadual. Aparentemente, o que na atualidade pode ser interpretado como sendo Santa Catarina – de maneira positivista – com fronteiras estabelecidas por limites naturais, comunidade com característica comum e território homogêneo e integrado é, antes de tudo, resultado de esforços do governo estadual em aglutinar o espaço que fora constantemente apontado como não coeso. O espaço construído e delimitado como sendo catarinense é curioso exemplo de invenção arbitrária de um território. A invenção do espaço catarinense como existente e reconhecido pelas pessoas foi um triunfo das redes após a segunda metade do século XX.

Estudiosos do nacionalismo vêm apontando que, para a consolidação do espírito (e comunhão) da nação e do sentimento nacional, membros devem portar identificações em comum e, ao mesmo tempo, esquecer, particularmente, as diferenças. O processo de construção de uma nação não é um fato que ocorre por si mesmo, mas sim um contínuo

²⁴⁰ Revista *Visão*, 25/04/1970, p.14 (cartas), autor Luis Roberto Barichello

processo de elaboração. “A memória fundadora da unidade nacional é, ao mesmo tempo e necessariamente, esquecimento das condições de produção desta unidade: a violência e o arbitrário originais e a multiplicidade das origens étnicas.”²⁴¹ Entende-se o Estado como um indutor e transmissor de sentimentos de pertencimento e fortalecedor da idéia de comunidade imaginada, que o convém fazer esquecer as diferenças, promovendo em contrapartida a valorização (e criação) das “semelhanças”, porque é menos nas diferenças que se consegue assentar sentimentos de partilha, vinculação e identidade.

Em Santa Catarina, as diferenças foram enfatizadas, no que era físico e natural. A busca da construção de uma comunidade imaginada tratou de utilizar das ideologias geográficas (culpando ao meio natural, para o problema da não integração), constituindo domínio de um espaço, buscando tornar mais unido e melhorando o controle:

Mas, não é apenas sob o aspecto material que essa unidade se torna imprescindível: urge também, integrar a consciência do ‘hinterland’ na vida política e cultural da capital do Estado. **As várias ilhas de cultura que pontilham a nossa carta geográfica, as diversidades, por vezes, marcantes, que caracterizam os vários grupos humanos espalhados pelo território catarinense são fatores significantes, que dão colorido e riqueza à vida de um povo. Mas nada justifica que esses agrupamentos vivam isolados, à margem dos interesses políticos, econômicos e culturais, que partindo do centro devem irradiar-se pela periferia [...].**²⁴²

Talvez, na contemporaneidade, as diferenças internas e regionais em Santa Catarina pareçam menos acentuadas e mais sutis do que já foram no passado. Há quem pense seu território como coeso e uniforme, haja vista que pode ser pensado como diminuto e pequeno – e, portanto, de rápida integração – em comparação aos demais Estados do País. Analisando discursos de governos do Estado, compreende-se que há de se romper com certa naturalização de que o espaço catarinense não fora construído historicamente. Elementos que hoje possam parecer comuns e partilhados entre catarinenses, em outras épocas não os foram.

Não se compreende o território como uma forma pronta e congelada, mas longo e constante resultado de apropriações, imposição e sociabilidades de conflito. O território é construtor de identidades²⁴³, como também resultado da cultura. Assim como a nação, “[...] o território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade

²⁴¹ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. op.cit. p.36.

²⁴² Mensagem do governo estadual, em 15 de abril de 1956, p.08. (destaques em negrito feitos por mim)

²⁴³ HAESBAERT, Rogério. “Concepções de território para entender a Desterritorialização”. Revista **Território territórios**, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/UFF-AGB. Nitério, 2002, pp.17-38, p. 23.

que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza.”²⁴⁴ Do ponto de vista conceitual, vale registrar, as noções de território foram colocadas em prática por uma *governamentalidade*, como diria Michel Foucault²⁴⁵, a capacidade (ou “certa mentalidade”) que o próprio governo busca impor e legitimar a si mesmo, classificando o que deve ou não ser suas ações e competências, configurando ao aparato Estatal direito de instituir seus próprios poderes como, por exemplo, controlar e delimitar territórios. No caso de Santa Catarina, o meio natural foi uma característica que o governo se autodelega como necessário de suprimir os efeitos, pois a vontade de governar a homogeneidade tornava efetiva as ações e o domínio de um território. Pelo discurso do ordenamento e da culpabilização do meio, o Estado se utiliza de metáforas espaciais para efetivar o território catarinense que, afinal, não existia por si mesmo. Como se “todos os governantes” concordassem: era necessário integrá-lo para o criar.

²⁴⁴ MORAES, Antonio Carlos Robert. “**Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial no ‘longo do século XVI.’” São Paulo: Hucitec, 2000, p.18

²⁴⁵ FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade.” In: ___. “**Microfísica do poder**.” Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp.277-293.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico da existência de ilhas, a partir dos que viam as “dispersas” regiões catarinenses foi uma das maneiras do aparato Estatal analisar seu domínio, representando como algo próximo ao que havia sido feito da integração com a Ponte Hercílio Luz, nos anos 1920, entre a Ilha de Santa Catarina e o Continente. Essa análise da presença de ilhas reforçava a ideia de que havia sim, uma capital dos catarinenses e, como as demais partes que formam esse mosaico ou insularidades, fazia-se necessário aguardar que as redes, particularmente, as estradas, fariam o que já fora feito na capital. “Conectariam” as pessoas de diferentes partes. Inclusive, dessa (e outras) metáfora espacial, partilhava-se entre análises de governantes, indivíduos e intelectuais. Acredito que as redes de estradas forjaram como resultado, não uma identidade, mas permitiram maiores contatos entre as ilhas, antes, “dispersas”. Mas deve ser dito que, anteriormente aos anos 1950, 60 e 70, muitas pessoas circulavam pelo território catarinense, eram transeuntes e percorriam vastas áreas. Afinal, por aqui também houve tropeiros, vendeiros, “mercadores” ou famílias inteiras que se deslocavam, mudando²⁴⁶ de região. Logo no começo da República, por exemplo:

A Revolução Federalista de 1893 fez com que famílias inteiras do litoral de Santa Catarina corressem para as margens do Pelotas, do Canoas e do Uruguai. Encontramos ainda recentemente, nas margens do Uruguai, no município e Concórdia, uma família que, em 1893, mudou-se inteiramente, de São José para essa região, por causa das perseguições que foram feitas contra aqueles que não eram adeptos do florianismo.²⁴⁷

Era possível, por lombo de mulas, via fluvial e até mesmo por estradas de trem, locomover-se de uma forma ou de outra por espaços variados. Entre Itajaí e Blumenau, a navegação de cabotagem foi uma constante, desenvolvendo uma pequena indústria de barcos de madeira; já no rio Uruguai, através de balsas também navegava-se. Entretanto, todas as formas de locomoção e movimento em Santa Catarina não eram “completas” e foram vistas como contribuintes para dilacerar, como se dizia da ferrovia

²⁴⁶ “Em 1820 incorpora-se Lages e o seu termo à capitania de Santa Catarina. Mas, o catarinense já tinha avançado. O catarinense, mesmo o do litoral, já tinha chegado, talvez, às barrancas do Uruguai. São dados que temos colhido e podemos dizer, por exemplo, em função da Revolução Farroupilha, que teve um papel bastante importante no Sul do Estado e na área de Lages. A Revolução Farroupilha fez com que no médio e no extremo-oeste de Santa Catarina se fixassem famílias do Rio Grande do Sul e da área litorânea de Santa Catarina.” PIAZZA, Walter F. Op.cit. p.45.

²⁴⁷ PIAZZA, Walter F. Op.cit. p.46.

São Paulo-Rio Grande. A nação vista como aquela que também compartimentava, pois as estradas federais foram interpretadas como auxiliadoras no tornar Santa Catarina lugar de passagem. Também, as redes de comunicação, até fins de 1979, como a programação televisiva não atingiam a totalidade do chamado espaço catarinense. Acredito que ocorre ruptura dos mares de “ilhas” catarinenses com a década de 1970. Certamente, anterior a isso, o deslocamento aéreo seria outro exemplo de integração, não fosse o elevado valor e nada ordinário meio de transporte em avião.

Ao compreender que pelos rios que existiam em Santa Catarina, apenas o deslocamento regional e local ocorreriam, não se indo, portanto, muito longe, devido aos fatores naturais que impediam a navegação; é por terra que a conexão entre lugares se daria. E as populações que houvesse no caminho, como grupos indígenas, deveriam deixar de ser “percalços” a liberdade de ir e vir. E, assim, investiu nessa proposta o Estado.

E como a espera por boas estradas e por aquela Santa Catarina “tão rica” e “próspera” demorava, segundo reclamavam muitos moradores do Meio-Oeste e Extremo-Oeste. No Litoral, também se reclamou; ora, se era nas proximidades dos centros urbanos e industriais que deveria haver estradas melhores, por que o Estado parecia tão vagaroso em tirar Santa Catarina daquela situação de atraso? Perguntou o padre. Ele cobrava das autoridades asfalto e não manutenção de florestas e matas. Era reivindicando a imagem de progresso e da modernização que muitos afirmavam que suas regiões pertenciam a Santa Catarina e se consideravam catarinenses, embora afirmassem que a entrada de Santa Catarina no contexto do “bom padrão” do sul do Brasil, parecia mais lenta.

Percebi, em várias fontes, um jogo de dualidades para tentar escrever Santa Catarina: a do litoral e a do interior; a Santa Catarina rica e a esquecida. E dentro do conjunto dos três Estados do sul, a dualidade era outra: os ricos, os dois grandes vizinhos e a Santa Catarina imprensada e presa entre duas prosperidades. O deslocamento interno sempre existiu, mas era tanto mais difícil percorrer as Serras Geral e do Mar, que fez com que muitos seguissem por caminhos que chegavam aos estados vizinhos. O Estado buscou impor novas redes que então ligassem as pessoas às partes próprias de Santa Catarina, mantendo-as dentro do território. Particularmente, redes nas direções horizontais como a “rodovia da integração”, a BR-282. Antes das redes de estradas ao interior, eram vários os meios de transportes associados para se chegar a algum local. Em “longos” trechos e distâncias se demorava a chegar, vencer o

espaço entre o Vale do Itajaí e a capital, por exemplo, era demorado, segundo lembrou um estudioso da “literatura catarinense”, retirando exemplo de uma obra²⁴⁸ de literatura de viagem. Para dizer como se representou uma Santa Catarina ilhada em si mesmo, Sachet registrou:

[...] uma viagem entre Florianópolis e Blumenau realizava-se dentro do seguinte cronograma de execução via marítima e fluvial: Saída de Florianópolis, 8 horas; chegada em Itajaí, 17 horas; pernoite; saída de Itajaí, 7 horas (do dia seguinte); chegada em Gaspar, 14 horas; chegada em Blumenau, 16 horas. (Ufa, dois dias!).²⁴⁹

O trajeto que, hoje, realiza-se por estradas em duas horas (ou menos), há décadas atrás, precisava-se de dois dias.

Acredito que ao longo do período dos projetos de integração rodoviária, as pessoas fortaleceram vínculos com a sensação de pertencimento a Santa Catarina. A espera pelo asfalto, o desejo de se sentir parte integrante e pertencente (reivindicavam para si) da “Santa Catarina que deu certo” fez com que alguns agissem com palavras, denunciando que nem todas as áreas “eram de riquezas” e que também estavam cansados de aguardar a chegada dessa modernidade “bem sucedida”. Já aqueles que viam e diziam viver aquela Santa Catarina imaginada como pioneira e modelo, escreveram para manifestar que havia uma imagem bem sucedida a ser preservada. Assim argumentei e acredito que as pessoas fortaleceram vínculos com espaços ao defenderem seus lugares de moradia e/ou nascimento. Competiram entre si, como Blumenau e Joinville, para demonstrar qual a mais importante, influente e rica cidade do Estado. Mesmo que o apelo, muitas vezes, tenha sido ao local, havia desejo de ver sua região bem colocada dentro de um contexto catarinense. A integração não foi realizada totalmente *pelos catarinenses*, assim como, também não se encontrou dentro de Santa Catarina movimentos ou culturas da “essência dessa gente”, embora tenha sido buscado (sem o encontro) o protótipo catarinense, a ser replicado em todas as regiões.

Antes de se interpretar como bem-sucedida a constituição territorial da comunidade imaginada catarinense, não se deve esquecer eventos e processos, tal como aquele da área que fora *contestada* pelo Paraná. O caso do litígio de áreas entre as então Províncias de Santa Catarina e do Paraná revelam, além de apenas aparência contratual pacífica do estabelecimento de fronteira, a característica dessa construção e negociação de limites e linhas do território. As fronteiras entre os dois estados vizinhos foram

²⁴⁸ SACHET, Celestino Op.cit. p.103: menciona o livro escrito em 1902 do austriaco Cônego Jácomo Vicenzi, publicada em Niterói (RJ), intitulado: “Uma Viagem ao Estado de Santa Catarina”.

²⁴⁹ SACHET, Celestino. Op.cit. p.104.

reconhecidas em outubro de 1916, no Rio de Janeiro, quando, no Palácio do Catete, foi assinada, por governantes dos dois Estados, a convenção dos limites entre Paraná e Santa Catarina.

É também representativa da instituição territorial catarinense, a viagem do governador Adolfo Konder ao extremo-oeste catarinense. O ano de 1929 ficou marcado na formação territorial catarinense e nas políticas de domínio e construção de fronteiras pelo aparato Estatal pela viagem do governador de então; considerado o primeiro governador a percorrer a região, após, incorporada ao território catarinense. A viagem do litoral até o interior (passando por áreas de limites, divisas e fronteiras), tal deslocamento, quase todo ele por automóvel, visava à promoção do domínio com a presença do Estado e, em consequência uma delimitação da fronteira identitária e física do poder, principalmente em relação ao Paraná, ao Rio Grande do Sul, mas também com a Argentina. Tal ação governamental, em movimento de conquista territorial, não significou necessariamente uma integração efetiva e completa do espaço catarinense, apenas um esboço de integração de uma região, no sentido da construção ou invenção de um espaço catarinense delimitado e relativamente controlado. Sendo, oficialmente, o primeiro chefe do executivo estadual a estar pessoalmente naquelas áreas, essa presença “épica” do governo estadual ficou registrada na cultura política como a *bandeira Konder*, o que é ilustrativo da nomeação, a relação aos sentidos atribuídos no Brasil ao bandeirante,²⁵⁰ como conquista, domínio e reconhecimento, agente do alargamento de (novas) fronteiras e possibilidades de apropriação.

Mesmo com tal presença física do governador, em 1929, não foi garantido o resultado de efetivo e consequente domínio dessa área para Santa Catarina, pois, na Segunda Guerra ocorreu a intervenção do governo federal quando, no Estado Novo, em 1943, é instituído no Extremo-Oeste catarinense e paranaense (áreas que fizeram parte do litígio da região Contestada), o *território federal do Iguaçu*. Esse seria mais um caso de que a “nação chega” em Santa Catarina para causar o que era entendido na linguagem institucional/Estatal como: fragmentação. Na constituição de 1946, já pós-ditadura Vargas, o território do Iguaçu é dissolvido e as fronteiras retornam às suas “marcações originais”, acordadas em 1916. Tanto limitada foi à presença do governador (da bandeira Konder) naquele final da década de 1920 que, nos anos 1960 e 70, outro

²⁵⁰ “Assim, o processo de apropriação do espaço exprime-se num tipo social específico – o bandeirante – ao qual corresponderia um tipo de organização social também peculiar: a bandeira, síntese da motivação expansionista fundante do Brasil.” MORAES, Antonio Carlos Robert. “**Bases da Formação Territorial do Brasil**: o território colonial no ‘longo do século XVI.’” São Paulo: Hucitec, 2000, p.25

governador catarinense, segundo reportagem da revista *Veja* de 1969, não tinha um canal televisivo ou rede de transmissão por TV para se comunicar e atingir todos os lares do território. Mesmo quarenta anos após a “épica” presença/bandeira do governador do Estado e parte de seu aparato em direção àquela Santa Catarina recém “anexada”, o domínio e a constituição de um espaço efetivamente catarinense não se consolidou ou teve rápido processo de integração.

A invenção de tentativas de uma Santa Catarina com espaço integrado e coeso é uma construção que perpassou o século XX, inclusive no que se refere ao estabelecimento de suas fronteiras. A integração pelas rodovias foi um processo lento, moroso, com organização, atenção financeira e burocrática do Estado, inclusive, com muito investimento de discurso e utilização de metáforas espaciais. Não faltam exemplos que demonstram e reforçam o caráter inventivo do espaço apropriado e tornado catarinense; o próprio discurso do governo estadual atribui e lança ao território características e adjetivos que demonstram essa construção. Tratando o meio físico como problema, apontando como resultado da natureza: a não unificação, nem coesão e dificuldades do domínio e atuação estatal. Propostas e políticas de integração catarinense tomam relevância e destaque em meados da década de 1950, sendo tratado como necessidade de ordenação, a partir de um centro de dispersão de controle do poder, localizado na capital, Florianópolis, embora ela mesma tratada como não capaz de exercer desejada condição de influência e polarização. Buscava-se colocar fim ao que era visto como excessivas fragmentações, as tais ilhas culturais e ilhas econômicas.

Outro sintoma ou demarcação de que a criação de uma territorialidade catarinense integrada necessitou elevada atenção e ações, pode ser encontrado no exemplo da demorada criação de um canal televisivo próprio de Santa Catarina, que atingisse e cobrisse todo o território catarinense. O que desperta a curiosidade, a respeito desse tema é que, além de inexistente a rede de comunicação televisiva comum a todos catarinenses, a instalação da primeira TV foi iniciada em Blumenau. O próprio nome desse canal (TV Coligadas) revela como havia a sensação de que a “cultura catarinense” se fragmentava, tal como seu território (devido principalmente ao meio natural). Não considero insignificante ou mera publicidade a expressão que aparecia numa propaganda desse canal televisivo: “A emissora da integração catarinense.”²⁵¹

²⁵¹ Revista *Realidade* (editora Abril), julho de 1970, número 53. p.326

A revista *Veja* apresentou como um dos desafios dos catarinenses, a constituição de um canal próprio de televisão. Do meu ponto de vista, o desafio, nesse caso, não foi vencido, pois, dessas redes de comunicação, foi um grupo econômico com sede em Porto Alegre quem efetivou esta integração, ou seja, o Grupo Rede Brasil Sul/RBS implantou uma sólida e efetiva rede de telecomunicações, muito próxima de um “monopólio de audiência” que envolve inúmeras rádios, jornais e programação televisiva, além de transmissora (“reprogramadora”) parceira da Rede Globo de comunicações. Parte da elite catarinense que encarou como muito necessário a realização da integração, paradoxalmente, não colocou em prática o domínio próprio de todas as redes de comunicação, sendo até submissa a influencia do Rio Grande do Sul, por exemplo, e de forças da “nação”, vindas “de cima” e aceitas por catarinenses, mesmo que causando fragmentações.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. “O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região.” Revista **Fronteiras**. Dourados/MS, v. **10/17**, p. **55-67**, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANDERSON, Benedict. “Introdução”. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). “**Um mapa da questão nacional**”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp. 07-22

ALVES, Débora Bendochi. “**Colhedores de Café**. Cartas de imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia.” Berlim: WVB, 2006.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. “O discurso da integração”. In __. “A invenção do litoral. Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República.” **Dissertação (Mestrado em História) PUC/SP, 1989**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ARRUDA, Gilmar. “Rios, navegação, ferrovias e a construção do território do Paraná.” In: __ (Org). **A Natureza dos Rios: história, memória e territórios**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008. pp.95-136.

ATHANÁZIO, Enéas. “O Estado do Iguazu e a mudança da capital.” Revista **Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII. Nov/Dez de 1992 pp. 423-424, n°11-12**. Blumenau.

AURAS, Marli. “Poder Oligárquico Catarinense: da Guerra aos ‘fanáticos’ do Contestado à ‘Opção Pelos Pequenos’.” **Tese (Doutorado em Educação) PUC/SP, 1991**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BARBOSA, Aurora M. Putton. “Integração regional de Santa Catarina: a Rodovia BR 282”. **Trabalho monográfico de Conclusão de Curso (TCC em Geografia), UDESC, FAED, 2010**, Florianópolis.

BAUER, Otto. “A Nação”. In: In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). “**Um mapa da questão nacional**”. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp.45-83.

BOURDIEU, Pierre. “**Sobre a televisão**.” Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a identidade da região.” In: __. **O poder simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. pp.107-132.

BRANCHER, Ana. “História na literatura, história e literatura.” In: __ (Org). **História em Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2.ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, pp.199-210.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. (volume 3) São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRÜGGEMANN, Adelson André. **Ao poente da Serra Geral**: a abertura de um caminho entre as capitânicas de Santa Catarina e São Paulo no final do século XVIII. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CAMPOS, Cynthia Machado. “Diversidade e integração.” In: __. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008. pp.59-104 (capítulo 2).

CAMPOS, Emerson César de. “O Catarinense de Bombacha: Movimento Tradicionalista Gaúcho em Santa Catarina (1959-1997)”. 1999. **Dissertação (Mestrado em História)**, CFH, UFSC. Florianópolis.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “Repensando a construção do espaço”. In: __. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: ensaios. Bauru (SP): Edusc, 2005. pp.37-52. (capítulo 2)

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**. Discurso a prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz F. Pimenta e Maragareth de Castro A. Pimenta. 3ªed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CLAVAL, Paul. “Uma, ou algumas abordagem(ns) na geografia humana.” In: SERPA, Ângelo (Org). **Espaços Culturais**: vivências, imaginação e representações. Salvador: EdUFBA, 2008. pp.13-29.

CORRÊA, Nereu. “O Panorama atual de Literatura catarinense.” Revista **Província de São Pedro nº13** Porto Alegre: Editora Globo, 1949. pp.28-35.

CRUZ, Dulce Márcia. “A RBS em Santa Catarina: Estratégias políticas, econômicas e culturais na conquista do mercado televisivo regional.” **Dissertação (Mestrado Sociologia Política)** CFH. 1994, UFSC, Florianópolis.

DALLABRIDA, Norberto. “A perspectiva histórica de Cabral em ‘História de Santa Catarina’.” Revista **Blumenau em Cadernos tomo XXXIII agosto 1992 pp.240-247. nº8**, Blumenau.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre o ontem e amanhã**: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX. Itajaí (SC): Editora da UNIVALI, 2000.

FEBVRE, Lucien. **O Reno**: história, mitos e realidades. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; SERPA, Élio Cantalício. “A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina.” In: **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM, 2005. pp. 129-153.

FLORES, Bernadete Ramos. **A farra do boi**: palavras, sentidos, ficções. 2.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade.” In: __. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp.277-293.

HAESBAERT, Rogério. “‘Gaúchos’ e Baianos no ‘novo’ nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais.” In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES,

Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp.367-415.

HAESBAERT, Rogério. “Concepções de território para entender a Desterritorialização”. Revista **Território territórios**, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo/UFF-AGB. Niterói, 2002, pp.17-38,

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2000.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. “Aspectos culturais e ideológicos da construção da regionalidade gaúcha.” In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto e SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (organizadores). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. pp.215-232.

HOBSBAWM, Eric. “Etnia e Nacionalismo na Europa hoje.” In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. pp.271-282.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições.” In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 09-23.

HOLANDA, Sérgio Buarque, **Caminhos e Fronteiras.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HÜBENER, Laura Machado; BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. “**Contribuição para o estudo da integração catarinense.**” [S. l.]: s.n., 1988?] Não paginado.

IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 12.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. “Ao redor do Dr. Blumenau.” Revista **Blumenau em Cadernos, Tomo XXXIII. Nov/Dez de 1992 pp.417-420. n°11-12.** Blumenau.

JEAN, Bruno. “Le développement territorial: un nouveau regard sur les régions du Québec.” **Recherches sociographiques, volume XLVII, n. 3, septembre-décembre 2006.** pp.465-474.

KURTH, Estela Doris. “A contribuição das afiliadas na formação das redes nacionais de televisão no Brasil: o caso da RBS/Rede Globo em Santa Catarina.” **Dissertação (Mestrado em História)** CFH, UFSC. 2006, Florianópolis.

LAGO, Paulo Fernando. “A terra e o homem”. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos (Org). **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica.** Florianópolis: Ed.UFSC/FCC Edições, 2000. pp.62-90.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. “Campos de atraso, campos modernos: discursos da extensão rural em Santa Catarina (1956-1975).” Florianópolis, 1997. **Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós Graduação em História,** CFH, Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora). **Fontes Históricas.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp.111-153.

MACHADO, Paulo Pinheiro. “A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final do Império e início da República (1854-

1912).” In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011.** http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300573491_ARQUIVO_PoliticadeterreasSC.pdf

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Política de colonização no Império.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

MAGNANINI, Ruth L. da Cruz. “As cidades de Santa Catarina: base econômica e classificação funcional.” **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: 33, (1), pp. 85–121, 1971.

MAIA, João M. Ehlert. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

MAMIGONIAN, Armen. “Vida regional em Santa Catarina.” **Revista Orientação – Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo/IG USP,** 1966. pp.35-38.

MARQUES, Valesca Menezes. “As associações de municípios e a regionalização do Estado de Santa Catarina.” Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH, **Dissertação de Mestrado em Geografia,** Florianópolis, 2003.

MARTINELLO, André Souza. Resenha do livro “A invenção do Nordeste e outras artes” de Durval M. de Albuquerque Junior. **Revista Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 5, n. 1, jul-dez., 2011.** <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/115/108>

MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de. “Japoneses em Santa Catarina: etnicidade e modernização agrícola.” In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi. (Org.). **Imigrantes japoneses no Brasil.** Trajetória, imaginário e memória. São Paulo: Editora a USP / edUSP, 2010. pp. 97-121.

MARTINELLO, André Souza; CARVALHO, Ely Bergo de. “Colonização japonesa em Santa Catarina: metamorfoses na imigração tutelada” **Revista História Unisinos Vol. 15 Nº 3 - setembro/dezembro de 2011 pp.453-465,** São Leopoldo (RS). doi: 10.4013/htu.2011.153.13 <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/view/htu.2011.153.13/613>

MARTINELLO, André Souza. Resenha: Cidades e Sertões: entre história e a memória. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária (Uberlândia), v.4, n. 8, p. 212-216,* ago. 2009. <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11951>

MARTINELO, André S.; KLUG, João. “A criação do Núcleo Rio Novo e os imigrantes japoneses em Itajaí.” **Blumenau em Cadernos (Blumenau), v. XLVIII, p. 58-72,** 2007.

MASSEY, Dorenn; KEYNES, Milton. “Filosofia e Política da espacialidade: algumas considerações.” Niterói (RJ) **GEOgraphia, UFF Vol. 6, Nº 12** (2004), pp. 07-23.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. “Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970).” **Dissertação (Mestrado) Curso de Pós Graduação em História,** CFH, 1998 Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

MEIRINHO, Jali. “A Designação Barriga-Verde”. **Revista da Academia catarinense de letras,** nº21. pp.45-54.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial no ‘longo do século XVI’.** São Paulo: Hucitec, 2000a.

- MORAES, Antonio Carlos Robert. "Prefácio". In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2000b. pp.09-10.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005a.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**.5ªed. São Paulo: Annablume, 2005b.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21ªed. São Paulo: Annablume, 2007.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica**. São Paulo: Annablume, 2009.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.
- OLIVEN, Ruben George. "Á la recherche des origines perdues. Le mouvement traditionaliste gaúcho au Brésil". **Études Rurales n° 163-164, juillet-décembre 2002**. Études des hautes études en sciences sociales. pp.145-166.
- OLIVEN, Ruben George. "Gilberto Freyre e a questão regional". In: AXT, Günter; SCHÜLER, Fernando (Org). **Intérpretes do Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. pp.192-201.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e nos EUA**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, Ricardo de. "Euclides da Cunha, *Os Sertões* e a invenção de um Brasil profundo.". **Revista brasileira de História, São Paulo, v.22, n°44**, pp.511-537, 2002.
- ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2005.
- PEDERNEIRAS, Haroldo Paranhos. **Plano Rodoviário Catarinense. Trabalho apresentado ao 6 Congresso Nacional de Estradas de Rodagem**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1936. (republicado em 1939, com mapas)
- PEDRO, Joana Maria. "O Desenvolvimento da Construção Naval em Itajaí, Santa Catarina, uma resposta ao Mercado local, 1900 a 1950." **Dissertação (Mestrado em História)**, 1979, UFSC, CFH. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/FCC; Editora da UFSC, 1991.
- PHILIPPSEN, Reges Miguel. "Ferrovia Estreito a Lages: Quando a modernidade não sai do papel. O projeto ferroviário frustrado durante o governo Vidal José de Oliveira Ramos (1888-1914)." **Trabalho monográfico de Conclusão de Curso (TCC em História)**, UDESC, FAED, 2010. Florianópolis.
- PIAZZA, Walter Fernando. "Elementos básicos da história catarinense." In: CORREA, Carlos Humberto (Org). **Fundamentos da Cultura Catarinense**. Rio de Janeiro: editora Laudes, 1970. pp. 21-48.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O sitiante tradicional e a percepção do espaço”. In __. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis (RJ): Vozes; São Paulo: Ed. da USP, 1973. (estudos brasileiros). pp.48-71.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil**: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da experiência catarinense. Florianópolis: Editora da UFSC; Blumenau: Ed. da FURB, 1999.

RENAUX HERING, Maria Luiza. **Colonização e indústria no vale do Itajaí**: o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Blumenau (SC): Editora da FURB, 1987.

RENK, Arlene. “O conhecimento do território: a Bandeira de Konder.” In: **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Chapecó: Argos, Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina/CEOM, 2005. pp. 109-127.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó (SC): Argos, 2004.

SACHET, Celestino. “Fundamentos da Literatura Catarinense”. In: CORRÊA, Carlos Humberto (Org). **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970. pp. 77-111.

SALOMON, Marlon. “O saber do espaço. Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX.” **Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFH, Tese Doutorado em História**, 2002. Florianópolis,

SANTOS, André Luiz. “Dinâmica territorial da rede telefônica em Santa Catarina: 1927 a 1960.” In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério L. Lima da. (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 2.ed. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2007, p.177-196 (cap.08).

SANTOS, Milton. “A Geografia da Percepção e do Comportamento.” In: __. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.” São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. pp. 91-97 (cap.06).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SERPA, Élio Cantalício. “A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.” **Revista de Ciências Humanas**, UFSC/CFH. V.14, n.20. Florianópolis, 1996. pp.63-79.

SEVERO, Antunes; GOMES, Marco Aurélio (Organizadores). **Memória da Radiofusão catarinense**. Florianópolis: Editora Insular, 2009. (Apoio Acaert).

SEYFERTH, Giralda. “Colonização européia, campesinato e diferenciação cultural no Vale do Itajaí (SC).” In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Construções identitárias e sociabilidades”, vol 01. 2009, pp.275-295.

SILVA, Etienne Luiz. “Desenvolvimento econômico periférico e formação da rede urbana de Santa Catarina.” **Dissertação (Mestrado) em Planejamento Urbano e Regional**. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS**, Porto Alegre, junho de 1978.

SILVA, João Francisco da. **Estrada Dona Francisca**. Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

SINGER, Paul. "Blumenau". In: _____. **Desenvolvimento e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968. pp.81-140.

TERNES, Apolinário; VICENZI, Herculano. **Dona Francisca**. Imperial Estrada da Serra. Joinville: Editorial Letra d'água, 2002.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ANEXOS

FEIRAS

Santa Catarina mostra o que faz

Até 11 do corrente estará aberta em Blumenau a IV Feira de Amostras de Santa Catarina (FAMOSC), inaugurada no dia 23 do mês passado e que conta com a participação de 210 das principais indústrias catarinenses, localizadas em Blumenau, Joinville, Brusque, Florianópolis, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Indaial, Itárama, Pomerode, Timbó, Lajes e São Bento do Sul.

A abertura da exposição marcou também a inauguração de um pavilhão construído especialmente para as exposições a serem realizadas em Blumenau. A construção, de forma circular, com uma cúpula de estrutura metálica revestida de alumínio, tem 70 metros de diâmetro e área útil de 2.986 m², dos quais 1.262 m² foram ocupados pelos 256 stands armados para a exposição.

O pavilhão localiza-se no bairro da Velha, a 1,5 km do centro da cidade, e sua construção custou, incluindo despesa na aquisição do terreno, cerca de 225 milhões de cruzeiros.

Percorrendo seu interior, o visitante da FAMOSC pode ter uma idéia



Mais de 10 mil pessoas visitaram a IV FAMOSC no dia de sua inauguração



No esboço dos "stands", a FAMOSC rivaliza com as melhores exposições do País

da variedade da produção industrial do Vale do Itajaí e de outras importantes regiões de Santa Catarina. Artigos de madeira trabalhada atestam o esmero do artesanato que, ainda predomina em diversos lugares, contrastando com peças de aço fundido e laminados de ferro e aço, que refletem o desenvolvimento de indústrias já integradas em importantes ramos do complexo industrial do País. É este o caso, entre outros, da Fundição Tupy (isoladores elétricos, talhas, peças fundidas, etc.), Auto Mecânica Edgar Reuter (arruelas e suspensões, automotores), Dreimetal Limitada (autopeças, bronzinas e buchas de fabricação bi e trimetálica), Eletro Aço Altona S.A. (peças de aço fundido, laminados de ferro e aço, ferramentas, etc.), Oficina Otte & Cia. Ltda. (engrenagens, eixos, coroas de aços especiais para tratores, caminhões e máquinas industriais), Remex S.A. (bronzinas, buchas para bielas e buchas para comando de válvulas), Elektromotoren Jaraguá (motores, reatores, etc.), Mold Motores S.A. (motores marítimos e estacionários a explosão), Stoll & Irmãos (motores marítimos de centro, de dois tempos).

A exposição inclui também stands das principais indústrias de felpudos e tecelagem do Vale do Itajaí, como a Indústria Têxtil Companhia Hering, que produz camisas, camisetas e demais artefatos de malha, a Artex S.A. e a Empresa Industrial Garcia, fabricantes de toalhas de banho, roupa e mesa, roupa de cama e outros artigos felpudos, a Malharia Juriti, a Malharia Itoupava S.A., a Malharia Majou e a Malharia Radunz.

No setor de louças e cristais, chamam atenção os stands da Porcelana Condessa, Porcelana Schmidt S.A. e Cristais Hering S.A.

Encontram-se expostos ainda os produtos de fábricas de móveis, doces



A Rainha da Cerveja toma banho na feira fazendo propaganda dos felpudos

e chocolates, laticínios, tecidos de diversos tipos, instrumentos musicais, equipamento hospitalar e odontológico, artigos médico-farmacêuticos, calçados, roupas feitas, plásticos, máquinas de lavar roupa, portas e janelas, tintas, vernizes e esmaltes, bebidas e refrigerantes, adubos e inseticidas, artigos elétricos, tacos, lambris e parquetes, sabões, sabonetes e artigos de perfumaria, geladeiras, relógios, etc.

Pelo cuidado com que foi organizada, a FAMOSC rivaliza com as melhores exposições do gênero realizadas no País. Calcula-se que os expositores gastaram cerca de 50 milhões de cruzeiros com aluguel e decoração dos stands, alguns dos quais apresentam peças originais emprestadas por colecionadores de objetos de arte. É o caso, por exemplo, da Empresa Industrial Garcia, que colocou em lugar destacado de seu stand um lampião a gás do século XIX, do tipo utilizado no castelo da proa dos navios da época.

A Tecelagem Cremer contratou a Rainha da Cerveja de Blumenau, Dagmar Schmidt, para tomar banho de maíó na feira quatro vezes por semana, num box armado dentro do stand. Depois do banho, Dagmar demonstra a beleza e a qualidade das toalhas e felpudos daquela indústria.

Além de Dagmar, dezenas de moças do Vale do Itajaí enfeitam o recinto da FAMOSC, trabalhando como recepcionistas e demonstradoras, das 9 às 23 horas.

Segundo a coza (Comissão Organizadora de Exposições de Blumenau), mais de 10 mil pessoas visitaram a exposição no dia da inauguração, e no segundo dia chegaram a Blumenau com visitantes dezois ônibus de Joinville, sete de Brusque e mais dez de outras cidades.

Os organizadores esperam que mais de 100 mil pessoas visitem a FAMOSC até o encerramento, sendo que cerca de 40 mil deverão vir de fora.

Essa expectativa de grande afluência de visitantes colocou a indústria turística do Vale do Itajaí em verdadeiro estado de mobilização. Os doze hotéis (entre os quais um — o Grande Hotel — é considerado de categoria internacional) e os 45 restaurantes e churrascarias estiveram lotados no dia da inauguração, e esperavam ampliar consideravelmente seus negócios nos dias seguintes. Para tanto contavam não só com o êxito da exposição mas também com a permanente atração turística que Blumenau e todo o Vale do Itajaí exercem sobre o resto do País.

Embora tenha entrado num processo de "brasileirização" desde a eclosão da II Guerra Mundial, Blumenau guarda ainda sinais da colonização germânica. Na Rua XV de Novembro, sua artéria principal, encontram-se ainda muitas edificações que fazem lembrar diferentes regiões da Alemanha. Contudo, é nos bairros residenciais e na estrada asfaltada que a liga a Itajaí que a presença da Alemanha é mais marcante.

Blumenau é considerada pelos turistas que visitam Santa Catarina como a melhor cidade do Estado. Sua população é de 80 mil habitantes e a receita municipal atingiu no ano passado 903 milhões e 600 mil cruzeiros. Conta com 480 fábricas, setecentas casas comerciais e 20 mil operários.

Todavia, a disputa entre Blumenau e Joinvile pela liderança no Estado é antiga e permanente. Ambas praticamente se equivalem em potencial industrial e, somadas, representam o grosso da produção do Estado. Foi por isso que resolveram associar-se na promoção da FAMOSC.

A feira foi oficializada em maio de 1957 e realizou-se pela primeira vez em Joinvile, com 67 expositores, de 8 a 30 de novembro de 1958. A II FAMOSC, com 83 expositores, também se realizou em Joinvile, de 11 a 20 de novembro de 1960. Logo após, as associações comerciais e industriais das duas cidades firmaram acordo pelo qual a feira se realizaria de dois em dois anos, alternadamente em Blumenau e Joinvile. Contudo, Blumenau não pôde realizar a III FAMOSC em 1962, e em 1963 a exposição foi promovida por Joinvile.

Com a construção de seu pavilhão de feiras, Blumenau pôde finalmente organizar este ano a IV FAMOSC e, segundo comentário que circulava no dia da inauguração, alguns empresários de Joinvile já haviam declarado que construiriam um pavilhão ainda maior em sua cidade para a V FAMOSC, a realizar-se em 1967.

Vai viajar para o Panamá?

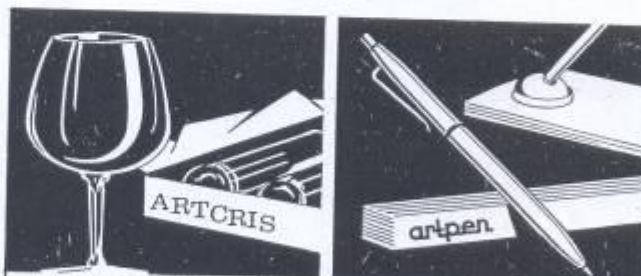
Conheça Jungle Jim Price no Panamá Hilton



O gerente do hotel, Sr. John Berthelot, terá o máximo prazer em apresentar-lhe o explorador Jungle Jim Price, cuja agência se encontra no vestibulo principal. Jim o levará de avião até a selva, onde poderá caçar onças e jaguares. Você estará de volta em tempo para um excelente jantar no Salão De Lesseps. O hotel é um paraíso, com ar condicionado, jardins tropicais, quadras de tênis e uma piscina rodeada de palmeiras.

El Panamá Hilton

Viaje para o exterior
— gozando o conforto que lhe
oferecem os Hotéis Hilton



uns preferem cristais

...outros, canetas

mas seja qual fôr o presente,
Você encontrará a coleção
mais completa de novidades

nos

BRINDES artpen

um produto ARTUR EBERHARDT S. A.

SÃO PAULO - Tel.: 7-5720 • RIO - Tel.: 42-2357 • P. ALEGRE - Tel.: 6179
BELO HORIZONTE - Tel.: 2-1393 • RECIFE - Tel.: 4-0740-4-5517 - 4-2328



**Agora
também no Sul!**
...fazendo bons amigos,
com bons serviços!



Ultrapar - 11484

CURITIBA
FILIAL: Av. João Pessoa, 68 - Ed. Tijucas, Loja 17
PÓRTO ALEGRE
FILIAL: Rua dos Andradas, 1231

Faltava o Sul, diziam os nossos clientes. Pois agora aí estamos! Paraná e Rio Grande do Sul já fazem parte, também, da nossa rede de 68 Departamentos distribuídos pelos 9 principais Estados do país. Estamos crescendo, abrindo Filiais e Agências de ponta a ponta, porque o Brasil não pára de se desenvolver... e onde estejam os seus interesses nos queremos servi-lo no local!

BANCO IRMÃOS GUIMARÃES S. A.

Capital e Reservas: mais de NCr\$ 22.000.000,00

RIO GRANDE DO SUL - PARANÁ - S. PAULO - GUANABARA - ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MINAS GERAIS - BAHIA - PERNAMBUCO

D.17, VISÃO 14 de Novembro 1967

PARANÁ REALIDADE, junho 1968, nº 10 p. 301

Por que a TV Paranaense é a mais familiarizada por todos os lares do Paraná e Sta. Catarina?

Porque...

...a TV PARANAENSE é a pioneira de toda a região sul do Brasil. (Completamos em outubro 7 anos de ótima familiaridade com o povo do Paraná e Sta. Catarina.)

Porque...

...é a única que apresenta uma seleção de "vídeo-tapes" dos melhores programas gravados por todas as telemissoras do Brasil.

Porque...

...além de primorosa programação de "horário nobre", somos a TV que mais se preocupa com as crianças. (I.E. também, e Canal 12 é o único que apresenta "tapes" dos melhores encontros futebolísticos realizados em S. Paulo, Rio e Porto Alegre, além dos jogos do Paraná.)

Porque...

...enfim, já é uma tradição o seletor estar no 12

Por estas e outras razões, a TV PARANAENSE é a que goza de maior intimidade em todos os lares paranaenses e catarinenses. Já é costume deles estarem diariamente conosco. Orgulhamo-nos dessa acolhida carinhosa e, por isso, estamos sempre preocupados em continuar apresentando o que de melhor se faz em televisão. (Quem quiser falar a esses dois Estados - o maior mercado consumidor do sul do país - fale melhor por nosso Intermediário.)



TV PARANAENSE TV

ESTÚDIOS À RUA EMILIANO PERRETA, 108 - CAIXA POSTAL 471 - FONE 4-5122 - CURITIBA - PR



AULAS

TV Cultura avisa: é hora de aula

Audiência

CEM MIL LARGAM AS NOVELAS

Quem afirma é o IBOPE: a programação exclusivamente cultural das primeiras duas semanas da TV Cultura de São Paulo conseguiu conquistar mais de 100 000 telespectadores, que antes da nova emissora seguiam fielmente novelas e shows da TV comercial. Numa competição que, segundo as previsões gerais, seria "uma aventura suicida", a TV Cultura transmite seus programas-aulas, filmes, documentários, debates, reportagens exatamente na hora (entre 19h30 e 22h30) em que a TV apresenta seus maiores cartazes. O resultado, porém, surpreendeu. O número de televisores desligados diminuiu e até uma novela — "Era Preciso Voltar", TV Bandeirantes — já experimentou a derrota diante de uma reportagem sobre a história do cinema (os heróis de capa e espada, até Errol Flynn) apresentada pela TV Cultura. Mas a grande atração do novo canal é o seu Curso de Madureza, que transforma a cidade de São Paulo e mais dez municípios da redondeza na maior sala de aula da América Latina, tendo-se esgotado a edição dos 100 000 primeiros fascículos semanais para acompanhar o curso, editados pela Abril Cultural e vendidos nas bancas de jornais. A TV Cultura ainda está sem críticas — os jornais até agora só elogiaram — mas os telespectadores já se encarregam de apontar erros e falhas. Reclamam da monotonia de algumas aulas (a novela "O Feijão e o Sonho", do curso de Português, não faz sucesso) e de palavras consideradas difíceis de outras. A popularidade da nova emissora pôde ser realmente testada no fim de semana: a sugestão de um domingo em Piracicaba (SP), com indicação de linhas de ônibus e atrações, levou tanta gente a fazer o passeio, que centenas de cidades começaram a pedir uma indicação. O

2/7/69

Interestadual

O DESAFIO DOS SULISTAS

A partir do dia 19 de julho, o Governador de Santa Catarina vai ter uma despesa a menos: quando quiser dirigir-se aos catarinenses através da TV, não precisará mais viajar a Pôrto Alegre e Curitiba, capitais vizinhas, para falar pelas emissoras locais de televisão, cujo alcance divide ao meio o seu Estado. Bastará ir a Blumenau, a segunda cidade do Estado, que se prepara para inaugurar a primeira emissora catarinense: a TV Coligadas. Segundo o advogado Wilson Freitas Metro, presidente da nova TV, será o grande dia para Santa Catarina, cujos líderes não suportam mais o domínio das televisões gaúchas e paranaenses sobre o público catarinense. Especialmente às quintas-feiras, dia do programa "O Grande Desafio", quando as TVs de Pôrto Alegre e Curitiba dividem o vídeo ao meio e transmitem simultaneamente, através do sistema de microondas da Embratel, uma série de pequenas disputas culturais e esportivas. "E nós ficamos imprensados entre os dois", protestam os catarinenses. Com a nova emissora de televisão de Blumenau, seus organizadores fazem também um grande negócio — gastando 1,5 milhão de cruzeiros novos, atingem uma área com uma população de 500 000 habitantes com 12 000 aparelhos receptores de TV instalados.

Uma divisão completa — Para Santa Catarina, gaúchos e paranaenses representam uma espécie de "imperialistas" e o jornalista Nicolas Fedrizzi, de Blumenau, conta uma série de fatos que demonstram essa preocupação dos catarinenses. "Todas as noites, de Florianópolis para o sul, assiste-se às transmissões de Pôrto Alegre. De Florianópolis para o norte, vêem-se as emissoras de Curitiba. Resultado: no programa 'O Grande Desafio', os catarinenses do Sul torcem pelos gaúchos, os do Norte torcem pelos paranaenses". As maiores torcidas locais de futebol são Grêmio ou Internacional, clubes de Pôrto Alegre. E, quando a indústria gaúcha Renner lançou uma roupa da linha "Lord Ascot" e fez grande promoção através da TV de Pôrto Alegre, os moradores de Criciúma (centro carbonífero do Sul de Santa Catarina) procuravam as lojas da cidade exigindo a roupa anunciada: "Como não tem, se eu mesmo vi o anúncio na televisão?" Entretanto, e pelo menos na sua fase inicial, a nova TV de Blumenau não livrará os catarinenses de influências (só haverá, como programação própria, um telejornal diário, o resto será vídeo-tape) nem da necessidade de ouvir Pôrto Alegre e Curitiba: como Blumenau não está no tronco de microondas da Embratel, a TV local não poderá transmitir na hora os jogos da Copa do Mundo. Na opinião dos gaúchos, com relação ao "Grande Desafio", os catarinenses não devem ficar tristes por não estarem na disputa: "No Rio e São Paulo, cariocas e paulistas também invejaram e resolveram copiar a idéia e fazer um programa igual". O



O gaúcho pergunta, a paranaense responde e os catarinenses apenas assistem

61

Revista VEJA nº 43, 02/07/1969, p. 61

ninguem
admite
meia
solução



Rotaprint

IMPRESSORA
OFFSET
ALEMÁ

é a solução ideal

para produzir qualquer impresso:

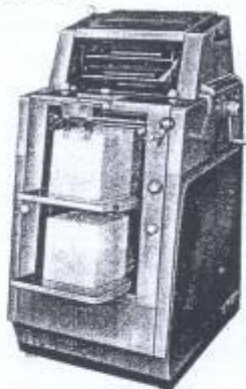
DA SIMPLES CARTA-CIRCULAR

AO COMPLEXO FOLHETO MULTICOR

Centenas de clientes satisfeitos atestam a versatilidade e o fácil manejo das impressoras ROTAPRINT. Entre os modelos há um para suas necessidades.

- QUALIDADE
- ECONOMIA
- RAPIDEZ

ASSISTÊNCIA PERMANENTE



DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS NO BRASIL

Rodolfo Fierz & Cia. Ltda.

SÃO PAULO: RUA DA CONSOLAÇÃO, 301 - CX. P. 2061 - TEL. 256-9722
RIO DE JANEIRO: AV. PRES. WILSON, 198 - 4.º - CX. P. 1872 - TEL. 232-6266

TEMOS VAGAS PARA REPRESENTANTES EM ALGUMAS CAPITAIS

Enviámos à laboriosa equipe desta seção efusivos cumprimentos pelo valioso trabalho que mais uma vez apresentaram.

Considerando a repercussão da publicidade, achamos muito oportuna a inovação introduzida pelos pesquisadores, confirmando junto às empresas os elementos colhidos.

Lamentamos, entretanto, o ocorrido com os dados desta Companhia, pois, como poderão verificar na pág. 248, figuram duas vezes com valores diferentes nos itens 10 e 51 da mesma.

Os números corretos são os constantes do item 10, pois os do 51 se referem ao ano anterior.

Gostaríamos que V.S.^{as} fizessem o reparo necessário.

São Paulo, SP

NILTON GOMES
Diretor-financeiro da
Redutores Transmótica S.A.

Es para nosotros una enorme satisfacción — muy poco común, por cierto — poder felicitarlos por la brillante tarea periodística, editorial y publicitaria que han logrado con vuestra edición *Visão* del 29 agosto 69, "Quem é quem".

Como agência americana (argentina), nos sentimos orgullosos de vuestro esfuerzo, sin precedentes, por el modernismo del lenguaje periodístico, el cuidado de los layouts publicitarios y la honestidad profesional de la información.

Sinceramente, es nuestro mayor deseo poder colaborar en un futuro con vuestra valiosa obra empresarial y cultural.

Buenos Aires, Argentina

JUAN CARLOS PESCHINSKY
Diretor da *Raditux Publicidad*

Santa Catarina

Falar de Santa Catarina parece que soa bem, as paisagens cobertas com tapetes verdejantes, povo acolhedor, etc. Tudo isso se quisermos falar pelo lado poético.

Abrimos as cortinas e vemos que atrás de tudo isso não encontramos nada, a não ser atraso e miséria em pauta. Aliás, a carta do Padre Mansueto Tréss me incentivou a respondê-la, querendo frisar os problemas ainda mais, além de citar outros.

Nas férias de julho passei pelos vales do Peixe e Uruguai. Como sou estudante de agronomia e oriundo do município de Itapiranga, situado no vale do Uruguai, analisei o progresso e o desenvolvimento sob o meu ponto de vista. Progresso, nota zero. Aliás, o progresso ainda não atingiu o Estado, exceto duas ou três cidades. Iniciativa não há por parte de ninguém. As estradas parece que foram sulcadas pelas intempéries e entregues às mes-



reuniões
de grupos
e
convenções

HOTEL JEQUITÍ-MAR

na maravilhosa
PRAIA PERNAMBUCO
em GUARUJÁ



Um conjunto turístico completo
de renome internacional

Reservas na Loja CRISTAIS PRADO
rua Augusta, 2487-São Paulo
tel: 80-3695

*Se o seu público
é constituído
por homens
ocupados mas
atualizados ...*

anuncie em

visão

— a revista dos homens
bem informados

mas. E as condições de ensino? ... Tudo parece que está entregue ao destino. Não há ânimo. Não há nada. É simplesmente lastimável.

Analisemos as regiões acima citadas. São essencialmente agrícolas. O minifúndio mal produz para o seu consumo. Então, vender o quê? Se tem, a que preço?

Muitos criticam que o minifúndio não traz progresso. Nos países da Europa só existem minifúndios e no entanto eles nem sabem para onde exportar. É só saber trabalhar. Bastaria o Governo contratar uns especialistas para analisar quais as culturas favoráveis para cada região, dar apoio financeiro e garantir bom preço ao produto.

Acredito que a cultura ideal para os vales do Peixe e Uruguai seria a fruticultura. Por que não incentivá-la? Por que não industrializar o produto? Seria uma boa fonte de divisas para essas localidades.

As autoridades governamentais se queixam de que não há dinheiro. E os impostos? Discursos, recepções, não resolvem. Precisa ação.

O Padre Mansueto Tréss deveria, se possível, publicar um artigo, com dados reais do Estado, que atinja os meios políticos e estes refletissem e tomassem atitudes.

Precisamos melhorar para termos o Estado melhor.

Botucatu, sp

ANÁRIO JAEHN

Biblioteca "Sátul"

A Biblioteca "Sátul", de Brasília, vem agradecer a V.S.^a pela remessa regular de sua valiosíssima e excelente revista, oferecida gratuitamente aos nossos leitores e a nossa instituição.

Sendo que o Sr. Diretor da Biblioteca estava viajando, esse é o motivo pelo qual a nossa carta de agradecimento chegou bastante atrasada em suas mãos.

Brasília, DF

PROF. DUMITRU PAULESCU

Tcheco-Eslováquia

Assinante dessa maravilhosa revista, acompanho, dentro de minhas limitadas possibilidades interpretativas, o desenrolar dos acontecimentos verificados no mundo inteiro.

Isto pôsto, mesmo um pouco atrasado, quero referir-me à carta do leitor Sr. Antônio Clarét Maciel dos Santos, de São Paulo, publicada na edição de 28-3-69, em que pretendeu contrariar o ponto de vista desse veículo informativo a propósito do assunto ventilado às páginas 20/22 de Visão de 14-2-69, inteligentemente denominado "Crise tcheca é muito mais uma crise russa". Preliminarmente, transmita, por

fineza, meus parabéns ao autor da reportagem.

Diz o missivista que "não podemos alinhar a atitude da uss de invasão", uma vez que "se as tropas soviéticas interferiram é porque existe entre os dois países um pacto". Ao que parece, desejou ele invocar o Pacto de Varsóvia ou o COMECON (Conselho de Auxílio Econômico Mútuo). Segundo ele, a doutrina socialista sofrera terrível ameaça simplesmente pelo fato de a Tcheco-Eslováquia tentar tornar sua sociedade mais aberta, ou melhor, modernizar seu sistema político, conferindo-lhe caráter mais humano, sem, todavia, afastar-se da orientação marxista-leninista.

A Rússia, Camarada Clarét, também persegue tal objetivo. Se ela ainda não se manifestou totalmente é porque, no meu modesto entender, vem sendo severa e constantemente criticada pelo violentíssimo Mao Tsé-tung, o Presidente chinês. Suas perguntas: "Que fazem os americanos no Vietnã do Sul? Na nossa Amazônia? não têm sentido autêntico. Se estiverem errados, não sei, não são, por isso, responsáveis pelo gesto russo. A Tcheco-Eslováquia, meu prezado, surgiu do desmantelamento de um império — o austro-húngaro —, depois da guerra de 1914/18, e continua lutando por melhores dias. Livrou-se, naturalmente, do império tradicional. Em consequência, procurando formar um socialismo com liberdade, decidiu seguir a cartilha soviética... e entrou pelo cano... continuando na humilhante condição de colônia, pois não pode realizar suas aspirações nacionalistas. Finalizando, perguntaria ao Camarada Clarét, por que Alexander Dubcek ficou ao lado do povo tcheco? Teria ele esquecido o Pacto? Ou será que a Rússia não estava bastante documentada para adotar tal medida? Catolé do Rocha, rs

ANTÔNIO ARAÚJO DE FRANÇA

Assinaturas

Departamento de Assinaturas: Gerente: Pedro Louzada. Subgerente: Walter Richetti. Rua Sete de Abril, 343 — 4.º andar — Fone 33-4184. Representantes em FORTALEZA: José Rangel de Lima - Rua Major Facundes, 286, sala 305, fone 1-4900; em SALVADOR: Salomão Partol - Rua Comendador Bastos, 35; em PORTO ALEGRE: Cláudio Lima da Silva - Rua Andaraes, 1.137, 16.º andar, sala 1.212; em CURITIBA: Lázaro de Mello Guides - Rua Baço do São Branco, 82, 13.º andar, conjunto 1.301, fone 4-9411, ramal 253; em NATAL: Espedito Mendes de Resende - Rua Frei Miguelinho, 129; 1.º andar, sala 104, fone 1250; RIO DE JANEIRO: Luiz Netti. Gerente: Ernesto Labianca - Av. General Justa, 275, entrada B, 3.º andar, fone: 52-5747. Preços de assinaturas: Por 1 ano: NC\$ 40,00; 2 anos: NC\$ 60,00; 3 anos: NC\$ 90,00. Ao fazer uma assinatura envie do remetedor o cartão de identidade por nós fornecido. Assinaturas para o Exterior: EUA: via aérea, US\$ 21,00; via marítima, US\$ 12,00. EUROPA: via aérea, US\$ 24,00; via marítima, US\$ 15,00.

nomia sólida, já houve em 1929 uma catástrofe social, causada pelo craque da Bolsa, dando origem a milhares de falências e desempregos, além da ruína de quem havia investido todas as suas poupanças em ações.

Seria muito benéfico aos leitores de *Visão* se V.S.^{as} publicassem um artigo de esclarecimento a respeito, explicando por que é difícil isso acontecer em nosso país, se fôr o caso, ou alertar as pessoas que confiam na propaganda que tem sido feita. Enfim, abordar o assunto com as opiniões competentes dos redatores dessa apreciada revista.

Belo Horizonte, MG

LUÍZ MORAN

Térmos estrangeiros

Como leitor assíduo de *Visão*, aprecio sobremaneira os artigos e conceitos emitidos por esta revista, principalmente no que concerne à diversificação, profundidade e inteligência com que são abordados.

No entanto, tenho uma sugestão que certamente irá beneficiar o imenso público não-especializado, leitor de *Visão*.

Tenho observado no contexto da revista numerosos termos estrangeiros, de difícil compreensão, introduzidos nos artigos por falta de termos equivalentes na língua portuguesa. Isto cria dificuldades de leitura para aqueles que não têm vivência do assunto, que não atinam com o significado de termos como *layout*, *marketing*, *know-how*, *underwriting*, para citar alguns exemplos.

Por este motivo, sugeriria aos senhores que editassem uma espécie de glossário destes termos em um suplemento especial, que viria junto com um dos números da revista.

São José dos Campos, SP

EDUARDO RODRIGUES DA CRUZ

Açominas

Louvamos a oportunidade do artigo sobre a Brassider, face à importância do anunciado *holding* para a economia nacional, publicado à página 48 da edição de 17 de janeiro último.

Aproveitamos o ensejo para salientar também a precisão do artigo. Foi justamente essa precisão que nos causou surpresa pela omissão do projeto da Açominas, quando foi abordado o "ritmo conveniente" para a instalação das novas usinas. Não acreditamos que houve má-fé do redator. Todavia, como mineiro, não posso deixar passar sem um protesto essa omissão, ainda mais quando se sabe que o projeto da Açominas está incluído no capítulo das novas usinas, ao lado da Cosigua e

Tubarão, enquanto que outras não consideradas pelo Plano Siderúrgico Nacional são citadas pela reportagem de *Visão*.

Estudos de técnicos idôneos já mostram que a usina do vale do Paraopeba (Açominas) pode acusar menor custo de produção do que as anunciadas para o litoral. Estas poderiam ser consideradas usinas artificiais, face à realidade brasileira. As usinas localizadas junto às fontes de matérias-primas deveriam merecer o incentivo prioritário dos órgãos competentes federais, particularmente o SINDS.

Estranhamos também que o Instituto Brasileiro de Siderurgia, ao criar sua Comissão de Economia, tenha deixado de incluir um siderurgista de Minas Gerais, diante da projeção do parque siderúrgico mineiro no panorama industrial do Brasil.

Belo Horizonte, MG

HÉLCIO SANTOS CAMBRAIA

Santa Catarina

Feriu profundamente meu orgulho de catarinense a leitura de duas cartas publicadas nessa prestigiosa revista (29-8-69 e 7-11-69), onde na primeira o Padre Mansueto Tress faz críticas com palavras bastante indevidas (nada próprias de uma pessoa culta), atacando a terra que lhe abriga e a sua população.

Algo deve tê-lo ferido profundamente, para jogar-se cegamente e com palavras inverídicas contra tudo e contra todos.

Já o estudante de Botucatu (*Visão*, 7-11-69), ao se solidarizar com o primeiro, tenho certeza, nada conhece, ou nada quer conhecer, de nosso Estado.

Diz ele que em nosso Estado só há atraso e miséria.

Esqueço que Santa Catarina está pondo em prática um sistema de ensino, pioneiro no Brasil, dos mais modernos e eficazes conhecidos até hoje, servindo de modelo a outros Estados, inclusive a outros países.

Santa Catarina é o Estado que ocupa um dos primeiros lugares no sistema educacional brasileiro (ver relatório do Ministério de Educação).

Possuímos uma universidade-modélica e mais bem equipada do Brasil.

No setor econômico não estamos tão mal como dizem.

A industrialização não atingiu somente duas ou três cidades. Temos na região serrana de Lajes as maiores fábricas de papel e papelão do Brasil.

E o Estado maior produtor de madeira. Temos o vale do Itajaí, altamente industrializado. O Sul, com uma agricultura diversificada. Realmente impere o minifúndio, porém totalmente aproveitado, e com o apoio maciço recebido da Secretaria da Agricultura

ra nada ficamos a desejar de outros Estados.

Sua zona rural é quase que totalmente eletrificada, ocupando um dos primeiros lugares.

Damo-nos o luxo de produzir energia elétrica para suprir um grande parque fabril em ascensão e ainda fornecer energia para São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Está localizada em Tubarão (Sul de Santa Catarina) a maior usina termelétrica do Brasil e em construção uma outra unidade. É nosso Estado o único produtor de carvão siderúrgico do Brasil.

Diz que as autoridades governamentais se queixam de que não há dinheiro. Desejo cientificá-lo de que para orgulho dos catarinenses foi criado o Fundesc (Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina). É o Estado pioneiro e que se dá o luxo de dispensar 10% do ICM para que seja aplicado em novas indústrias e ampliação das atuais. É um sistema de incentivos fiscais pioneiro e que já está sendo copiado por outros Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, etc.)

Em vias de comunicações, ocupamos o segundo lugar em densidade.

Temos 1.425 km de estradas de ferro e 31.180 km de estradas de rodagem (relatório do Ministério dos Transportes).

Portanto, poderão verificar que Santa Catarina não é o que pintaram os missivistas.

Poderia escrever páginas e mais páginas, mas não quero me alongar mais.

Nós, catarinenses, estamos de braços abertos para recebê-los, onde poderão verificar in loco o que afirmei.

Solicito à *Visão* o obséquio de publicar esta carta, a fim de que os que não conhecem Santa Catarina não fiquem com esta péssima imagem.

Tubarão, SC

JAIR FRECCIA

Assinaturas

Departamento de Assinaturas: Sorrento: Pedro Louzada. Subgerente: Walter Richetti. Rua Sete de Abril, 245 — 4.º andar — Fone 37-7542. Representações: em FORTALEZA: José Ramalho de Lima - Rua Major Facundo, 286, sala 305, fone 1-4800; em SALVADOR: Salomão Portual - Rua Condeador Souto, 33; em PORTO ALEGRE: Cláudio Lima de Avila - Rua Andrômeda, 1.137, 16.º andar, sala 1.815; em CURITIBA: Leôncio de Mello Góes - Rua Barão do Rio Branco, 63, 12.º andar, conjunto 1.301, fone 4-8411, caixa 283; em NATAL: Expedito Mendes de Azevedo - Rua Frei Miguelino, 125, 1.º andar, sala 104, fone 1250; em LONDRINA: Dávid Luppi - Rua Guaporé, 293, fone 2-3304; em BELO HORIZONTE: Inocência Gil Nunes - Avenida Amazonas, 451, sala 417, fone 4-7732. RIO DE JANEIRO: Luiz Nardi. Gerente: Ernesto Lubiano - Av. General Justo, 275, entrada 9, 8.º andar, fone 252-5747. Preços de assinatura: Por 1 ano: NR\$ 40,00; 3 anos: NR\$ 60,00; 3 anos: NR\$ 80,00. Ao fazer uma assinatura envie do vendedor o cartão de identidade por nós fornecido. Assinaturas para o exterior: via aérea com registro, US\$ 25,00; via marítima, US\$ 15,00.

TEATRO, DANÇA, MÚSICA, ESCULTURA E UM PARQUE AO SEU REDOR.

Sómente no Caracas Hilton. O novo edifício do Caracas Hilton com 16 andares, é parte do centro cultural Simon Bolívar. Está situado perto da Autopesta, e sómente a 30 minutos do Aeroporto de Maiquetia. Você pode sair a negócios ou a passeio, e em poucos minutos voltar para um cocktail no Lá Ronda Bar e contemplar o magnífico Parque Mahogany. Ou então voltar ao seu quarto equipado com ar-condicionado e preparar-se para um pulo na piscina. A noite vá jantar e dançar no nosso Roof Supper Club de onde poderá admirar a magnífica Caracas e seus pés.

Se estiver em Caracas a negócios, você gostará de ver a nossa eficiência em organizar convenções e reuniões.

CARACAS HILTON

VISÃO em Heidelberg

Sirvo-me da presente para agradecer a V.S.^a o pronto atendimento ao nosso pedido de uma assinatura gratuita da Revista Visão.

Desde outubro último, e sem solução de continuidade, estamos recebendo o periódico que vem despertando o mais vivo interesse em nosso meio estudantil e docente.

Preenche-se assim em nosso Departamento uma velha lacuna no setor do noticiário e comentário econômico-político concernente à atualidade brasileira.

Tomei a liberdade de registrar o fato em meu último relatório de atividade do Lectorado enviado à Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores.

Heidelberg, Alemanha
OTTO ERICH WALTER MAAS
Departamento Luso-Brasileiro da
Universidade de Heidelberg

Ensino vocacional

Tôda a minha família é admiradora da Professora Maria Nilda Mascellani. Consideramos maravilhosa tanto sua dedicação como sua obra. Mas a verdade é que, com sua vontade ou contra ela, parece que alguém, ou algumas pessoas, dentro do Ginásio Vocacional do Brooklin, quase fez dele um instrumento puramente político de agitação.

O que se pretendia, segundo entendi nas reuniões de pais e mestres, era fazer com que o vocacional servisse de "modelo" para outros colégios, nas famosas passeatas de apoio à república do crusp e aos "esquemas" da Rua Maria Antônia, bem traçados por alguns professores "esclarecidos" (leia-se, aquilo que se sabe) e por dois ou três deputados, *idem, idem*.

É lamentável o modo como as autoridades policiais interferiram no vocacional em seguida àqueles fatos. Mas precisamos considerar: essas autoridades tinham outra alternativa?
São Paulo, SP

OSWALDO CHIQUETTO

Brasil 70

Com a atenção e o prazer de sempre, acabo de ler o número de Visão correspondente ao mês de fevereiro, especialmente dedicado ao "Brasil na década de 70". Tanto maior foi esse prazer, quanto a leitura me ensejou a oportunidade de apreciar um documentário bem planejado e executado com eméno sobre a realidade brasileira e as possibilidades futuras do desenvolvimento nacional, através de conceitos e opiniões valiosas de figuras altamen-

te representativas do nosso mundo político, social e econômico.

Felicitoo em nome da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo pelo êxito desta edição.
São Paulo, SP

JOSÉ PAPA JÚNIOR
Presidente da Federação do Comércio
do Estado de São Paulo

Desejamos agradecer a Visão a remessa de "Brasil na década de 70", transmitindo ao mesmo tempo a V.S.^a e sua equipe os nossos parabéns pelo trabalho.

Lemos com atenção e sentimos o cuidado e a seriedade como o mesmo foi realizado. Do corajoso editorial aos modelos político e econômico.

Como profissionais, sentimos mais do que nunca a obrigação de nos aperfeiçoarmos cada vez mais, desenvolvendo no Brasil técnicas e metodologias próprias nas diversas áreas.

Cabe, porém, a cada técnico ou empresário, dentro do seu setor de atividade, não perder a noção de conjunto, a fim de que seu esforço represente parte de um todo no processo desenvolvimentista do país.

Nesse sentido, a presente edição é uma contribuição valiosa para os profissionais e homens de empresa.
São Paulo, SP

MARIA DO SOCORRO DIAS DA SILVA
Diretor-técnico da REPLAN

Venho, por meio desta, enviar-lhes os meus cumprimentos pelos artigos maravilhosos que têm publicado.

Mas o motivo que surgiu, para eu tomar a iniciativa de escrever-lhes, foi justamente a capa de uma de suas revistas: Visão de 14 de fevereiro.

Essa capa diz tudo o que um grande pintor procuraria para transmitir as impressões gerais do Brasil novo, Brasil 70!

Se fosse possível, eu, uma simples leitora dessa revista, os premiaria.
Garça, SP

MARIA LUIZA ZULIAN

Santa Catarina

Acabo de ler em sua conceituada Revista Visão de 28 de fevereiro a carta do Sr. Jaír Freccia, residente em Tubarão e meu conterrâneo.

O missivista se revoltou contra o Padre Mansueto Tress e contra um estudante de Botucatu, porque os mesmos, em cartas anteriores endereçadas a essa mesma revista, revelaram um pouco da real situação do Estado de Santa Catarina.

Inútil dizer que estou inteiramente a favor do sacerdote e do estudante. Convém saber que há duas Santa



DE CALCULOS CERTOS DEPENDEM AS DECISÕES!

A nova CONTEX-55 é uma calculadora elétrica que proporciona, de maneira rápida e segura, a base para importantes decisões.

CONTEX-55 realiza as quatro operações automaticamente. Na multiplicação e divisão, nem bem se afasta o dedo do teclado, já aparece o resultado completo nos visores especiais. O manéjo extremamente fácil permite a qualquer pessoa especializar-se em aritmética, em poucos minutos.

Uma vantagem extra, reside no preço razoável da máquina - tão razoável que somente este fato faz da CONTEX-55 uma inteligente inversão.

CONTEX-55

Rodolfo Fierz & Cia. Ltda.

MATRIZ - SÃO PAULO:
Rua da Consolação, 301 - Tel.: 256-9722
FILIAL - RIO DE JANEIRO:
Av. Pres. Wilson, 198 - 4.º - Tel.: 232-6266

Revendedores autorizados em muitas cidades.

CONTEX-55

- Divisão completamente automática
- Dois visores de grande capacidade
- Multiplicação simplificada
- Concepção racional
- Eficiente serviço com GARANTIA



Catarinas: a do litoral e a do Oeste da BR-2, esta, a Santa Catarina esquecida das autoridades do Governo do Estado, onde vive uma gente sofrida que há muito aguarda um Governo que faça por ela um pouco do que gozam os habitantes de Tubarão.

Se há um sistema de ensino pioneiro neste Estado, desconheço-o, e como eu a maioria dos catarinenses. O certo é que o Oeste catarinense não tem sequer professores primários e os poucos existentes são muito mal pagos e bastante desassistidos. Professor, por aqui, precisa ser herói.

Quanto ao sistema rodoviário, quem disser que Santa Catarina está bem servida é porque nunca saiu de Florianópolis ou de Tubarão para ir até Joaçaba, Videira, Caçador ou Chapecó. Quem viajar em tempo seco terá a respiração sufocada pela poeira, e aquele que viajar em tempo chuvoso estará vivendo uma de suas maiores aventuras.

E o telefone entre as cidades e vilas que a iniciativa particular havia criado? Em alguns lugares simplesmente desapareceu depois da emancipação pela crs.

Não nego que a eletrificação já atingiu a zona agrícola. Resta saber, agora, se o quilowatt-hora estará ao alcance dos pobres ou se os mesmos deverão contentar-se em ver as torres metálicas e os cabos de transmissão passando pelas suas terras.

Além disso, os litorâneos devem saber que o Funrural não funciona neste Estado e que o INPS só tem cobradores e não serviços, no interior do Estado. Sejam testemunhas do que afirmo todas os catarinenses que, para tratar da própria saúde, se dirigem para São Paulo, Curitiba ou Porto Alegre. O Oeste catarinense já esteve a ponto de querer anexar-se ao Sudeste do Paraná para formar o Estado de Nova Iguaçu e evitar o sistema de espoliação tributária desta região em benefício da zona litorânea.

Amo o meu Estado, e justamente por esse motivo prefiro ser realista a ser baírrista.
Chapecó, sc

LUZ ROBERTO BARICHELLO

Uno minha voz de catarinense à voz altaneira do Sr. Jair Freccia (Visão, 28-2-70), na refutação inarredável do que foi insinuado pelo malicioso estudante-agrônomo Anário, de Bitucetu (Visão, 7-11-69).

Prezado amigo Anário, deixe-me dizer a verdade. Você não sabe nada do seu e do nosso Estado. Ademais, que método é esse empregado por você, para vender idéias comunistas? Você passou as férias em Santa Catarina e constatou a pobreza e não-progresso in loco. Seu Anário, esse método



NOSSA SOLIDEZ É A SUA GARANTIA

- Letras de Câmbio
- Crédito Direto ao Consumidor

R

RIACHUELO S.A.
Crédito, Financiamento
e Investimentos

RIO DE JANEIRO
Av. Rio Branco, 147/19.º andar
Tels: 252-8701 e 252-7169
SÃO PAULO
Rua Barão de Itapetininga, 163/2.º
andar - Tels: 26-8178 e 36-8179

Capital e Reservas:
NCR\$ 3.783.121,98

Carta de Autorização n.º 137 de 27/8/82
Agente Financeiro do FINAME - Creden-
cial n.º 285, Agência Financeira n.º 20 de
Caixa Econômica Federal de S. Paulo

latino já caiu de moda até na missa. O homem culto de hoje deve falar por estatísticas, como bem provou o meu amigo, o Sr. Jair. Você passa por Santa Catarina e vê, como viajante delicado, a falta de estradas; como estudante de agronomia, descobre falhas no minifúndio desamparado; como irritado professor, dá nota zero em progresso ao Estado de Santa Catarina. Mas, Seu Anário, isso está tudo errado! Por favor, constate as estatísticas. Telefone ao Ministério dos Transportes, da Educação, ou que sei eu. Dados escritos, Seu Anário, com letra e tinta de tipografia, assinados com firma oficial e reconhecida. O que se vê na realidade não conta; as aparências enganam. Seu Anário, perdoe-me o tom sincero. E deixe-me dizer a última verdade. Enquanto houver denodados apoíetas como o meu amigo, o Sr. Jair, vão ser o esforço de todos os Anários. A imagem pioneira de Santa Catarina não será desmentida. Pittsburgh, PA, EUA

ALMIRO PINETA

"Feriu profundamente meu orgulho de catarinense a leitura de duas cartas publicadas nesta prestigiosa revista... Lindas palavras descritas pelo mui prezadíssimo co-estudano de Tubarão, sc, Jair Freccia.

Referiu-se, em primeiro lugar, à existência em nosso Estado de um sistema de ensino pioneiro no Brasil, dos mais modernos e eficazes conhecidos até hoje, servindo de modelo a outros Estados e inclusive a outros países. Evidentemente o Sr. Jair é um desconhecido profundo do problema da juventude estudantil catarinense, especificamente a que habita o Centro-Oeste do Estado. Para nós, a faculdade mais próxima a ser freqüentada dista 400 km, devendo optar por Lages, sc, ou Curitiba, pr, isso para as pessoas mais abastadas. Aos menos favorecidos resta apenas o direito de se formarem técnicos de contabilidade ou normalistas. E o que se observa é um acúmulo de contabilistas cada vez maior a perambular pelas ruas sem emprego fixo, ou trabalhando como balconista em alguma firma comercial de nossas cidades. Os que conseguem um emprego de "contabilista" recebem ordenado irrisório, devido à grande procura de serviço por parte dos demais contabilistas desempregados. Este é o quadro totalmente lamentável do "Sistema de Ensino Modelo" apregoado pelo Sr. Jair.

Refere-se ainda ele, no setor econômico, à industrialização em Lages, Itajaí, Joinville, Tubarão, etc., e às faculdades e universidades de Florianópolis, Blumenau, etc. Vejam os senhores: mencionou somente as cidades situadas no Sul, na serra e no li-

toral do Estado, parecendo desconhecer totalmente a existência do Centro-Oeste, onde a situação não é nada boa. Ou as cidades que, por infelicidade, se situam nesta região não pertencem ao Estado de Santa Catarina? Pertencem, sim, e com muito orgulho, por sinal. Diz ele que existem 31.180 km de estradas de rodagem. Correto. Mas estradas em condição de tráfego em qualquer tempo se reduzem, no máximo, a 50% deste total. Estradas asfaltadas são somente para deputados irem visitar seus parentes, cabos eleitorais e as praias nos fins-de-semana.

No Centro-Oeste, produtor por excelência de madeira, máquinas agrícolas, produtos agropastoris, produtos frigoríficos de marcas de renome, como, por exemplo, a Sadia, Confiança, Chapecó, conhecidos e consumidos em todo o Brasil, mais de 70% da população não conhece o asfalto; as estradas são de péssima qualidade, e nos dias de chuva quase que instintivamente os motoristas encostam os seus caminhões e ficam a ver "a banda passar", onerando daí o preço da mercadoria quando chega ao centro consumidor.

Convida ele todos para que visitem o nosso Estado, para mostrar *in loco* o que afirma. Mas cuidado para não virem ao Centro-Oeste em dias de chuva, pois ninguém sabe se retornarão com vida em seus veículos. O melhor seria a viagem de helicóptero, para percorrerem via aérea a nossa região.

Tenho quase certeza que o Sr. Jair desconhece totalmente a situação atual de nossa região, tão abandonada pelos poderes estaduais. Se talvez vier a conhecê-la, creio que certamente mudará de opinião sobre o nosso Estado, que, analisado com frieza e no todo, se encontra em condições lamentáveis. Joaçaba, sc

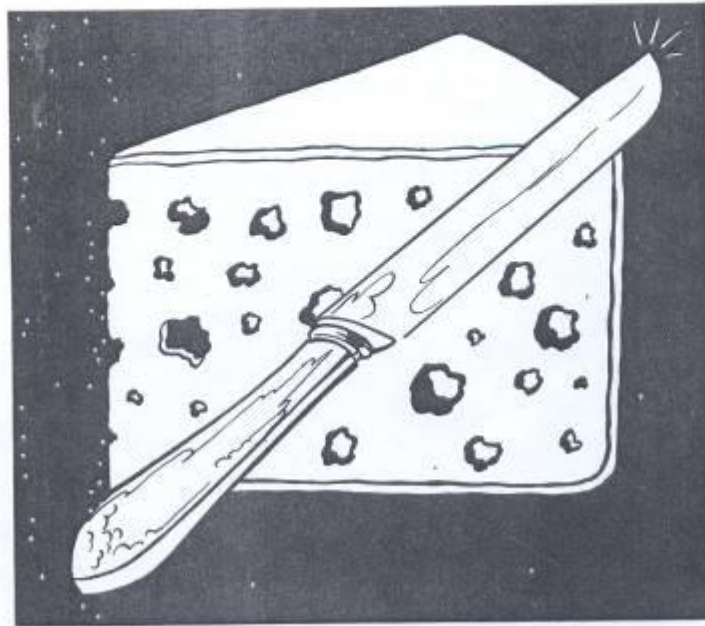
ARNO KEFFER

Assinaturas

Departamento de Assinaturas: Gerente: Pedro Louzada, Subgerente: Walter Richetti, Rua São de Abril, 345 — 4.º andar — Fone 37-7542. Representantes: em PORTALEZA: José Ramalho de Lima - Rua Major Facundo, 258, sala 305, fone 1-4600; em SALVADOR: Moritz Propaganda - Avenida 7 de Setembro, 180, sala 2, fone 3-7305; em RECIFE: José Rubens F. de A. Santos - Rua 7 de Setembro, 328, apt. 501; em BELÉM: João Marques - Travessa 7 de Setembro, 158, sala 7, fone 4301; em BRASÍLIA: Paulo César Bernardes — Representação, Assinamentos Pacheco Fernandes, Bloco 3, Casa 6, fone 42-1041; em PORTO ALEGRE: Cláudio Lima de Arlia - Rua Andradina, 1.137, 18.º andar, sala 1.815; em CURITIBA: Lázaro de Mello Góes - Rua Barão do Rio Branco, 63, 12.º andar, conjunto 1.301, fone 4-9411, ramal 203; em LONDRIA: Daulindo Luppi - Rua Suspeita, 293, fone 2-3304; em BELGORIZONTE: Inocêncio Gil Nunes - Avenida Amazonas, 491, sala 417, fone 4-7732. RIO DE JANEIRO: Gerente: Luiz Nardi, Ernesto Lubiano - Av. General Augusto, 275, entrada B, 8.º andar, fone: 252-5747. Preços de assinaturas: Por 1 ano: NCR\$ 80,00; 2 anos: NCR\$ 60,00; 3 anos: NCR\$ 80,00. Ao fazer uma assinatura envie do vendedor o cartão de identidade por nós fornecido. Assinaturas para o Exterior via aérea com registro, US\$ 25,00; via marítima, US\$ 15,00.

16 CARTAS

VISÃO, 25 DE ABRIL DE 1979



O MERCADO DE SANTA CATARINA É SEU:

A TV Coligadas, Canal 3, quando começou a operar, lhe oferecia grandes, amplas, sólidas perspectivas. Agora lhe oferece resultados. Seu nível de programação é a garantia de seu nível de audiência. E é esse nível de audiência, assegurado por potentes transmissores e 42 repetidoras, que lhe permite atingir mais de 80% da população catarinense. Sem contar os telespectadores do litoral do Paraná.

Já é excelente poder contar com um mercado de mais de 2 milhões de habitantes, de capacidade aquisitiva comprovadamente alta. Mas não vamos ficar por aí: novas repetidoras, já em instalação, vão nos assegurar a cobertura dos restantes 20% da população catarinense. Queremos lhe oferecer 100% de penetração. É isso que chamamos de canal competente.



BASTA UTILIZAR
O
CANAL COMPETENTE.

TV Coligadas/Canal 3

a emissora de integração catarinense - BLUMENAU - S.C.



Demanda total de café — 1963-69
Em mil sacas

Anos	Produção	Demanda total (*)	Saldo
1963/64	23.200	25.614	- 2.414
1964/65	8.300	19.943	-11.643
1965/66	37.000	24.953	+12.347
1966/67	19.000	24.516	- 5.716
1967/68	24.500	27.588	- 3.088
1968/69	17.000	27.889	-10.889
1969/70	20.600	28.000	- 7.400
Saldo do Período			-28.605

(*) Exportação e consumo interno
Fonte: IBC/DEC/DET

pequena quantidade, celulose, para abastecer principalmente indústrias paulistas. O crescimento do setor, portanto, depende diretamente do crescimento de indústrias de outros Estados, sobretudo do ramo papelero. Existem no Paraná 53 indústrias de pasta mecânica de papel, com capacidade total instalada de 60 mil toneladas anuais, embora sua produção esteja em torno de 35 a 40 mil toneladas por ano. O total da produção brasileira é de 90 mil toneladas.

Além de pasta mecânica, que constitui o principal ramo ligado à madeira, o Paraná possui doze indústrias de papel, seis das quais integradas à produção de celulose; mais cinco novas indústrias integradas à produção de pasta mecânica estão em instalação. A dimensão das indústrias de papel no Paraná varia entre 2,5 e 25 toneladas por dia, não incluindo as indústrias Klabin que, por sua ligação exclusiva com São Paulo, não são consideradas paranaenses. A capacidade instalada total dessas indústrias é de 47 mil toneladas por ano de papel, embora a produção efetiva seja de pouco mais de 26 mil toneladas.

Outra indústria de vocação é a de minerais não-metálicos, basicamente calcários e argilas, produtos considerados de boa qualidade, embora a produção do Estado seja pequena. O calcário do Paraná é, possivelmente, a maior reserva nacional do produto e, para explorá-lo, há duas grandes indústrias, uma em funcionamento, a Cimento Portland Rio Branco, e outra em instalação, do grupo Itaú — ambas no Norte de Curitiba.

Quanto aos produtores de argila, há no Paraná uma infinidade de pequenas empresas, familiares e artesanais, produzindo telhas, tijolos comuns e tijolos cerâmicos. As mais significativas são três grandes indústrias financiadas pelo BAPAR e dedicadas à industrialização de argilas brancas: Indústria Cerâmica do Paraná S.A. — Incepa, Porcelana Industrial do Paraná S.A. e Porcelana & Steatita. As três estão localizadas no município de Campo Largo. As indústrias de calcário e argila estão passando no Paraná por crescimento apreciável, em virtude do desenvolvimento que se verifica na indústria de construção civil.

Outro mineral não-metálico do Paraná é o chumbo, localizada nas regiões

de Adrianópolis e Cêro Azul, explorado pela empresa Plumbo. A produção paranaense é a segunda do país — 90 mil toneladas em 1968 — após a Bahia, com 230 mil toneladas.

SANTA CATARINA

Entre dois rumos

Santa Catarina é atravessado por duas setas que apontam em direções opostas e, por isso, o Estado sofre as angústias dessa contradição. Uma das setas — de natureza político-administrativa — aponta para o sul; a outra — econômica e empresarial — volta-se rumo norte.

Os industriais catarinenses (com exceção de indústrias pesadas como a Fundação Tupy, Cónsul, Metalúrgica Timbó e outras) estão certos de que seus produtos devem ser originais, marcados por especial criatividade. Caso contrário, não sobreviverão à concorrência dos paulistas e cariocas — em condições de produzir os mesmos itens em escala mais econômica, com matéria-prima mais barata (pois livre de custos de transporte) e mercado de consumo à porta.

Indústrias que surgiram e se desenvolveram em Santa Catarina têm fugido para o Norte: a Garcia e a Artes (as duas principais indústrias têxteis do Estado) já instalaram unidades de produção no Paraná, para gozar de uma proximidade maior dos centros consumidores, de incentivos especiais concedidos pelo Governo paranaense e de uma melhor estrutura nos campos da energia, dos transportes e das comunicações.

Dos três Estados do Sul, Santa Catarina é o mais carente de comunicações,

Santa Catarina

Área:	95.985 km ²
População:	2.915.000
Orçamento:	430.080.219 (despesa fixada)
Renda por setor:	agricultura 35%
	indústria 20%
	serviços 45%
Energia	
Capacidade instalada:	271.300 kw
Consumo:	657.493 mwh

transportes e comunicações. Com exceção de Blumenau — centro industrial do Vale do Itajaí —, que tem comunicação imediata com o Norte e o Sul, o resto está quase mergulhado em silêncio. Mesmo para falar com outras cidades catarinenses, a demora é de várias horas.

As duas principais estradas de Santa Catarina — a BR-101 e a BR-116 —, além de não estarem totalmente pavimentadas, drenam a economia catarinense: dirigem-se ambas para poderosos centros econômicos, reforçando a tendência à fuga do Estado mais fraco, comprimido entre duas economias absorventes. A BR-116 — Estrada do Planalto — é uma artéria — pela qual a produção sulina procura o Norte. Ao passar por Santa Catarina, recolhe seus produtos agropecuários.

Tornou-se inadiável a conclusão da BR-282, para que os catarinenses eliminem um dos principais pontos de estrangulamento no Estado. A rodovia permitirá novo impulso à agricultura e à indústria que depende de matéria-prima vegetal. A conclusão da BR-101 — a estrada interestadual litorânea — está prevista para breve e permitirá que recursos e esforços do Governo Federal sejam transferidos para a BR-282 — a Estrada da Integração.

Sem Nordeste

Santa Catarina é um "Estado sem Nordeste", segundo a definição do economista Ivan Mattos, Secretário da Fazenda. O desenvolvimento catarinense é homogêneo. Os principais centros estão no Oeste, em duas regiões do planalto central, na faixa de terra entre o mar e a serra e em algumas zonas do litoral. O desenvolvimento de quase toda a costa é um dado expressivo, pois Santa Catarina parte de uma larga faixa litorânea e se vai afunilando para o Oeste, onde se limita com a Argentina.

A economia do Estado também apresenta uma distribuição satisfatória, em relação aos padrões nacionais: na formação do produto interno, no ano passado, o setor primário participava com 35%, o secundário com 20% e o terciário com 45%. Esse quadro, no entanto, não mostra uma característica básica do desenvolvimento industrial sulino: predominância da agro-indústria. Diz o trabalho *Ensaio sobre a economia catarinense*, livro de seis autores: "Os bens de consumo participam com 83%, os bens intermediários com 13,5% e os de capital com apenas 3,4% na composição industrial do Estado. Assim, mais da metade da renda industrial provém da transformação de produtos agrícolas, o que atesta uma estrutura econômica pouco adiantada, com pouca diversificação industrial e conseqüente vulnerabilidade, com uma oferta dependente das condições naturais e de uma demanda de baixa elasticidade-renda".

Glauco Olinger, Secretário da Agricultura, concorda: a agro-indústria é a pedra angular da economia do Estado (cana-de-açúcar, indústria frigorífica bo-

vina e suína, erva-mate, óleo de soja, conservas, têxtil, papel e celulose).

Numa economia em que o setor têxtil ocupa o segundo lugar em importância, a resolução do Banco Central obrigando as novas indústrias têxteis a se instalarem com 80% de sua capacidade voltada para a exportação cria um impasse. Só serão instaladas empresas capazes de atingir o mercado externo, e haverá menos investimentos na ampliação das existentes.

Além disso, o setor está asfixiado, e a razão é simples: Santa Catarina não produz a matéria-prima, sendo obrigado a comprar algodão em São Paulo ou fio no exterior. Apesar de tudo, a indústria têxtil sobrevive. E torna-se cada vez mais poderosa, pela qualidade dos seus produtos.

Outros ramos industriais têm resistido com menos heroísmo à competição. A indústria de laticínios, por exemplo, que já teve participação importante nas rendas do Estado (o era famosa em todo o país), hoje está decadente.

A plena capacidade

O economista Ivan Mattos, Secretário da Fazenda, discorda dos que vêem a situação do Estado com apreensão. Ele diz, por exemplo, que Glauco Olinger está equivocado ao apontar a falta de capital de giro como o principal obstáculo ao desenvolvimento industrial.

"Temos tanto crédito quanto qualquer Estado brasileiro. Hoje, em Santa Catarina, obtém-se capital de giro a juízo de 18% ao ano", diz ele. "Com a abertura das exportações", prossegue, "a ociosidade industrial, principalmente no setor têxtil, foi reduzida. Em 1970, a indústria têxtil trabalhou com 100% da capacidade e com elevadíssimas índices de produtividade."

Ivan Mattos mostra que a taxa de crescimento econômico do Estado, nos últimos três anos, foi mais elevada do que a do país em conjunto. Em 1969, chegou a 16%, e, em 1970, esteve por volta dos 12%. Ele afirma que Santa Catarina é, relativamente, o Estado mais industrializado do Extremo Sul, e o crescimento industrial tende a se acelerar.

O Professor Alcides Abreu, apontado como Secretário do Desenvolvimento do próximo Governo, fica num meio-térmo, entre os pessimistas e os otimistas. Ele concorda que o principal problema do Estado é a falta de capital de giro, mas lembra que a economia catarinense atendeu, no ano passado, à exigência de 50 mil novos empregos por ano.

"Para resolver os problemas atuais mais graves", diz Alcides Abreu, "pretendemos criar um orçamento de crédito, e o Estado completará o sistema financeiro de interesse do nosso desenvolvimento através de um banco de desenvolvimento, um banco de investimento, uma companhia de crédito imobiliário e um sistema de valores."

Outro caminho de estímulo ao desenvolvimento será a criação de assistência



técnicas à produção e expansão do mercado, visando sobretudo à exportação. Diz Alcides Abreu que serão formados um centro regional de produtividade e um consórcio estadual de exportação. Este consórcio, por iniciativa da indústria, já está sendo implantado.

O consenso do carvão

Num ponto, otimistas e pessimistas concordam: a indústria carboquímica, a ser instalada no Sul do Estado, para aproveitar o chamado "rejeito piritoso" do carvão mineral.

O setor do carvão, paradoxalmente, extrai sua força da sua fraqueza. A baixa qualidade do carvão catarinense, de teor calórico inferior ao tipo importado, e os métodos obsoletos de sua extração são as razões maiores do grande impulso que este setor deverá receber em breve. Como qualquer modernização nos métodos de extração levaria ao desemprego milhares de mineiros, e como o Governo não pode acabar com a obrigatoriedade de consumo do carvão catarinense pela indústria siderúrgica nacional, porque os efeitos seriam ainda piores, as autoridades partiram para a elaboração de um grande projeto: a scc - Indústria Carboquímica Catarinense, cuja finalidade é aproveitar o rejeito do carvão coque na produção de matérias-primas químicas.

A empresa deverá transformar-se na grande fornecedora de fertilizantes para o Extremo Sul do país, onde é notável o aumento da produtividade agrícola. Com investimentos da ordem de 72 milhões e projeto da Mitsubishi Shoji Kaisha Ltd., ela já iniciou a concorrência para adquirir materiais e contratar serviços. A construção terá início no primeiro semestre deste ano e estará concluída no prazo de trinta meses. A indústria começará a funcionar dentro de três anos.

O complexo da scc constará de: uma fábrica de ácido sulfúrico, em Imbituba; uma usina termelétrica anexa à fábrica; obras auxiliares, inclusive acesso portuário, ferroviário e abastecimento de água. Além disso, contará com o Lavador da Companhia Siderúrgica Nacional, em Capivari, que beneficiará o rejeito carbonoso e fornecerá concentrado piritoso.

O drama do minifúndio

O módulo catarinense (tamanho de uma propriedade capaz de atender às necessidades básicas de uma família) é de 30 hectares. Pois bem, 90% das propriedades agrícolas do Estado ficam abaixo disso. É o minifúndio, problema maior e característica principal da agricultura catarinense.

Embora, na primeira fase, tenha atuado como elemento de fixação à terra - pois permitia e compensava o esforço familiar no cultivo -, o minifúndio tornou-se prejudicial. Impede a formação de empresas agrícolas médias e grandes, onde é possível desenvolver uma orientação mais cuidadosa e utilizar tecnologia mais avançada, e dificulta a especialização do cultivo, a padronização dos produtos e a mecanização da produção. Resultado: baixa produtividade.

O panorama global de Santa Catarina é uma tela de fortes contrastes. Um Estado em plena expansão, um organismo em pleno crescimento, porém sem pulmões para poder respirar: seus portos - Itajaí, Imbituba e São Francisco - são pontos de estrangulamento, sem condições e instalações adequadas. Uma economia que depende da agro-indústria e ainda apresenta, no campo, o minifúndio antieconômico e anti-social, ou o latifúndio improdutivo. Santa Catarina procura desesperadamente o caminho do desenvolvimento acelerado, mas, para chegar até ele, terá que abrir muitas picadas na selva do atraso.

SANTA CATARINA Arenogarquia ?

Os velhos políticos são habitualmente cétiços. Por isso, quando o governador de Santa Catarina, engenheiro Colombo Salles, anunciou em seu Projeto de Desenvolvimento que "a verdadeira democracia impõe a superação das oligarquias estaduais", nem a família Ramos, do ex-PSD, nem a dos Konder-Bornhausen, da ex-UDN, se consideraram atingidas. Afinal de contas, elas não se consideram oligárquicas. Tolerantes, também não se irritaram quando o governador recrutou seus auxiliares entre técnicos equidistantes das duas famílias, hoje congregadas na comunidade arenista.

Certo, na semana passada, um lance prosaico mas nem por isso menos significativo parece tê-las remetido ao mundo cinzento da obscuridade: os velhos quadros a óleo com fundo preto que imortalizavam o poder dos Ramos e dos Konder-Bornhausen que haviam ocupado o governo do Estado deixaram seu antigo lugar de prestígio, no gabinete civil do palácio Rosado. E assim os solenes Vidal Ramos, Nereu Ramos, Celso Ramos, Aderbal Ramos da Silva, Adolfo Konder e Irineu Bornhausen continuaram em palácio, mas no porão.

Enquanto os quadros do passado udenista e possedista perdiam lugares de honra, os quadros arenistas, os senadores Celso Ramos e Antônio Carlos Konder Reis, estavam na grande mesa do



Quatro governadores numa convencional e antiga fotografia familiar: Vidal (sentado), o pai de todos, Nereu (primeiro à esquerda, em pé), Celso (segundo à direita) e Aderbal (o atento menino de péto, sentado)

restaurante Froshin, de Blumenau, onde o presidente Emílio Garrastazu Médici era homenageado e ouvia valsas vienenses.

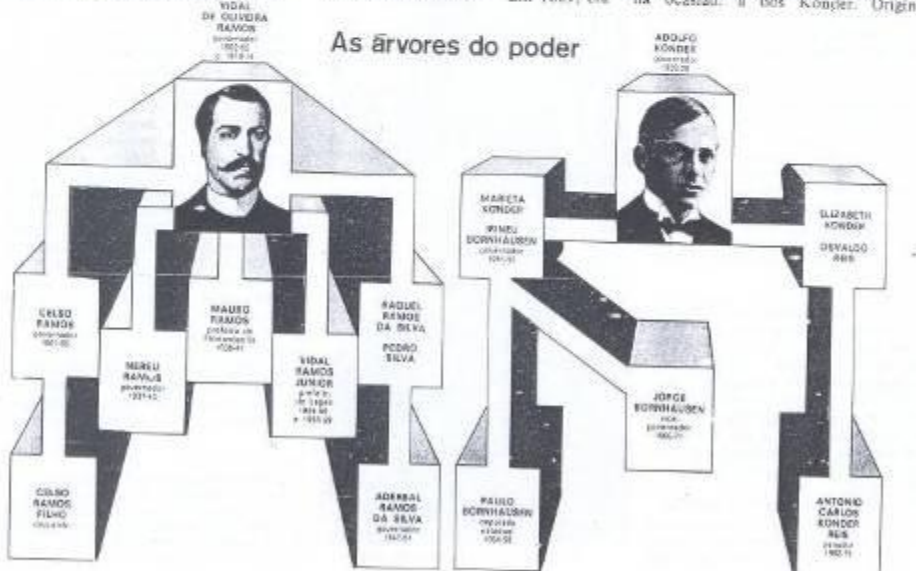
Depois de mais de meio século de poder político e de lutas memoráveis, as duas grandes famílias da política catarinense se encontram diante de um impasse absolutamente inédito: fora do poder não têm sequer a ventura de exercitar o lugar-comum dos vencidos, dizendo que "oposição também é governo", pois são da Arena.

uma vez Vidal Ramos, pai de Nereu, Celso, Mauro, Joaquim e Vidal Júnior e avô de Aderbal. Sua habilidade sustentou um laboratório político digno mesmo do sortilégio e das mesuras dos alquimistas mineiros do PSD. Dominou a política do Estado desde a proclamação da República até 1925, quando surgiu um outro patriarca: Adolfo Konder, irmão de Marieta e Elisabeth, esposas de Irineu Bornhausen e de Osvaldo Reis.

Como a Revolução de 1930 foi feita contra as oligarquias, nada mais natural que a queda da oligarquia dominante na ocasião: a dos Konder. Original,

Os valorosos Ramos — Em 1889, era

As árvores do poder



20

VEJA

Revista VEJA, nº 142, 26/05/1971 pp. 20-21